

Rodrigo Otávio De Marco Meniconi

A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE-MONUMENTO:  
O CASO DE OURO PRETO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração : História e Crítica da Arquitetura

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto do Prado Passaglia

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte

Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG

1999

Dissertação defendida e aprovada, em 29 de novembro de 1999, pela banca examinadora constituída pelos professores:

---

Prof. Luiz Alberto do Prado Passaglia

---

Prof. Ivo Porto de Menezes

---

Prof. Rodrigo Ferreira Andrade

Para Vanessa, Francesca  
e meus pais.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Universidade Federal de Minas Gerais, através do Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e ao meu orientador Luís Alberto do Prado Passaglia, cuja competência e paciência tornaram possível este trabalho. Agradeço em especial à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, cujo apoio permitiu-me a conclusão de um projeto há muito tempo acalentado; agradeço em particular ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo, e a todos os professores, colegas e amigos que em tempos diversos e de várias maneiras contribuíram na elaboração deste trabalho.

Deixo também meus agradecimentos a todos que participaram de sua materialização: à equipe de profissionais e colegas que digitaram os manuscritos, revisaram os textos, executaram o tratamento gráfico, reproduziram e encadernaram os volumes.



## SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	7
RESUMO	9
1 INTRODUÇÃO	11
2 A CONSTRUÇÃO DOS CONCEITOS	
2.1 Da conservação dos monumentos	20
2.2 Da conservação das cidades	27
2.3 Da cidade integral	31
3 A CONSTRUÇÃO DA CIDADE	
3.1 A fundação: os arraiais	33
3.2 A consolidação da vila	45
3.3 A imperial cidade	51
4 A CONSTRUÇÃO DO MONUMENTO	
4.1 A transferência da capital	58
4.2 Novos discursos, novos papéis	68
4.3 A restauração da cidade	82
5 CONCLUSÃO	142
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 – Exploração do ouro	42
Figura 2 – Paisagem de Ouro Preto	43
Figura 3 – Paisagem de Ouro Preto	43
Figura 4 – Igreja de São Francisco de Assis	50
Figura 5 – Casa de Câmara de Ouro Preto	50
Figura 6 – Vista dos fundos do Pilar	52
Figura 7 – Rua Direita	57
Figura 8 – Vista da praça em meados do século XIX	57
Figura 9 – Mercado do Largo do Coimbra (início séc. XX)	58
Figura 10 – Vista de Ouro Preto dos fundos do Pilar	68
Figura 11 – Comemorações do Bicentenário de Ouro Preto	73
Figura 12 – Praça Tiradentes no início do século XX	74
Figura 13 – Excursão ao túmulo de Aleijadinho	82
Figura 14 – Ruínas da casa de Marília	88
Figura 15 – Ponte dos Contos antes da restauração	88
Figura 16 – Ponte dos Contos restaurada	89
Figura 17 – Ponte de Marília	98
Figura 18 – Igreja Metodista	102
Figura 19 – Capela do Bonfim antes do restauro	103
Figura 20 – Mapa com evolução urbana	104
Figura 21 – Fábrica da ALCAN em Saramenha	109
Figura 22 – Cabeças e Água Limpa	109
Figura 23 – Plano Vianna de Lima	116

Figura 24 – Plano da Fundação João Pinheiro	117
Figura 25 – Campus do Cruzeiro da UFOP e Bauxita	117
Figura 26 – Adensamento Antônio Dias e Santa Efigênia	118
Figura 27 – Largo do Coimbra	129
Figura 28 – Veloso e São Cristóvão	130
Figura 29 – Mapa Loteamento	140
Figura 30 – Distritos de Ouro Preto	141

## RESUMO

Busca este estudo estabelecer uma leitura de Ouro Preto sob a ótica de sua preservação, acompanhando a trajetória da cidade, desde o seu surgimento e consolidação no século XVIII, passando pelas transformações ocorridas no século XIX, o esvaziamento provocado pela mudança da capital e a sua gradativa transformação em monumento, no século XX.

Na dissertação são identificados os momentos mais significativos tanto para a construção da imagem da cidade quanto para o seu reconhecimento como bem cultural. Com maior detalhe, o estudo propõe-se a identificar e caracterizar as várias fases e modalidades que as ações e procedimentos voltados para a conservação e restauração da cidade assumem ao longo deste século.

Nas três primeiras décadas do século XX, por ação dos discursos, a cidade passa a encarnar valores essenciais na construção da identidade nacional. Esses discursos, que têm sua origem ainda no século XIX, são retomados e consolidados por ocasião do bicentenário de Ouro Preto.

A partir de artigo publicado, em 1916, por Alceu de Amoroso Lima, a cidade será sucessivamente visitada por intelectuais e artistas. O relato e a ação desses novos viajantes vão fazer com que os valores da cidade adquiram reconhecimento no plano nacional, suscitando a adoção de medidas concretas para a sua tutela e salvaguarda.

Com a elevação de Ouro Preto à condição de Monumento Nacional essas medidas adquirem consistência institucional e operativa. A criação da Inspeção dos Monumentos Nacionais e, depois, do Serviço do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vão fazer com que na cidade sejam aplicados e desenvolvidos os conceitos, as metodologias e as práticas de conservação e restauro.

De uma primeira abordagem museológica, passa-se a uma visão monumental e arquitetônica, que caracteriza a primeira fase do SPHAN até chegar ao tratamento da questão nas dimensões e com os instrumentos urbanísticos, que se fizeram necessárias a partir do final dos anos sessenta. Verifica-se, a partir dos anos oitenta, o surgimento de novas posturas e orientações. Por essa ocasião, assiste-se a iniciativas de articulação e harmonização das várias instituições e agentes. A cidade, ameaçada pela continuidade dos fenômenos de degradação iniciados com o adensamento e pelos problemas causados pelas fortes chuvas de 1979, busca implementar um programa de conservação integrada. Essas ações, entretanto, não adquiriram consistência e organicidade.

Com os novos entendimentos sobre a conservação das cidades e as disposições da Constituição Federal de 1988, o município de Ouro Preto deve passar a atuar, ativamente, na salvaguarda. A estrutura administrativa prevista pela Lei Orgânica promulgada neste mesmo ano, a elaboração de Planos Diretores, em 1991 e 1996 e a promoção de ações articuladas, indicam esse novo caminho.

A grande questão que agora se apresenta, e permanece em aberto, é a de como operacionalizar a conservação integrada da cidade, envolvendo suas instituições, a comunidade, os profissionais e os técnicos, dotando-os, ao mesmo tempo, de todos os instrumentos e recursos necessários.

## INTRODUÇÃO

A partir da década de sessenta, a ampliação dos campos conceituais e operativos das ações de conservação e restauro, a revisão do Movimento Moderno e a maior conscientização da sociedade vêm exigindo, cada vez mais, a intensificação e a diversificação das medidas destinadas a promover, efetivamente, a conservação ambiental e do patrimônio edificado. Como consequência, as ações de musealização, de salvaguarda, de restauro e revitalização – seja de objetos, de edifícios, de conjuntos urbanos, de cidades e do próprio território – passaram a assumir um papel relevante no quadro da cultura contemporânea.

Mas, na verdade, isso sempre ocorreu. A arquitetura, ao contrário das outras artes visuais, está continuamente se refazendo. Raríssimos são os exemplos de edifícios e sítios fiéis a um autor ou a uma época; em grande parte eles são fruto de sucessivas sobreposições, transformações, acréscimos e reformulações.

Na arquitetura e nas cidades, devido à persistência de suas formas, estruturas, consistências materiais, possibilidades de utilização, conteúdos simbólicos e referenciais, as reapropriações e refusões sempre constituíram a norma, pela simples razão de que as cidades e os edifícios constituem o suporte da vida das pessoas, coisa em permanente transformação há milhares de anos.

Portanto as “reciclagens” não são novidade; são ao que se assiste ao longo da história da arquitetura e do urbanismo. Nova é a

consciência crítica que deve orientar as intervenções sobre o construído, entendendo-as agora como uma nova fase de sua transformação no tempo.

A motivação primeira da dissertação que desenvolvo é a de analisar e ilustrar como essa questão foi tratada entre nós, entendendo que Minas Gerais representa um terreno fértil de investigação.

A partir da redescoberta de Minas pelos modernistas e da posterior criação do Serviço de Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN), o resgate e a construção da Memória vão institucionalizar-se, passando a constituir uma das vertentes mais fecundas da arquitetura e da cultura no Brasil. Para os arquitetos modernos a tarefa de recuperar o passado alia-se, através da atividade projetual, a missão de revisitá-lo, estreitando as relações entre a produção atual e a do passado, que até hoje perdura e se intensifica.

O plano original da dissertação, que pretendia percorrer as questões relativas às ações de conservação restauração e reciclagem em Minas Gerais, foi redimensionado e revisto de modo a focar a situação de Ouro Preto, argumento suficiente para demonstrar a questão que proponho. O caso de Ouro Preto passa a constituir assim o foco da pesquisa, buscando-se situar e esclarecer os momentos fundamentais do desenvolvimento do discurso e da prática da restauração entre nós.

Esta investigação, além de dar continuidade e estabelecer relações entre os estudos já elaborados, servirá também para preencher, em parte, uma enorme lacuna: a do século XIX. Quase todos os estudos partem da criação do SPHAN, em 1937 e, seguindo a orientação imprimida pelos modernistas, centram as discussões e leituras da cidade nos séculos XVIII e

XX, isolando o século passado numa espécie de limbo.

O estudo do século passado servirá para demonstrar como Ouro Preto conservou a herança do século XVIII, promovendo a “revitalização” de seus valores e “reciclando” seus edifícios mais importantes; ao mesmo tempo que procedia à implantação de novos equipamentos urbanos, renovava edifícios e logradouros e buscava transformar seu próprio destino e vocação

A cidade começa a monumentalizar-se com a transferência da capital para Belo Horizonte e o seu conseqüente esvaziamento populacional, econômico e simbólico-representativo. Esses fatos vão lançar as bases e condições para as novas concepções e propósitos aos quais Ouro Preto deverá responder.

Mesmo antes do tombamento ela é destinada a atender a outras demandas: a construção/reconstrução de um retrato de Minas e do Brasil, fundamental para a afirmação simbólica da identidade nacional. Qualquer ameaça à integridade desse patrimônio significaria uma ameaça à própria brasilidade, derivando daí o sentimento de perda que aflora constantemente no discurso dos órgãos de proteção e tutela.

No que concerne à cidade, a construção do monumento vai fazer com que ela perca, de fato, grande parte de sua autonomia e muitos de seus referenciais. A Ouro Preto que surge dos discursos não é mais uma cidade, pelo menos não uma cidade como as outras: de certo modo, transforma-se em objeto museológico.

A trajetória dessa metamorfose, ensaiada ao longo das três primeiras décadas deste século, irá culminar com a sua oficialização como



Monumento Nacional, em 1933 e o seu posterior tombamento, em 1938.

Primeira cidade a contar com legislação de proteção municipal; palco da excursão modernista em 1924 -capitaneada por Mário de Andrade e Blaise Cendrars-, objeto de obras de restauração levadas a efeito pelo governo estadual no final dos anos vinte e pela Inspetoria de Monumentos Nacionais durante a década de trinta, Monumento Nacional tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e inscrita em 1980 no elenco das cidades Patrimônio Cultural da Humanidade pela United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), Ouro Preto será sempre o lugar onde as políticas culturais e as ações efetivas de conservação, restauração e revitalização vão ser experimentadas e efetivadas, oferecendo, portanto, exemplos que ilustram os diversos comportamentos relativos a essa matéria.

Ao longo deste século, muitas das questões hoje levantadas foram afrontadas: a inserção de arquitetura nova em contextos histórica e artisticamente qualificados, a adaptação de edifícios antigos a novos usos, a reciclagem e atualização tecnológica e ambiental de velhas construções, a questão da autenticidade das formas e materiais, a revigoração de técnicas e ofícios tradicionais e as questões relativas ao planejamento e à gestão das intervenções urbanísticas.

Assinalando esses momentos, a dissertação desenvolve-se em observação aos seguintes tópicos e recortes temporais:

- A cidade colonial, com breve descrição do processo de formação urbana, até a consolidação da imagem setecentista: os arraiais, a criação da vila, as obras executadas pelo Conde de Bobadela, a construção das capelas pelas

Irmandades, a Casa dos Contos, a configuração da atual Praça Tiradentes, com o Palácio dos Governadores e o prédio da Casa da Câmara e Cadeia.

- A cidade imperial — evidenciando-se que, longe da estagnação e decadência, a cidade continua viva e consegue mudar o seu destino—e a relação da cidade com o seu passado: Capital da Província e influente nos negócios do Império, Ouro Preto moderniza-se e implanta uma série de equipamentos urbanos como a Estação Ferroviária, a Escola de Minas, as Escola de Farmácia e de Direito e o Liceu de Arte e Ofícios. A relação da cidade com o seu passado: as intervenções de inspiração clássica e remodelação das matrizes.
- A República, o Positivismo e a proposta de mudança da capital. As reações: o plano de melhoramentos da cidade (1892) e o plano de expansão urbana (1893) elaborado por Blaksley, em obediência às normas da Secretaria do Interior. A posição de Xavier da Veiga. A efetivação da transferência e suas conseqüências.
- Os discursos sobre o novo papel da cidade e as primeiras iniciativas para a conservação de seus monumentos. O papel dos intelectuais, historiadores, estudiosos e literatos. Os projetos de lei federal: Wanderley Pinho, Luiz Cedro, Augusto de Lima, Jair Lins. A Inspetoria de Monumentos, de Gustavo Barroso. As ações de restauração no Governo Antônio Carlos. As construções neocoloniais. Legislação Municipal ( 1931/1932 ). Ouro Preto Monumento Nacional (1933).
- A excursão modernista e a redescoberta de Minas. A querela entre os modernos. O projeto de Mário de Andrade e a criação do Serviço do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, através do decreto-lei 25 (1937). A institucionalização da memória. Os "Tempos Heróicos" do SPHAN e a atuação da "Academia". O discurso e a prática dos protagonistas. A dupla missão: construção da Memória e da Arquitetura Moderna Brasileira. Dr. Rodrigo, Lúcio Costa, Sylvio de Vasconcellos.

- As transformações aportadas à cidade com o crescimento da população, a industrialização e o incremento do turismo, nos anos 60. Novas concepções do patrimônio e rearranjo institucional. Os planos Vianna de Lima e da Fundação João Pinheiro. Aloísio Magalhães e o projeto Ouro Preto. Desdobramentos nos anos 80. Tendências e iniciativas atuais.

A dissertação possui dois eixos temáticos principais que articulam e subordinam todos os assuntos tratados: uma parte busca estabelecer o pano de fundo sobre o qual vão incidir as práticas de restauro — a própria cidade, e a outra, dar conta do processo de sua transformação em monumento.

Para não se perder o caráter "aplicativo" do estudo, os marcos teóricos foram definidos tendo-se em vista a sua aderência a esse pressuposto, ou seja, foram empregados textos e materiais com rebatimento direto no objeto, em cada uma das vertentes tratadas.

Na descrição da cidade, atendo-me às interpretações de críticos e historiadores que propõem a aproximação entre os campos conceituais e operativos da História da Arquitetura, do Restauro e do Planejamento, em especial à produção da crítica italiana, por entender que seus postulados respondem melhor às questões afrontadas, uma vez que decorrem dos debates e das experiências concretas, levadas a efeito em situações análogas.

Assim, abordo a cidade com a visão estabelecida por Argan, Benevolo, Rossi, Aymonino, Gregotti e Guidoni, entre outros.

Com a compreensão de que o operar arquitetônico deve ser buscado na História, considero a cidade como uma obra de arte construída no tempo, artefato moldado pela cultura e pelas necessidades simbólicas dos diversos grupos, concretização de valores e aspirações executada por meio da construção/conformação dos edifícios, dos lugares e da apropriação de elementos da paisagem natural.

De posse desse instrumental teórico, pretendo fazer um breve excursão tentando evidenciar os elementos estruturadores da imagem de Ouro Preto e os modos como eles se construíram ao longo do tempo, relacionando-os com os respectivos contextos históricos e culturais.

Para situar e referenciar o processo de formação das cidades no Brasil, utilizo os textos de Murilo Marx, Nelson Omegna, Nestor Goulart Reis Filho e Milton Santos. Para a contextualização e reconstituição histórica dos eventos mais significativos, sigo as conclusões de Sérgio Buarque de Holanda, Francisco Iglesias, Affonso Ávila, Diogo de Vasconcelos, Caio Boschi e Darcy Ribeiro.

Na leitura e interpretação da cidade de Ouro Preto e seus valores, remeto-me aos clássicos, ou seja, aos protagonistas cujo discurso e ação vão incidir diretamente sobre a cidade, conformando-a nos aspectos analisados nesta dissertação: Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Lúcio Costa, Rodrigo Mello Franco de Andrade, Sylvio de Vasconcellos e Lourival Gomes Machado.

Estes vão ser, em grande medida, os responsáveis pela construção da nossa visão da arquitetura e da arte do Barroco Mineiro.

Os estudiosos do final do século XIX e do início do século XX, alguns dos quais já nominados anteriormente, são abordados quando se torna importante a caracterização do discurso sobre a cidade e dos valores históricos que redundaram no seu tombamento.

Os relatos dos viajantes do século XIX e dos novos viajantes do século XX, que revelam as transformações de gosto através dos tempos, modificando a compreensão da cidade, seus valores e elementos, ilustram as suas diversas leituras e condicionam os respectivos posicionamentos. Muitos desses “olhares” se expressam através de material iconográfico — como fotos, quadros, desenhos mapas— incorporado no estudo.

Para situar e caracterizar a construção do monumento, interessamos esclarecer as novas relações com o passado e o surgimento do conceito moderno de restauração, que ocorre a partir do entendimento de que as obras de arquitetura não são “abertas”, mas representam uma síntese entre valores artísticos e históricos.

Considero as formulações da Restauração Crítica e Criativa, propostas no segundo pós-guerra por Bonelli, Pane e Philippot, que consideram as ações de restauração como atos de crítica arquitetônica exercido diretamente no corpo da obra criticada, hipóteses teóricas que interferem no seu modo de transmissão ao futuro.

Também lanço mão da Teoria da Restauração de Cesare Brandi, com ampla aplicação na conservação das artes figurativas, e de seus

postulados na Arquitetura e no Urbanismo: *“a Restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da Obra de Arte, na sua consistência física e na sua dupla polaridade estética e histórica, tendo-se em vista sua transmissão ao futuro”*.

Considero, ao mesmo tempo, as críticas e as contribuições recentes de Françoise Choay, Spagnesi e outros, que questionam e, por vezes, refutam a autonomia disciplinar da restauração.

No que concerne ao surgimento e desenvolvimento da Conservação e Restauo no Brasil e em Minas, além dos autores já citados, utilizo publicações de fatura recente, identificadas ao longo da exposição, como também dados obtidos em consulta a fontes primárias, em observações diretas efetuadas no meu exercício profissional na cidade e em citações de teses relacionadas com o tema, priorizando aquelas que tratam de Minas e Ouro Preto.

## 2 - A CONSTRUÇÃO DOS CONCEITOS

### 2.1 Da conservação dos monumentos

No início do século XIX, a renovação cultural operada pelo Iluminismo e pela Revolução Francesa vai determinar uma visão idealizada do “Monumento Histórico” e suscitar as conseqüentes ações de tutela e conservação, provocando o distanciamento crítico em relação à produção urbano-arquitetônica do passado.

Até então esse distanciamento não existia: a arquitetura e as cidades eram construídas segundo o princípio da “*concinitas*”, estabelecido no Renascimento, que consistia em transportar para o próprio mundo objetos do passado, demolindo-os ou conservando-os conforme fosse conveniente.

Na Itália, nas três primeiras décadas do século XIX, são levadas a efeito muitas intervenções de restauração em estruturas romanas recuperadas e após escavações arqueológicas: Paestum, Herculano, Pompéia, Villa Adriana, Agrigento e, claro, os antigos *fori* romanos e imperiais.

Embora conduzidas empiricamente, essas intervenções alcançaram resultados até hoje válidos e atuais. Os arquitetos responsáveis, com sua rigorosa formação neoclássica, conheciam profundamente a sintaxe e a gramática da arquitetura da antigüidade e vão atuar com um respeito quase religioso, limitando-se a reintegrar e consolidar as velhas edificações, por meio de “*anastiloses*”, e, quando da necessidade da inserção de elementos novos, adotando materiais e acabamentos diferentes dos originais, de modo a não

mimetizar a operação.

Como exemplos podemos citar a consolidação do Coliseu, realizada com um grande paredão de tijolos cerâmicos e a reconstituição do Arco de Tito, em que os elementos autênticos, de mármore, convivem com novos, executados em travertino, e com seus ornatos simplificados.

Contudo, esse comportamento escrupuloso não se transferiu às construções de outros períodos históricos. Na mesma época, a fachada da catedral de Milão é construída mimeticamente e a Basílica de São Paulo Fora-das-Muralhas, incendiada em 1823, é totalmente refeita.

Mas será na França, ainda no final do século XVIII, que os conceitos e as instituições oficiais de tutela do patrimônio irão consolidar-se. Em 1792, começam a ser inventariados os monumentos. Em 1794 a Convenção Nacional edita uma série de atos destinados a conter o vandalismo que se seguiu à revolução. O povo identificava, nos palácios e nos castelos, o testemunho da tirania do "Ancient Règime" e, nas igrejas e conventos, uma religião que devia ser suprimida e substituída pelo culto à Deusa Razão. A comissão estabelece então sanções contra os responsáveis pelas demolições, começa a elencar os monumentos, determina sua conservação integral e fixa alguns princípios: os monumentos possuem uma função libertária, a riqueza histórica do país deve ser garantida, a conservação dos símbolos do antigo regime não ameaça a liberdade conquistada, a arte possui um papel social relevante.

Ao abarcar também a produção românica e gótica, a conservação de monumentos vai deparar-se com a total ausência de informações



sistematizadas e com o despreparo — e, muitas vezes com o desprezo — dos arquitetos. Ao contrário do que acontecia com os vestígios da arquitetura greco-romana, onde as operações eram respaldadas pela compatibilidade entre o caráter dos monumentos e a formação acadêmica dos responsáveis, no caso das edificações medievais as intervenções muitas vezes serão deturpadoras e destrutivas. A assimetria, organicidade e irregularidade das obras eram reinterpretadas de acordo com os princípios da arquitetura clássica, resultando em demolições e reconstruções arbitrárias.

Aos poucos, à cultura neoclássica dominante, contrapõem-se os primeiros estudiosos da Idade Média, entre os quais Vitor Hugo, que, em 1831, publica uma obra sobre a Notre Dame de Paris. Um desses estudiosos, Mérimée, vai ocupar o cargo de Inspetor Geral dos Monumentos, vinculado à Comissão dos Monumentos Históricos criada em 1837.

Retomando os objetivos da Comissão revolucionária, esse organismo vai finalmente criar uma estrutura operativa, estabelecer formas de financiamento das restaurações e fixar seus critérios operativos e metodológicos.

Nesse contexto, surge a figura de Viollet-le-Duc (1814-1879), arquiteto, restaurador e teórico. De formação autodidata (recusa-se a cursar a academia) e através de uma série de viagens de estudos pela França, vai conhecer a fundo a arquitetura medieval. Em 1840, responde pela restauração da Madeleine de Vézelay e, em 1844, com Lassus, pela Notre Dame de Paris. A partir de então e até sua morte, será responsável por inúmeras obras na França e em outros países da Europa. Em seu Dicionário da Arquitetura

Francesca dos séculos XI ao XVI, publicado entre 1854 e 1868, define a doutrina da restauração estilística, consolidando a experiência direta nos canteiros e as normas adotadas no âmbito da Comissão. O objetivo das intervenções é recuperar a unidade de estilo do monumento, reconduzindo-o à sua integridade construtiva e morfológica.

Para tanto deveriam ser utilizados materiais idênticos aos originais e, no caso da necessidade de se acrescentar em partes novas ou se efetuar em reintegrações, *“mesmo que não tivessem jamais existido, devemos nos colocar no lugar do arquiteto primitivo e supor que coisa ele faria se tornasse ao mundo e tivesse diante de si o mesmo problema.”*

Essa postura vai ser responsável pela reconstrução completa de muitos edifícios em ruínas e pela “correção” de partes autênticas de diversos monumentos, substituindo-se ou acrescentando-se elementos julgados mais coerentes com o seu estilo.

Conceito derivado das ciências naturais, com matrizes positivistas, o estilo era entendido como um conjunto de regras objetivas, classificada e ordenada filologicamente, um código pertencente a determinada época e local, enfim, um modelo ideal e abstrato. Restaurar equivalia a reconstituir a unidade figurativa original, de maneira rigorosa e científica, com o sacrifício da substância autêntica.

Contra essa posição muitas vezes se levantam, sendo a mais enfática a de John Ruskin, crítico de arte que, em 1849, publica na Inglaterra “As Sete Lâmpadas da Arquitetura”. Na “Lâmpada da Memória” e na “Lâmpada da Verdade”, ele exprime seu julgamento a respeito das restaurações em

curso: *“Significa a destruição mais completa que pode sofrer um edifício, destruição da qual não se poderá salvar a menor parte, destruição acompanhada por uma falsa descrição do edifício destruído...É impossível, assim como ressuscitar os mortos, a restauração daquilo que foi grande ou belo em arquitetura”*.

Embora a postura de Ruskin reflita os componentes da cultura inglesa de seu tempo – o romantismo, a poesia gótica, o pitoresco, o gosto pelas ruínas, a extensão da estética à natureza, a exigência de uma arquitetura com valores morais (PUGIN,1836) e a prevalência do passado, entre outras muitas de suas conclusões e intuições são perfeitamente aplicáveis hoje. No fundo, ele luta pela permanência de uma cultura íntegra e orgânica contra a dissolução provocada pela Revolução Industrial.

Assim, no caso dos monumentos, Ruskin exige uma autenticidade absoluta, entendendo que os materiais que os formam estão impregnados pelo espírito de quem os construiu, e, portanto não nos pertencem. Admite apenas a sua cuidadosa manutenção; quando em ruínas, nada nos resta a fazer senão contemplar seu ocaso que, segundo ele, constitui o momento de esplendor da sua forma, uma vez que esta se confunde com a natureza e nela se dilui.

Enquanto Viollet-le-Duc busca renovar a integridade física dos edifícios, até por razões práticas e operativas, Ruskin exige a autenticidade dos mesmos, o seu valor como documento, o efeito do tempo, a sua aura.

William Morris, conforme uma visão antropológica e socialista, leva adiante o discurso de Ruskin, estendendo o conceito de monumento do edifício isolado aos conjuntos ambientais e às construções humildes. Para ele,

a arquitetura é constituída pelo conjunto das *“transformações aportadas pelo homem na superfície terrestre, tendo em vista a satisfação de suas necessidades”* Insurge-se contra a instrumentalização da História e a degradação da qualidade de vida. O testemunho antigo não deve ser descartado e muito menos “restaurado”; pelo contrário, deve ser salvaguardado. Se as intervenções são imprescindíveis, devem ser estabelecidas com base em uma confrontação leal entre o antigo e o novo, no terreno da autenticidade.

Próximo ao final do século XIX, as ações de restauração vão divergir quanto ao conceito de autenticidade. Na visão estilística, os valores estavam na identidade de forma e proporções, devendo a matéria ser restaurada enquanto aspecto e estrutura. Para Ruskin, a autenticidade seria extensiva à matéria original, permanecendo válida apenas a sua conservação.

Com o objetivo de conciliar as demandas de cada uma dessas correntes, Camillo Boito, arquiteto e professor em Milão, publica, em 1893, o livro *“Questione Pratique di Belle Arti”*, em que formula um método de restauração que não aceita nem a renúncia fatalística de Ruskin nem a negação da história implícita no método de Viollet-le-Duc.

Enfatizando a necessidade de medidas conservativas e de manutenção, propõe que as eventuais intervenções sejam distintas e notórias. Para tanto, elenca uma série de medidas a serem adotadas nas obras: diferenciação de estilo e materiais, supressão de molduras e ornamentos, exposição, junto ao monumento, das partes removidas, descrição e documentação (até fotográfica) das várias fases do trabalho, incisões datando

os materiais novos empregados, divulgação. As intervenções, a serem limitadas ao mínimo, deveriam ser, portanto, embasadas em dados objetivos, documentados.

Esse critério, derivado do denominado restauro histórico, nada mais é que o critério analógico e estilístico revisitado, isto é, continua sendo lícito se refazer não mais os elementos que possam ter existido mas aqueles que seguramente existiram.

Boito afirma, por outro lado, o valor documental de todas as fases construtivas do monumento como testemunhas da sua evolução e sobreposição ao longo da história. Adverte também que não se devem destruir a poesia, a singularidade, a cor, a pátina do tempo e sequer as *“circunstâncias pitorescas ou o estado arruinado em que se encontra”*

A compreensão da complexidade das intervenções e a síntese entre postulados antagônicos e considerados até então irreconciliáveis– arte versus história – vão fazer com que Boito, segundo CHOAY, estabeleça os fundamentos críticos da restauração enquanto disciplina.

## 2.2- Da conservação das cidades

No século XX, a questão conceitual e institucional do patrimônio e da conservação desloca-se, sucessivamente, do monumento ao ambiente, do ambiente ao centro histórico e deste último ao território.

Gustavo Giovannoni (1873-1943) vai consolidar uma doutrina que contempla tanto o valor “museográfico” quanto o valor de uso dos monumentos e dos conjuntos urbanos, que ele denomina patrimônio urbano.

Para Giovannoni, a questão da conservação das velhas cidades ou conjuntos, *“que, mesmo não possuindo particulares elementos artísticos, assumem, como solução urbanística, valores históricos e artísticos”* deve ser tratada em sede de planejamento urbano e não, isoladamente. Por meio de intervenções de “diradamento” os velhos conjuntos seriam revitalizados tecnologicamente e inseridos na cidade moderna, não através de um planejamento global, mas com a formulação de projetos dedutivos, de dentro para fora, e na escala de cada quadra.

Na sua concepção, as intervenções nos edifícios e conjuntos não deveriam resultar em acréscimos de área, volumes, tratamentos ou usos incompatíveis. Na verdade, deveriam acontecer mais demolições do que acréscimos, uma vez que as estruturas antigas possuíam uma lógica construtiva e funcional que fora deturpada por intervenções aleatórias. Para cada edifício deveriam ser adotados os princípios da restauração arquitetônica estabelecidos por Boito e agora detalhados.

Essas propostas, reunidas no livro “Vecchie città ed edilizie

nuova”, publicado em 1931, serão incorporadas, em parte, pela Conferência de Atenas– primeiro dos encontros internacionais sobre o tema– realizada naquele mesmo ano – e orientarão também a recuperação da parte alta da cidade de Bérgamo, no norte da Itália.

No entanto, pouco repercutirão fora do ambiente da restauração. Tanto é assim, que a Itália fascista vai, pelo contrário, continuar arrasando a cidade medieval que brotara sobre as ruínas romanas. Da mesma forma que a arquitetura e o urbanismo modernos, propostos por Le Corbusier na carta de Atenas de 1933, encontrarão maior ressonância junto aos arquitetos e urbanistas responsáveis pela construção das cidades.

Se, na antiga cidade, a forma era compartilhada por seus habitantes e produzida “espontaneamente” através de uma imagem consensual, onde os espaços públicos e os edifícios estabeleciam as referências e eram feitos para durar indefinidamente, no projeto moderno a cidade é fruto de uma elaboração científica, racional e funcionalista, reconduzindo-a a um modelo ideal, abstrato e a-histórico. Como a cidade antiga não correspondia aos pressupostos do racionalismo, ela deveria ser eliminada e substituída, conservando-se apenas as suas edificações excepcionais, ou seja, os seus monumentos.

A Segunda Grande Guerra, ou melhor, a destruição por ela provocada vai recolocar a questão da conservação das cidades de modo dramático e urgente: a extensão e a escala das intervenções necessárias exigem a revisão dos conceitos e dos procedimentos operativos, fazendo com que a disciplina, nos limites estreitos da Conferência de Atenas de 1931,

entrasse em colapso.

Na prática, vai prevalecer a construção de novas configurações, em terrenos “liberados”, obtidos através da remoção integral dos vestígios remanescentes. Em alguns casos, as cidades e edifícios são reconstruídos integralmente, recuperando-se suas formas a partir de documentos, como ocorreu em Varsóvia. Somente quando os danos eram pequenos e limitados, adotavam-se os princípios de restauração estabelecidos por aquele documento.

Algumas soluções vão inaugurar um caminho alternativo: as partes sobreviventes dos antigos edifícios são refundidas em uma nova unidade, que não é nem a unidade original nem uma unidade moderna sobreposta à antiga.

Essas soluções serão posteriormente consolidadas por meio da teoria da restauração de Cesare Brandi e pela definição do restauro como um ato crítico-criativo, com as formulações elaboradas, em torno de 1960, por Roberto Pane e Renato Bonelli e complementadas depois por Philippot. Nessa nova abordagem da questão, o objetivo maior da restauração é o de reconstituir a unidade potencial do monumento, privilegiando-se seus valores artísticos, por serem estes os responsáveis por sua importância e significado.

A restauração é entendida como um ato crítico, interpretativo, que se expressa diretamente no corpo da obra criticada e usa os mesmos recursos figurativos. Restaurar é reintegrar o valor expressivo da imagem, eliminando-se tudo aquilo que deturpe e dificulte a sua leitura e interfira em seus valores. Assim, a forma, quando truncada e interrompida, deve ser completada com um



ato criativo que persiga o estabelecimento de uma nova unidade, resultante do diálogo entre o velho e o novo.

Essa visão supera o filologismo de Boito e Giovannoni e abole as distinções e categorizações anteriores. A relevância de cada objeto – considerando-se agora o todo o construído e o ambiente natural – é estabelecida caso a caso, a partir da crítica sobre cada um.

Como ato crítico e criativo, a restauração é, a um só tempo, história e projeto da arquitetura e assume os princípios e métodos dessas disciplinas. A crítica identifica a unidade potencial que a criação deve complementar. A qualificação e o dimensionamento das operações são definidos pelo próprio objeto, isto é, quanto mais íntegro o valor expressivo da imagem existente mais limitada será a intervenção nova.

Transpostos à cidade, esses critérios devem ser ampliado de modo a contemplar as diversas questões urbanas. No dizer de Bonelli, a cidade é *“vida traduzida em forma e forma repleta de vida”*, e, portanto, além das questões formais, estruturais e funcionais, as ações devem cuidar da reforma das condições de existência das pessoas.

O projeto de restauração das cidades, executado com os instrumentos do planejamento urbano e regional e com os da história, deve identificar e recuperar seus motivos dominantes e salientes, substituindo a política de limitações e a passividade das ações de tutela por um ativo programa de intervenções.

### 2.3- Da cidade integral

No ano de 1975, o Conselho da Europa realiza um congresso consolidando as experiências de recuperação urbanística levadas a efeito no continente e estabelecendo como prioridade, a conservação integrada das cidades, com todos os seus valores e a participação de todos os agentes.

No ano seguinte, esse tema assume dimensão internacional na Conferência de Nairobi realizada pela UNESCO, onde são produzidas recomendações relativas à salvaguarda dos conjuntos históricos e tradicionais e a seu papel na vida contemporânea, que, além de reafirmarem os valores desses conjuntos, advertem quanto aos riscos de banalização e normatização provocados pela cultura de massas e pelos processos de globalização.

A essas advertências somam-se as críticas ao Movimento Moderno e as considerações dos conservadores ambientais. No campo específico da arquitetura e do urbanismo, ao lado da constatação da falência dos próprios objetivos modernistas, a crítica estendeu-se a aspectos não contemplados pelo racionalismo.

Como resultado desse movimento, surgem reivindicações indicando o retorno aos valores subjetivos e da tradição, investidas contra o zoneamento propondo a convivência de usos e funções diferenciadas, proposta de resgate da diversidade e peculiaridade dos lugares, como estratégia de diferenciação cultural destinada a combater a impessoalidade, homogeneização e frieza "machiniste". Contra a cidade totalizante e arbitrária, criada aprioristicamente, surge a cidade construída a partir de suas várias

realidades: polifônica, fragmentada, plural.

E, com surpresa, constatam-se que essa cidade já existia de fato, concreta, viva, nas cidades antigas ou nas partes antigas das cidades que, por várias razões, ficaram à margem do desenvolvimento ou resistiram ao confronto com a renovação. A partir daí a conservação do patrimônio e o planejamento vão se reunificar, retornando-se, de certa maneira, à lógica de formação e crescimento da cidade pré-industrial.

Para ARGAN a nova tarefa dos arquitetos *“não é criar uma cidade, mas formar um conjunto de pessoas que tenham o sentimento da cidade. E a esse sentimento confuso, fragmentado em milhares e milhões de indivíduos, dar uma forma em que cada qual possa reconhecer a si mesmo e à sua experiência da vida associada”*.

Ao invés de criar o “novo” à custa da destruição do preexistente, por que não o reciclar funcional e esteticamente, reatualizando seus símbolos e sua aura? Olhando de perto, muitas dessas operações de reciclagens, revitalizações e re-arquiteturas se assemelham às transformações efetuadas pelos arquitetos renascentistas: não seriam novas expressões da concinitas, ou seja, tratar livremente as estruturas preexistentes, incorporando-se ou descartando-se os elementos conforme fosse conveniente?

No outro oposto, a sacralização dos objetos, as exigências de autenticidade absoluta revelam um certo fetichismo pela matéria e representam reverberações da postura Ruskiniana, que, aplicadas ao caso das cidades – idealizadas numa cidade feliz outrora existente – ,remetem a um romantismo carregado de moralismo, semelhante ao de Pugin.

### 3- A CONSTRUÇÃO DA CIDADE

#### 3.1- A fundação: os arraiais

Criadas com o objetivo de estabelecer uma rede de pontos de colonização, dominação e defesa do território, as primeiras vilas e cidades brasileiras – localizadas em locais estratégicos do litoral, junto aos portos naturais, na entrada e ao longo do curso dos rios de penetração ou nos limites e fronteiras das novas terras – vão fazer com que o país nasça *“já como uma civilização urbana. Vale dizer, separada em conteúdos rurais e citadinos, com funções diferentes mas complementares e comandada por grupos eruditos da cidade.”* (RIBEIRO,1995:193)

Entrepósitos por onde se escoava a produção agrícola do interior e chegavam os produtos do Reino, centros de afirmação e irradiação do poder da Coroa e da Igreja da Contra Reforma, as vilas e cidades dos primeiros séculos da colonização *“adotaram planos regulares, influenciados pelas traças propostas pelos arquitetos renascentistas.”* (OMEGNA,1971:18).

Esses núcleos, embora não seguissem o rigor das normas prescritas nas *“Leyes de los Reynos de las Indias”* das cidades hispano-americanas, utilizavam padrões e sistemas ordenadores que remetia às plantas reticuladas de inspiração romana, implantadas na medida da regularidade permitida pelas situações concretas dos lugares.

Assim acontece em Salvador, no Rio de Janeiro, em São Luís, em Belém e em outras cidades e vilas fundadas pelos portugueses, por *“ato*

*expresso da Coroa*" (RIBEIRO,1995:195), onde, mesmo que de forma precária, desde a origem são adotados procedimentos para se manterem o alinhamento e controle dos arruamentos e quarteirões, a uniformidade das fachadas e dos volumes do casario e a constituição e forma das suas principais edificações – fortalezas, prédios de representação do poder, igrejas e conventos – , em obediência às disposições das Ordenações Filipinas (que derivam da legislação urbanística adotada por época do reinado de D. Manuel I, no início do século XVI) e das Constituições do Arcebispado da Bahia (oriundas, por sua vez, das resoluções do Concílio de Trento).

Diversamente, os arraiais das Minas vão se conformar sem as imposições de implantações pré-constituídas, dispondo-se ao longo do território de acordo com suas próprias exigências. Os diversos grupos confluentes vão ocupar áreas distintas das novas ocupações mantendo a própria individualidade cultural e urbanística.

Em Ouro Preto, dos arraiais iniciais que posteriormente seriam refundidos na vila e na cidade –Cabeças, Caquende, Pilar, Paulistas, Antônio Dias, Encardideira, Alto da Cruz, Padre Faria, São Sebastião, Ouro Podre, Santana, São João e Piedade – , vários conservam até hoje particularidades e ritos próprios, presentes nas tipologias construtivas, nas implantações, na caracterização de limites e locais de culto. Ainda perduram vestígios daquele tempo, tanto na concretude dos lugares e edifícios quanto na identidade das festas e celebrações comunitárias.

Na verdade, a descoberta do ouro, extrapolando e rompendo com o projeto da metrópole, "*transfiguraria toda sociedade colonial brasileira e,*

*levado para a Europa, alteraria o padrão monetário.” (RIBEIRO,1995:369).*

As tentativas de se retomarem as rédeas da situação, enquadrando-se as populações, que surgem já no início do século XVIII sucedem-se ao longo do mesmo, com a proibição do ingresso de mais gente na região das Minas, a definição dos caminhos do ouro e seus postos de controle, a proibição da presença das Ordens Primeiras, as regras para fundição e registro do ouro, o controle do comércio, a proibição das atividades industriais e a constante e feroz repressão.

As iniciativas destinadas a isolar a região não vão surtir o efeito esperado. Acorrem *“quantidade de portugueses, e de estrangeiros para passarem às Minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil brancos, pardos, pretos e muitos índios de que os paulistas se servem. A mistura é de toda condição de pessoas, homens e mulheres, moços e velhos, nobres, plebeus, ricos e pobres, seculares e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil nem conventos nem casas.”* (ANTONIL,1950).

O afluxo de toda essa gente desencadeará uma acirrada disputa pela posse do território que, assinalada por episódios esparsos ao longo da primeira década do século XVIII, resulta na Guerra dos Emboabas. Os conflitos só serão interrompidos com a instalação das primeiras vilas, em 1711 e 1713, e a posterior criação da capitania – desmembrada da de São Paulo – em 1720.

A Coroa, que tenta a todo custo controlar e circunscrever a região, recorrentemente vai utilizar – ao lado de diversos instrumentos jurídicos – expedientes urbanos e arquitetônicos. Servindo como instrumento de

dominação e afirmação da Autoridade Portuguesa, a cidade será, portanto, o lugar onde ocorrerão também as manifestações de rebeldia a essas mesmas imposições. Assim, a construção da cidade vai se dar sob a égide de tensões, conflitos e “acordos” entre as ordenações e decisões das autoridades externas e as escolhas e codificações da comunidade local.

Na criação da Vila Rica, Albuquerque, ao receber o poder das mãos de Nunes Viana — Chefe dos Emboabas e “*mais poderoso caudilho das Minas*” (VASCONCELOS) estabelece seu novo estatuto: unifica os dois arraiais mais importantes, define o seu termo, proibindo o comércio fora de seus limites; implanta as paróquias e as instituições do poder — a Casa da Câmara e Cadeia e o pelourinho.

As bases normativas — legislações eclesiásticas e ordenações do Reino —, que eram empregadas quando da elevação de povoados à condição de Vila, deveriam agora ser seguidas. Esse momento, que marcava a passagem do regime absoluto do território conquistado ao “*regime das municipalidades com justiças eleitas e ofícios populares*” (VASCONCELOS, 1974:69), deveria, forçosamente, repercutir na sua imagem.

Esse novo status exigia a definição e demarcação do território, a construção dos edifícios representativos em pontos de visibilidade, o alinhamento e retificação das vias públicas e o estabelecimento de padrões construtivos e arquitetônicos, visando à uniformidade dos edifícios (OLIVEIRA, 1992:72).

Esses procedimentos e normas construtivas, já utilizados em outras localidades do Brasil, têm sua origem nas regras surgidas quando da

“modernização” de Lisboa, efetuada por D. Manuel I, que intencionavam substituir a antiga imagem da cidade, julgada excessivamente medieval e moura. A cidade, entendida a partir dessa ocasião como um espaço legislável, submetido a regras que se elevam acima dos cidadãos, seria estruturada em quarteirões, de forma a diluir o “*sentido de ondulação e continuidade absoluta da cidade medieval*”. (CARITA, 1990:13).

Essa nova conformação ideal, imposta sobre os arranjos existentes – descritos como precários e transitórios amontoados de rancharias, cloacas, vendas e cubículos de canga, surgidos ao longo dos córregos e veios de onde o ouro brotava — , será a manifestação, no plano físico, do desejo ordenador e controlador da metrópole.

Essa tentativa, em grande parte, será malograda.

A arquitetura oficial, muito em função das delongadas tratativas com a burocracia reinol, leva anos para se consolidar. Em Ouro Preto, por exemplo, a construção da sede definitiva da Casa de Câmara e Cadeia só será iniciada em 1785; as instituições do poder permanecem itinerantes, perambulando pela vila. Os pretendidos alinhamento e retificação das ruas, de modo a torná-las “largas e direitas”, só serão possíveis em pequenos trechos de topografia favorável, limitando-se ao fundo de vale fronteiro à atual Matriz do Pilar, onde possivelmente se intentou a implantação de um plano reticulado. Em Antônio Dias e, sobretudo, nas demais povoações, são preservados, quase integralmente, os caminhos e os traçados originais.

Em Ouro Preto não se dá a transposição mecânica e autocrática de esquemas preestabelecidos. A escolha do sítio, dos caminhos e da própria



arquitetura vai ser estabelecida pelos mineradores e só num segundo momento, reordenada. Como resultado, sobre o arcabouço da cidade “popular”, construída com os elementos da tradição e do imaginário coletivo (GUIDONI; 1980), surgem os modelos oficiais de matriz erudita: os prédios de representação, as matrizes e manifestações da arquitetura religiosa, as normas de aforamento, as indicações para solução dos volumes e tratamento das fachadas.

Mesmo na construção das casas, cujas medidas, testadas e alinhamentos deveriam obedecer às rígidas condições estipuladas pela legislação — como transparece na Carta Régia de 1761, citada por Paulo Thedim Barreto: “*ser fabricadas na mesma figura uniforme, pela parte exterior, ainda que na outra parte interior as faça cada um conforme lhe parecer, para que desta sorte se conserve a mesma formosura nas vilas*” — , essas regras não eram muito respeitadas. Persistem concepções e costumes medievais e árabes no arranjo dos lugares, no emprego de balcões e fechamentos com elementos de madeira, nos materiais usados, etc. Tanto é assim que as regras ressurgem em diversas ocasiões: em resoluções da Câmara de Vila Rica de 1795, nas normas da cidade imperial de 1830 e na antevéspera da República, em 1886.

Mas, mesmo que parcialmente, essas determinações eram observadas, fato que, aliado ao parcelamento do solo resultante do processo de aforamento e à tradição, de origem medieval, de construção das casas de “parede-meia”, vai resultar no casario uniforme e contínuo, onde prevalece a configuração do conjunto e a individualidade é absorvida.

As indicações da arquitetura religiosa, ou melhor, para a construção de templos, por se limitarem naquele momento, à remodelação das matrizes, pouco vão contribuir para a construção da paisagem urbana. A exigüidade dos lugares e sua localização em baixios fazem com que a ampliação das antigas capelas comprometa a fiel observância das normas. As capelas situadas nas outras povoações ficam como estavam. Somente com a construção, a partir de meados do século XVIII, das sedes das irmandades, as Constituições do Arcebispado da Bahia serão concretizadas.

Tudo isso mostra que, como todas as cidades, Vila Rica é o produto da acumulação, no tempo e no espaço, de artefatos e configurações que vão sendo conservadas e substituídas conforme o imaginário coletivo e as intervenções dos agentes históricos hegemônicos, de acordo com precisas intenções.

Com a formação dos arraiais funda-se, de fato, a cidade. No próprio auto de ereção tal fato é confirmado: "*Aos oito dias do mês de julho de mil setecentos e onze, neste arraial das Minas Gerais do Ouro Preto ... todos convieram em neste dito arraial, junto com o de Antônio Dias, se fundasse a Villa... pois era sítio de maiores conveniências que os povos tinham achado para o comércio...*" (XAVIER DA VEIGA),

Fica patente que as escolhas e apropriações materializadas no território — entendido aqui nas dimensões que lhe conferem os críticos citados no capítulo anterior — pelos primeiros povoadores, transmitidas e reelaboradas através dos séculos, vão chegar até nós, conservando válidas e potentes suas mensagens, uma vez que foram confirmadas pelas sucessivas gerações.

A localização e delimitação dos núcleos, a definição dos lugares sagrados e de culto, a abertura dos caminhos e percursos, a identificação dos pontos de atravessamento de rios, enfim o ato fundador, inaugural, responsável, no dizer de GREGOTTI, pela passagem do estado “indeterminado” e informado da natureza selvagem ao estado de cultura, concretizado, maximamente, na cidade, aqui já se manifesta.

A partir desse momento atuará o tempo “*a forma da cidade é sempre a forma de um tempo da cidade, e existem muitos tempos na forma da cidade...*” (ROSSI, citado por OLIVEIRA,1992:31).

Embora muitas explicações, elaboradas sob uma perspectiva “geográfica”, identifiquem nos condicionamentos de natureza física, tecnológica, política e econômica a razão dessas escolhas e, por conseqüência, a forma da cidade, elas não são suficientes para ilustrar a sua completude.

Na visão de GUIDONI (1980:159), por constituírem “*um produto compreensivo, global, de uma determinada sociedade e não apenas uma resposta anódina a presumidas necessidades impostas pelo ambiente*”, essas povoações devem ser tratadas com uma outra perspectiva, de cunho antropológico-cultural.

Com isto concorda ARGAN, por serem expressão de uma atividade criativa, exercida ao longo do tempo, isto é, por serem artefatos artisticamente elaborados, as cidades não podem ser consideradas fruto direto das condições, limites e determinações; considerá-las assim equivale a negar a autonomia do fazer artístico.

Portanto, ao lado da consideração dos aspectos “materiais” que orientaram as escolhas iniciais, tais como a topografia, a hidrografia, a vegetação, a localização dos veios auríferos, as técnicas de exploração empregadas e a legislação que regulava a cessão das datas (a distância mínima de meia légua entre os achamentos teria feito com que os povoados distassem desta medida um do outro), outros aspectos devem ser levadas em conta.

Suzy de Mello indica que Sylvio de Vasconcellos “*adiciona uma inesperada observação*” e a transcreve: “*Além do condicionamento imposto pelo ouro, a preferência pelos altos pode ter suas origens nas tradições castrejas do imigrante branco e no apreço pelas alturas demonstrado pelo negro, principalmente quando angolano.*” (VASCONCELLOS, citado por MELLO, 1853:63). Também MARX (1988:112) sugere que a constituição da imagem das nossas primeiras povoações, devido às suas semelhanças, deve ter sido norteadada por uma tradição. Muitos outros estudos remetem à tradição, especificamente à tradição da arquitetura popular, de origem camponesa e medieval, sobretudo à do norte de Portugal. Esse tema merece ainda um tratamento adequado, nos moldes da sistematização realizada por GUIDONI (1980) para a situação italiana.

Arrisco afirmar, mesmo assim, que a escolha do sítio se deveu à peculiar morfologia do terreno— as serras que o delimitam oferecem evidentes obstáculos, servindo como muralhas— e à dificuldade de acesso, reforçada pelos rios encaixados nos vales profundos. Das montanhas, que serão depois sacralizadas e enobrecidas com a construção das capelas e dos palácios, uma

formação especial adquire papel relevante, sendo “adotada” como símbolo pelas gerações: o Pico do Itacolomi, referência e guia para os primeiros desbravadores, segundo o relato da descoberta feito por Antonil, atravessa o tempo e amolda o imaginário da cidade, chegando até mesmo a ser reconstituído, em concreto, na Praça da Liberdade da nova Capital.

O “caminho-tronco” que se desenvolve ao longo do eixo leste-oeste e que tem suas cumeadas— Cabeças, Santa Quitéria e Alto da Cruz — representadas no próprio brasão da cidade não por acaso permite a visão do Itacolomi, de todos os seus pontos. Tudo isso indica que a construção da imagem da cidade foi conduzida com a constante intenção de estabelecer um diálogo com a paisagem existente, de maneira a conferir-lhe, por meio dessas interações, singularidade e caráter próprio.



Figura 1 – Exploração do Ouro no século XVIII  
Fonte – Rugendas ; 1940

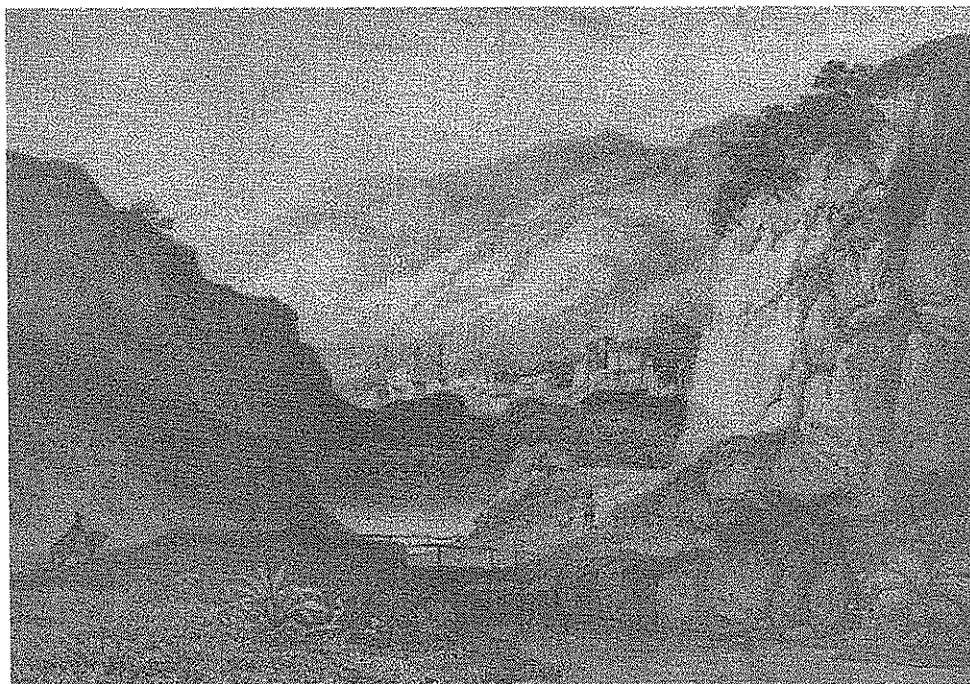


Figura 2 – Paisagem de Ouro Preto no início do século XIX  
Fonte – Rugendas ; 1940

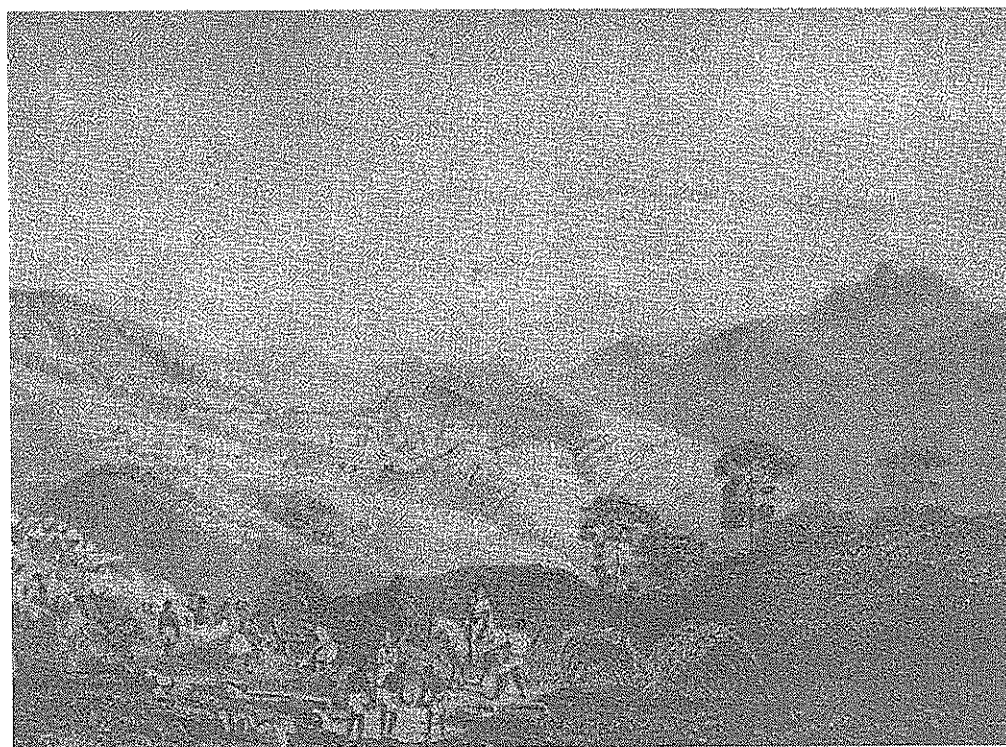


Figura 3 – Paisagem de Ouro Preto e vista do Itacolomi no início do século XIX  
Fonte – Rugendas ; 1940

Ainda sobre a imagem das vilas mineiras, MACHADO (1973:110/113) observa que *“as cidades da Zona do Ouro, e sobretudo Ouro Preto, incrustaram-se na montanha e dela tiraram sua fisionomia. A rampa e a curva dominaram avassaladoramente toda a organização urbanística. Não há ruas, há ladeiras. Não há caminhos, há voltas no morro”*. E mais adiante: *“que adiantaria, nessa paisagem, uma escadaria barroca, longa e espaldada, em vários lances, seguindo eixos divergentes? De que valeriam nesse panorama, jogos d’água que alternassem lagos ovalados e cachoeirinhas espumejantes? Degraus, curvas e rampas há em todas as ruas de Ouro Preto e os córregos e ribeirões espadanam águas fervilhantes sob cada ponte e debaixo das janelas de cada sobradão. A cidade já nasceu barrôca”*.

Na realidade, essa constatação pode ser estendida a muitos outros lugares onde tal fato ocorre, levando a crer na existência de “regras” não escritas, que orientaram as decisões de conformação dos edifícios e lugares, a serem investigadas nas manifestações de permanência da citada tradição popular e medieval. Por extrapolar aos objetivos do presente estudo, o assunto aqui não será tratado.

### 3.2 A consolidação da vila

Em 1720, é criada a Capitania de Minas Gerais, cuja capital, Vila Rica, deveria constituir um centro de autoridade e vigilância. As novas medidas fiscais e a proibição de circulação do ouro em pó, através da criação das casas de fundição, vão desembocar no episódio da Sedição de Vila Rica, enfrentado pelo Conde de Assumar com o incêndio do arraial do Ouro Podre (cidadela do último potentado emboaba, Paschoal da Silva Guimarães) e o esartejamento de Felipe dos Santos.

Assumar não se sente confortável em Vila Rica; em seu período de governo, permanece em Mariana e chega a propor a instalação da capital em Cachoeira do Campo.

Capital de uma capitania poderosa e independente, lugar onde a presença do poder da Coroa se manifesta plenamente, a Vila, afinal, inicia a construção de uma imagem correspondente ao seu novo status. Demonstram-no tanto a destruição do arraial sedicioso quanto a construção das próprias matrizes do Pilar e de Antônio Dias, efetuada por meio da substituição e refazimento das antigas capelas, com as duas paróquias reivindicando a honra de sediar a almejada Arquidiocese de Minas. Surgem os embriões dos vários grupos e estamentos, adensa-se e consolida-se a povoação. Em 1733, por ocasião do traslado do Santíssimo do Rosário para o Pilar abriu-se a “rua nova do Sacramento”(atual Getúlio Vargas).

No Triunfo Eucarístico, descrição da transladação do Santíssimo Sacramento da Capela do Rosário para a Matriz do Pilar, registrada no



opúsculo de Simão Ferreira Machado, Vila Rica e suas alegorias comparecem.

Assim a vila é descrita:

*“Porém em um distrito onde sempre foi e é geral o ouro em toda a terra, Caudal que lhe deu o nome de Minas Gerais, se agregou e continua o maior concurso e da gente mais nobre em qualidade, e riqueza de todo o âmbito das Minas; parte, assiste nos reconcavos das Lavras de Ouro; e fazendas de agricultura; parte em suas Vilas, uma intitulada Ribeirão do Carmo, outra que tem o nome de Vila Rica, situado no centro de todas as Minas, aonde ficam as distâncias, sem queixas, iguais a todas para os requerimentos da Justiça e expedição dos interesses. Nesta Vila habitam os homens de maior comércio, cujo tráfego e importância excede, em comparação, o maior dos maiores homens de Portugal a ela como a porta, se encaminham e recolhem as grandiosas somas de Ouro Preto de tôdas as Minas, na Real Casa da Moeda; nela residem os homens de maiores letras, seculares e eclesiásticas; nela tem assento toda a nobreza e fôrça da milícia e, por situação da natureza, cabeça de toda a América e pela opulência das riquezas, a pérola preciosa do Brasil”.* (Machado, Simão Ferreira. Triunfo Eucarístico. In LIMA JÚNIOR.1957:76/77)

Contudo, somente no governo de Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela (1735/1763), será a presença da metrópole enfaticamente confirmada, concretizando-se por meio de intervenções urbanas significativas, que vão desde a construção das pontes e chafarizes e a abertura, definição e revestimento dos arruamentos até, e sobretudo, a delimitação do centro administrativo realizada com a construção do Palácio-Fortaleza próximo à

antiga Casa de Câmara, configurando assim a praça, que, ao unificar as duas freguesias e refundir os dois arraiais originais, estabelece o núcleo principal da povoação.

Significativa também é a vinda do Sargento-Mor engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim, responsável pelo risco do palácio e pelo novo traçado de Mariana, operação tornada necessária com a criação do Bispado de Minas Gerais e a elevação da Vila à condição de cidade. A importância da Capitania, então a região mais rica e populosa da colônia, vai fazer com que a Coroa não meça esforços na promoção de iniciativas que visem a assinalar sua presença, empregando seus melhores quadros e recursos.

Na realidade concreta dos lugares, essa intenção é revelada pelo apuro e erudição dos desenhos – de matriz renascentista –, pela qualidade dos materiais e métodos construtivos empregados – pedra e cal em lugar das antigas estruturas de barro e madeira–, pela clareza e determinação das intervenções e pela ereção dos edifícios representativos, em particular a do Palácio-Fortaleza.

O “Castelo”, construído a cavaleiro dos arraiais, domina, com a nitidez de suas formas e o volume de sua massa, a cena urbana. Abrigando a casa de fundição e a residência dos Governadores vai exprimir o novo quadro; seus canhões e baluartes voltados para a povoação denunciam-no claramente.

Essas manifestações vão repercutir também no casario que, afinal, adota integralmente os preceitos contidos nas ordenações, da mesma forma que acontecerá quando da edificação das capela, que, como vimos, seguem as normas Tridentinas. Pelo menos no trecho compreendido entre as

matrizes, marcado pelas pontes de Antônio Dias e Rosário, a vila se ajeita; fora desses limites, os controles são menos rígidos, e a observância das normas é relaxada. Tal hierarquização corresponde à distribuição dos diversos grupos e estamentos. Com novas feições e consistências e com a complexidade social que se estabelece, a Vila muda de categoria.

Importa ressaltar que essas transformações vão se dar com a manutenção dos aspectos mais importantes dos arranjos preexistentes. Conservando seus elementos estruturantes, reforçam e prosseguem as intenções implícitas que até então guiavam a construção de sua imagem, notadamente na relação dos edifícios com a paisagem. Mesmo a praça, como ressalta VASCONCELLOS (1947:77), *“é uma consequência do povoamento já existente e não origem dele, correspondendo mais aos limites de duas povoações vizinhas que centro de irradiação delas”*.

Muito embora as intervenções se dêem com a substituição de edificações anteriores e sejam acompanhadas pela reformulação pontual de logradouros e vias, esse sentido de continuidade na conformação da imagem do “todo” prevalecerá também por ocasião da construção das capelas das irmandades e ordens terceiras, acontecida no período que vai da década de cinquenta ao final do século. A configuração da paisagem urbana, que ainda perdura, será consolidada com a afirmação e expressão do poder e autonomia dos grupos locais.

Com a construção da Casa da Câmara e Cadeia, iniciada em 1784, conclui-se, no entender de muitos, o ciclo “criativo” da construção da imagem de Ouro Preto. Segundo MELLO (1985:177), esse edifício, executado

conforme projeto de autoria do próprio governador, Luís da Cunha Menezes, ao empregar vocabulário e proporções inspiradas nas soluções do Capitólio de Roma, constituía uma das primeiras manifestações do neoclássico no Brasil.

A Inconfidência Mineira de 1789, que, no dizer de RIBEIRO (1990:376), constitui o “*mais ousado projeto libertário da história colonial brasileira*” – propunha, entre outras coisas, a implantação de uma república nos moldes americanos, a industrialização e, novamente, a transferência da capital –, não imprime nesse momento sua marca na fisionomia urbana. Posteriormente, como veremos, a memória desse movimento será responsável por sua “reconstrução” e soerguimento.

O progressivo esgotamento das minas e as perseguições políticas e policiais que seguiram-se à Inconfidência vão provocar a dispersão da população que, migrando do centro para a periferia da capitania, farão surgir novos centros populosos. Como relata Rodrigues (1986, 27/28), no final do século XVIII, “*a família mineira se dispersa. Vila Rica e as principais cidades, cujos filhos mais expoentes são condenados ao exílio, estão agora com um diminuto número de habitantes; é a diáspora da Pós- Inconfidência*”.



Figura 4 – Igreja de São Francisco(gravura de 1937)  
Fonte – Bandeira ; 1938

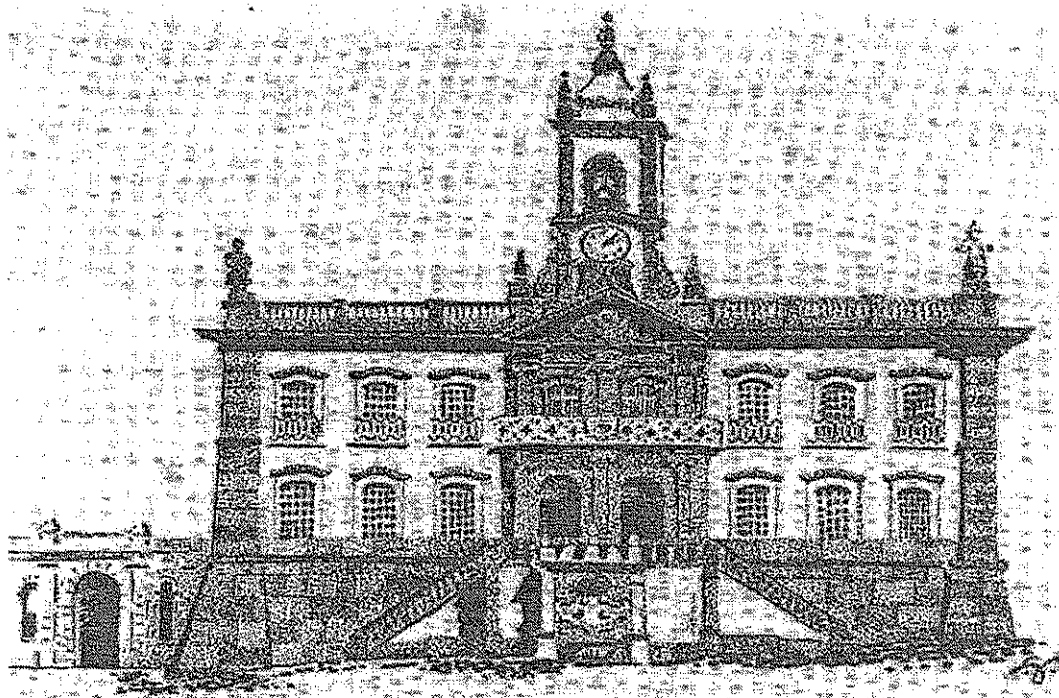


Figura 5 – Casa de Câmara de Ouro Preto(ainda abrigando a penitenciária)  
Fonte – Bandeira ; 1938



Figura 6 – Vista dos fundos do Pilar nos anos vinte(Gravura de Jose Wasth Rodrigues  
Fonte – Rodrigues, José Washt ; 1938

### 3.3 A Imperial cidade

A construção dessa imagem prossegue no século XIX, com a continuidade dos trabalhos nas capelas e nos prédios públicos e a manutenção e sistematização dos arruamentos e lugares urbanos. A decadência do ouro não significa a decadência da cidade; na verdade, a sua construção prossegue, e os relatos dos viajantes confirmam isto: Spix e Martius, que ali estiveram em 1817, descrevem uma cidade grande e ativa, com arquiteturas, estrutura urbana e vida sócio-econômica significativas, comparáveis às do Rio e a São Paulo da época; relatam também iniciativas de atualização tecnológica nos processos de extração e de transformação industrial dos minérios.

Essas novidades foram possibilitadas e incentivadas pela abertura

dos caminhos das Minas, pela liberação da exploração por companhias estrangeiras, especialmente as inglesas, e pelo clima geral de distensão que se seguiu à transferência da Corte e à abertura dos portos.

No relato, aparecem inclusive novas expansões, ao longo da Estrada Real e nos fundos do Pilar. Com a construção da casa do Barão Eschwege e da ponte da Barra, adensam-se as ocupações nessas áreas, que vão se consolidar no século XX.

Do ponto de vista da paisagem urbana, outras modificações devem ser citadas: o surgimento dos cemitérios fora das igrejas e a presença de jardins e quintais, construídos em patamares sustentados por muros de pedra em junta seca. A questão dos cemitérios, que se arrasta por anos e interfere no sistema das irmandades e na própria religiosidade popular, surge em 1801 com a proibição de enterros no interior dos templos, motivada por novas concepções de salubridade e higiene. Os jardins e quintais, que já existiam, vão adquirir novas formas e propósitos a partir da inauguração em fins do século XVIII, do Horto Botânico de Ouro Preto. (OLIVEIRA,1997:93).

Em 20 de março de 1823, a cidade recebe, agora de direito, o título de Imperial Cidade de Ouro Preto. Por Ato Imperial datado de 24 de fevereiro do mesmo ano, todas as capitais de província que continuavam Vilas foram elevadas a Cidades. O título de Imperial, que constituía uma honraria, foi concedida por D. Pedro I em agradecimento ao entusiástico apoio obtido na luta pela Independência.

Mas logo o Império se manifesta e, em 1830, obedecendo a disposições constitucionais, a Câmara de Ouro Preto promulga o conjunto de

leis e normas que passaria a regular a cidade. Nesse documento, ao lado das regras de sempre, que tratam do cotidiano citadino, surge uma grande novidade: a partir desse momento, os arruamentos, os aforamentos e mesmo a construção de edifícios deveriam obedecer às diretrizes e traçados definidos pelos planos, planos estes que, muito provavelmente, nunca foram feitos. Mesmo assim, a menção a eles indica uma clara mudança de postura. A cidade que até agora fora construída por “partes”, com a somatória das contribuições de diversos tempos e agentes, passava a ser objeto de um projeto unitário, expressão de uma ou poucas vontades ordenadoras.

A cidade é vista, por muitos viajantes, sob o prisma romântico ou com os preconceitos “ordenadores” e “ideais” característicos do Neoclassicismo então vigente; mas a cidade real – reconciliada com o poder e consigo mesma – prossegue, descobre e concretiza novas convocações e destinos. Em Minas, *“passadas as décadas de maior recesso (1790 a 1840) surgem e se expandem novas formas de produção agro-exportadoras. Simultaneamente, uma reordenação institucional se vai implantando no nível civil e eclesiástico: as vizinhanças se transformam em distritos, os arraiais em cidades ...”* (RIBEIRO, 1990:383).

Data da segunda metade do século XIX a reforma das fachadas das matrizes da cidade, tornadas necessárias para assinalar o novo papel que estas representam, de reafirmação da unidade e poder do Império e da Igreja, em detrimento da independência e autonomia das irmandades.

O esvaziamento das ordens terceiras, irmandades e confrarias, que, segundo BOSCHI (1986), vai acompanhar pari passu o exaurimento das



minas, provocará, também, o desaparecimento dos ofícios, dos músicos, das artesanias e de muitas outras manifestações da cultura popular, que sobrevivem não mais nas formas duradouras e permanentes das capelas e lugares mas, transitória e efemeramente, nas festas, celebrações e procissões. Do ponto de vista da conservação efetiva dos bens e da manutenção de seus significados originais, esse é um momento de ruptura.

O caráter monumental e as premissas do neoclássico, já presentes no edifício da Câmara, vão surgir também em outras construções do período, MACHADO (1969:132/133) descrevendo a igreja de São Francisco de Paula constata que *“... um novo espírito instalou-se. Digamos logo: é o espírito imperial. A intenção classicizante um dia chegou com a missão francesa e depois abrigada à sombra do Paço de São Cristóvão, procurava apoderar-se de Ouro Preto”*.

Neste momento surgem as primeiras manifestações de “conservação”, os primeiros sinais de distanciamento crítico com relação à produção do passado e de reconhecimento e constatação do fim de um espírito e de um mundo de imagens que não mais conduzem a construção das coisas da forma tradicional e espontânea como sempre havia se dado.

Demonstra isso a necessidade de se dar nova feição às fachadas das matrizes que são redesenhadas com colagens, executadas de modo “neoclássico”, de elementos retirados principalmente das fachadas de São Francisco e do Carmo, são então abandonadas as soluções plásticas e formais típicas da produção tradicional e empregam-se, com um procedimento frio e

distanciado, quase “arqueológico”, elementos selecionados e específicos da produção do barroco e rococó.

Esse novo comportamento vai, posteriormente, reverberar na cidade com a remodelação de alguns lugares, a substituição de edifícios “barrocos” por edifícios ecléticos, a reutilização e adaptação a novos usos de antigos edifícios e a construção, que se estende até o início do século XX, de novas edificações para abrigar novas demandas e programas.

As intervenções desse século, embora às vezes se dêem com a destruição de edificações preexistentes, vão respeitar o caráter, a escala e as implantações antigas. As expansões vão ocupar lugares vazios, e os novos edifícios – por terem princípios ordenadores clássicos – não se chocam com os prédios e tipologias existentes, que possuem, como já vimos, matrizes renascentistas. Modificações tecnológicas e de gosto ocorrem com a introdução de novos processos e materiais, novos partidos decorativos e ornamentais e novos cromatismos. Muitas dessas intervenções se devem à presença e à atuação de estrangeiros e imigrantes – ingleses, italianos, espanhóis e portugueses – , que ali se estabeleceram com a abertura das minas e a chegada da estrada de ferro.

Essa postura respeitosa e reverente vai continuar presidindo as transformações apontadas – que se dão de forma lenta e pontual. Mesmo a chegada da linha férrea e a construção da estação ferroviária, ao contrário do que ocorre em outras cidades, não acarretarão mudanças profundas e radicais na estrutura, escala e paisagem citadinas.

A cidade vai receber todos os benefícios da industrialização e dos

avanços técnicos da época: telégrafo, rede de água e esgoto, telefonia, iluminação. No entanto, essas “modernidades” pouco vão interferir no panorama existente, que impedirá a concretização de outros sonhos – “bonds”, planos inclinados, etc– impossibilitados e restritos pela adversidade da topografia.

Algumas manifestações do gosto dessa época vão interferir nos espaços da vetusta cidade: partidos ornamentais e pinturas originais serão recobertas ou complementadas por concepções de gosto clássico, boulevares e arborizações serão implantados, fachadas serão refeitas de acordo com os padrões estéticos vigentes nos centros mais avançados (importados do Rio, que por sua vez os importa da Europa). Surgem chalés, fachadas neoclássicas, balcões em ferro, lambrequins e outras, que contudo conservam intactos os partidos e as implantações das casas.

Com a criação da Escola de Minas, patrocinada pelo Imperador e levada a efeito por Gorceix, irá consolidar-se uma nova vocação da cidade: que já sediava o Liceu Mineiro e a Escola de Farmácia, a de centro de formação de estudo. A escola de engenharia, considerando a industrialização da província e do país, destinava-se a formar agentes de modernização; com sua extensa e consistente formação teórico-científica e seu caráter operativo, seus alunos contribuirão nas mudanças da feição do país. Posteriormente a escola vai manter viva a cidade, devido a sua fundamental importância na vida econômica e social e à conservação das casas das “repúblicas” e do antigo

## Palácio.

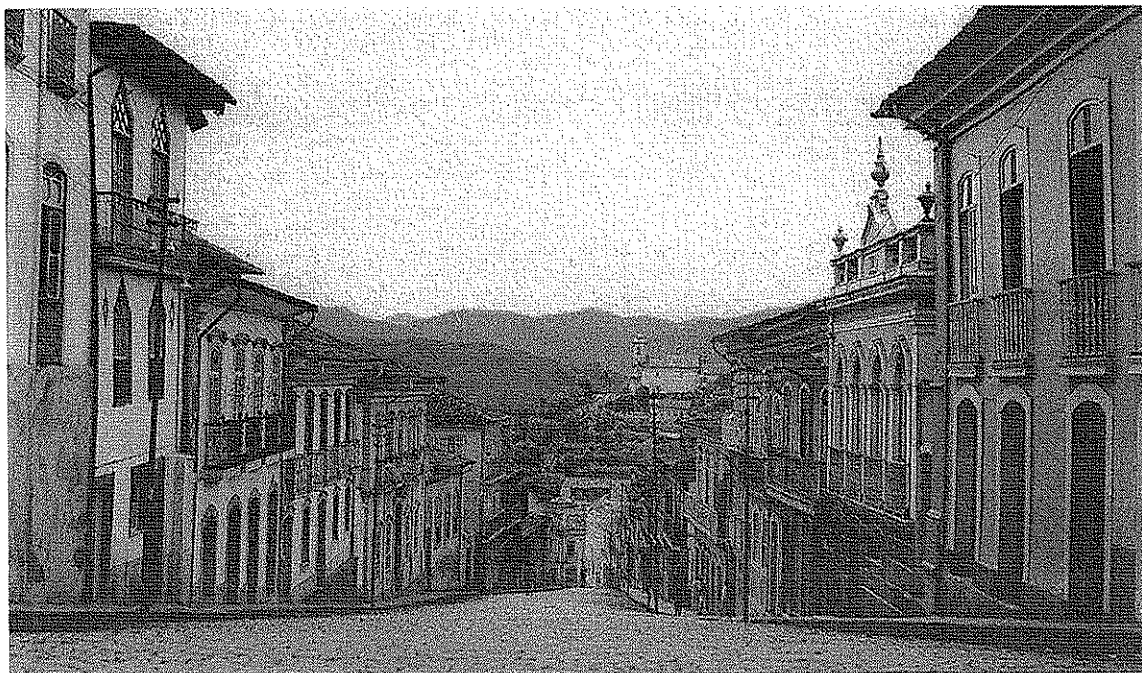


Figura 7 – Rua Direita em 1920/30.  
Fonte – Martins; Damasceno, 1996

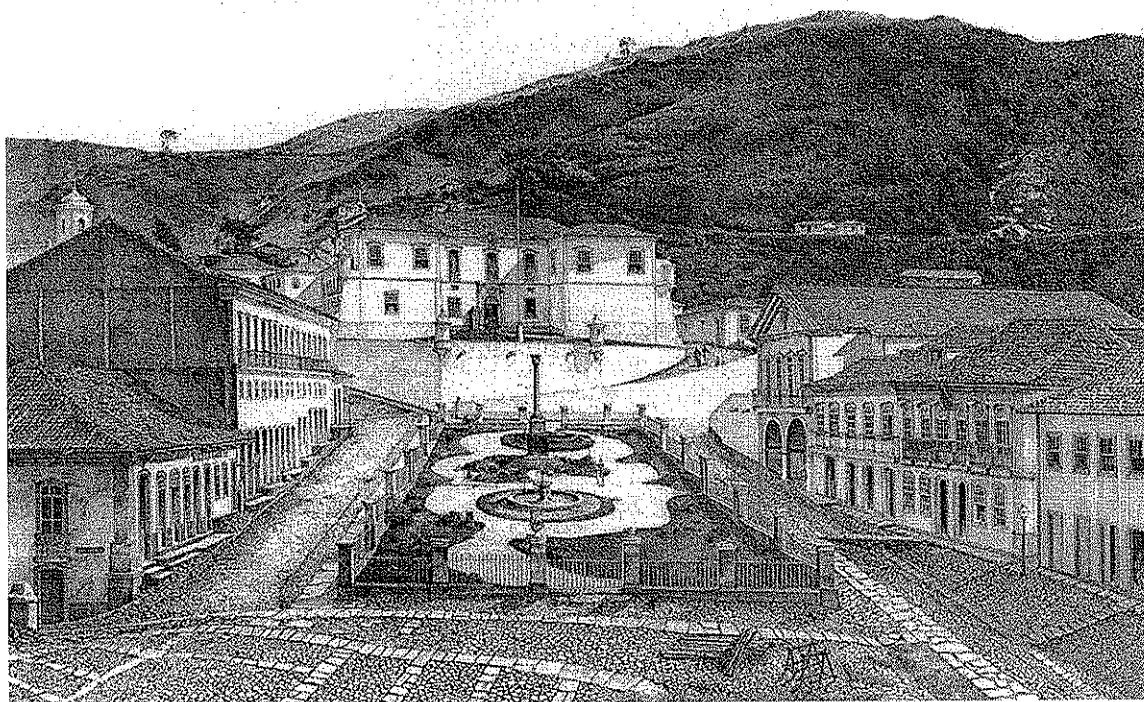


Figura 8 – Vista da Praça no último quartel do século XIX  
Fonte – Bico de pena de José Pio, s.d.

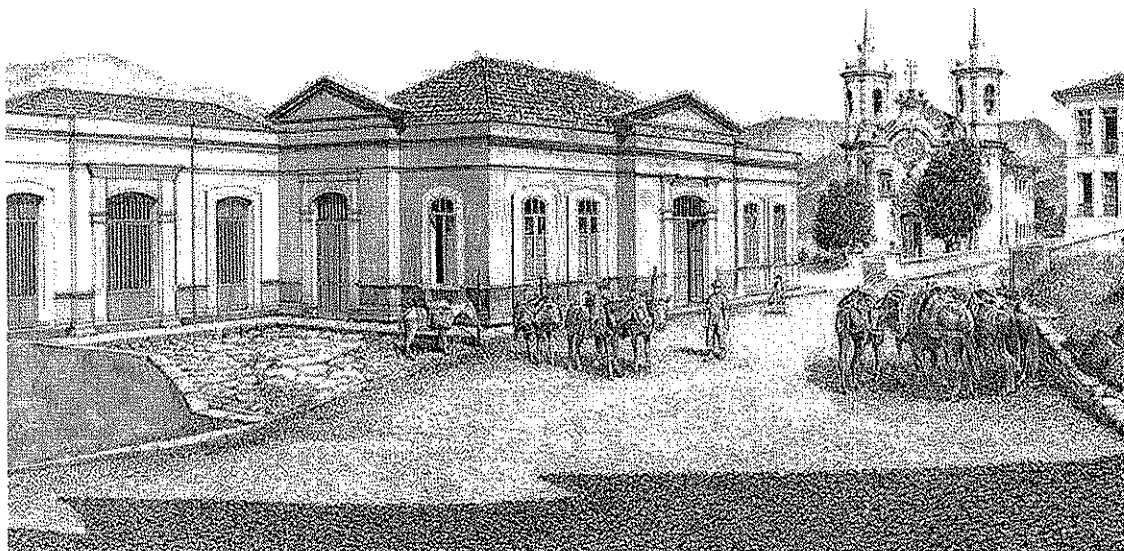


Figura 9 – Mercado do Largo do Coimbra (início séc.XX)  
Fonte – Bico de Pena de José Pio, s.d.

## 4- A CONSTRUÇÃO DO MONUMENTO

### 4.1- A transferência da capital

A República e a mudança da capital vão ser responsáveis tanto pela decadência e pelo esvaziamento da cidade, quanto por sua “conservação” :salvam-na, ao mantê-la ao largo do desenvolvimento e do “progresso”, enfim, dos processos de metropolização e da contínua renovação urbana presentes nos outros centros antigos e na própria Belo Horizonte.

Com a República, o equilíbrio de forças é rompido. As velhas oligarquias buscam novas alianças e estabelecem pactos com as novas lideranças, surgidas nas zonas cafeeiras do sul do Estado e da Zona da Mata.

Desse acordo surge o processo da mudança da capital, que será conduzido através da *“neutralidade científica do positivismo de Comte.”*

(MAGALHÃES e ANDRADE, 1989:34-35).

Além das implicações políticas e econômicas, a permanência da capital em Ouro Preto sequer foi cogitada por possuir uma imagem que não se coadunava com o positivismo Republicano e o cientificismo daqueles tempos. Aarão Reis, com toda sua isenção e objetividade deixa isso claro ao comentar e descartar a escolha de Barbacena na conclusão do seu relatório: *“daria em resultado final converter a primorosa vivenda de hoje em ... uma aglomeração informe e sem atrativos de milhares de casas sobrepostas, tortas, desalinhadas, sem gosto, sem conforto, serpeiando colinas, trepando outeiros, descendo vales, inclinadas umas, acachapadas sob o peso de pavimentos superiores, e tudo isto dificultando o trânsito, obstando a regularidade do abastecimento e comprometendo a facilidade dos escoamentos.”* (REIS, 1893:23).

Nessa descrição, onde surge o provável quadro de uma Barbacena ampliada, que, não por acaso, corresponde à descrição de Ouro Preto na época, transparecem as restrições à cidade. Ao lado das razões estéticas, surgem as questões funcionais e higiênicas.

Na conclusão geral do mesmo relatório, uma vez comentados os inconvenientes de Barbacena, pelas razões citadas, apontam-se também as restrições a Paraúna, devido a sua distância do centro de *“convergência das forças vivas estaduais”* (REIS,1893:75)), e a Juiz de Fora, cuja localização muito próxima à capital federal e além da Serra da Mantiqueira,

desaconselhariam sua escolha, embora fosse "a principal e mais importante cidade" das Minas Gerais.

Embaraçado pela escolha entre Várzea do Marçal e Belo Horizonte— *"em ambas a nova cidade poderá desenvolver-se em ótimas condições topográficas, em ambas é facilimo o abastecimento d'água e a instalação dos esgotos, ambas oferecem excelentes condições para as edificações e a construção em geral"*, (REIS,1893) –, Aarão Reis conclui optando pela primeira, por considerar esta a alternativa de menor custo.

Em 20 de novembro de 1889, o decreto nº 7 da República dissolve e extingue as assembléias provinciais e, no 1º parágrafo do seu artigo 2º, estabelece como uma das atribuições dos Governadores *"ordenar a mudança de sua capital para o lugar que mais convier"*. (Brasil, 1889: 35)

No artigo 12 das disposições transitórias da Constituição Política do Estado de Minas Gerais, de 15 de junho de 1891, *"é declarada a mudança da capital do Estado para um local que, oferecendo as precisas condições higiênicas, se preste à construção de uma grande cidade."* (MINAS GERAIS, 1891:52).

Em 28 de outubro do mesmo ano, são escolhidas as localidades a serem estudadas. Caberia à ciência e à "neutralidade" dos técnicos a definição do sítio. As localidades pré-selecionadas pertencem às regiões em que era então dividido o Estado: Mata (entre a Serra do Mar e Mantiqueira), Campo (grande planalto da Mantiqueira) Sertão (terras altas do São Francisco) e Margens do São Francisco.

A isenção fica já comprometida: a região da Mata comparece com

Juiz de Fora; a do Campo com Barbacena e Várzea do Marçal; a do Sertão, com Paraúna e Belo Horizonte; a das Margens do São Francisco, por demasiado distante e despovoada, não comparece.

A secretaria do Interior do Estado Público, edita em 9 de dezembro de 1892, as instruções *“pelas quais se deve guiar a Comissão incumbida do estudo das cinco localidades indicadas para a futura capital”* (MINAS GERAIS, 1892). Em seu segundo item estão elencados os aspectos a serem considerados no estudo de cada um dos cinco lugares pré-selecionados, tendo-se em vista o estabelecimento de uma cidade de 150 a 200 mil habitantes. Deveriam ser examinadas as condições naturais de salubridade, o abastecimento abundante de água potável, os esgotos e conveniente escoamento das águas pluviais, as facilidades oferecidas para a edificação e construção em geral, o farto abastecimento dos produtos da pequena lavoura indispensáveis ao consumo diário, a iluminação pública e particular, de forma a oferecer as condições de conforto requeridas pela vida moderna, com a indicação do sistema preferível, as condições topográficas em relação à livre circulação de veículos e ao estabelecimento de carris urbanos, a ligação ao plano geral da viação estadual e federal e, finalmente, a despesa mínima que as instalações iniciais, exigiriam com o custo das implantações, dos projetos a serem executados e da construção dos edifícios representativos.

Na relação das condições transparece a postura científica e “positivista” que deverá nortear os trabalhos da Comissão. Os aspectos são objetivos e mensuráveis, muitas vezes devendo ser corroborados por dados estatísticos, provas documentais, planilhas e tabelas, enfim, por comprovações



factuais. Percebe-se, também, que alguns aspectos comprometem e direcionam a escolha; sub-repticiamente Ouro Preto é descartada por sua incapacidade de atender muitos dos requisitos, em especial os relativos aos esgotos e escoamento, ao “farto abastecimento” de produtos agrícolas e às condições topográficas para livre circulação de veículos e estabelecimento de carris.

No relatório conclusivo dos trabalhos da Comissão, encaminhado ao Presidente Afonso Pena em maio de 1893, Aarão Reis apresenta os dados positivos que determinaram a sua escolha. Lamentando a exiguidade de tempo, esclarece que o trabalho constitui um estudo preliminar, a ser aprofundado quando da escolha definitiva. Cada localidade foi estudada por um engenheiro, designado por Aarão Reis, sendo a supervisão e coordenação geral dos trabalhos de sua alçada. Para analisar as condições de salubridade de todos os sítios foi contratado o médico sanitaria J. R. Pires de Almeida. De modo a garantir a isenção e o caráter técnico dos serviços, Reis buscará na Escola Politécnica do Rio seus auxiliares. Assim, Várzea do Marçal será estudada por José de Carvalho Almeida; Belo Horizonte, por Samuel Gomes Pereira; Barbacena, por Manoel da Silva Couto; Juiz de Fora, por Eugênio de Barros Raja Gabaglia; Paraúna, por Luiz Martinho de Moraes.

O Plano de Melhoramentos de Ouro Preto, aprovado pela Câmara em novembro de 1892, constitui a primeira tentativa de se obstaculizar a projetada transferência. Prevendo a execução de obras que visam à melhoria e modernização da urbe, pretendia comprovar a sua possibilidade de “adaptação” aos novos tempos e aos requisitos da vida moderna.

Na baixada existente entre a estação ferroviária e os fundos da Matriz do Pilar – local conhecido como “praia do circo”, onde ocorriam cavalgadas e espetáculos ao ar livre –, seria construída uma avenida larga, um “boulevard” arborizado com “bonds” e casa do “*tipo elegante*”. Parte dos córregos e ribeiros seria canalizada, e jardins seriam implantados. A cidade receberia também um novo teatro com capacidade para 600 espectadores (no início do século XX, no lugar do antigo mercado, em frente à igreja de São Francisco de Assis) e uma nova sede para a Câmara, com a construção de um “*palacete com fachada nobre*”.

Nessa mesma ocasião é encomendado ao engenheiro municipal, Blaksley, um plano de expansão da cidade. Esse plano, consolidado no “Relatório do planalto do cruzeiro de Ouro Preto”, é apresentado em junho de 1893, curiosamente a mesma data de conclusão dos trabalhos da comissão presidida por Aarão Reis. Elaborado em observância às instruções definidas pela Secretaria do Interior, o relatório de Blaksley visa a “*contestar os quesitos*” e a demonstrar a viabilidade da construção de “*uma cidade que possa ser unida à histórica capital do estado de Minas*” (BLAKSLEY .1893).

Na descrição da região, de aproximadamente dois quilômetros quadrados, Blaksley ressalta a excelência dos ares salubres, do clima e das águas e a topografia favorável, possibilitando a implantação de estradas de rodagem e bondes. O documento prossegue analisando, detalhadamente, cada um dos itens: água potável, esgotos, edificações e construções, formação do solo – canga e quartzito, cales, areias, terra, madeiras (a serem extraídas das fazendas próximas) –, terras de cultura, com ênfase na produção do chá –

cultura importante em Ouro Preto –, mineração, o ouro e outros minerais – capazes de enriquecer quem *"queira trabalhar com os novos sistemas de extração e beneficiamento"* –, iluminação elétrica, ampliando-se a capacidade do sistema já existente, e interligação com a rede viária, prevendo-se a construção de planos inclinados e de um viaduto *"do morro da Forca ao morro do Planalto do Cruzeiro, medindo de longitude 331m x 10m de largura e uma elevação máxima, sobre o nível do rio Funil, de 76m"*. (BLAKSLEY, 1893). A construção seria com via dupla de estrada de bondes, aplicada, por sua vez, à estrada de ferro, assim como à estrada de rodagem e passeios laterais. Antevê também a possibilidade de extensão da estrada de ferro, que se entroncaria à rede de bondes a ser instalada nas ruas da cidade projetada.

Na parte "circunstanciada" do relatório, Blaksley apresenta o traçado, as dimensões e as características da cidade:

*"O traçado da cidade: É de norte a sul com 25 graus a leste, atendendo-se aos ventos, chuvas e sol; como a topographia do terreno. É dividida em central, suburbios e arrabaldes. A parte central terá 79 quarteirões de 100<sup>M</sup> x 100<sup>M</sup> cada um e 36 de 60<sup>M</sup> x 100<sup>M</sup> cada um.*

*Os suburbios terão 69 quarteirões de 100<sup>M</sup> x 100<sup>M</sup> e 12 de 60<sup>M</sup> x 100<sup>M</sup> cada um. Os arrabaldes terão 88 quarteirões de 100<sup>M</sup> x 100<sup>M</sup> e 11 de 60<sup>M</sup> x 100<sup>M</sup> cada um, sem se considerar varias propriedades que circulam o planalto, que podem ser adquiridas para dar mais extensão à cidade. A divisão dos primeiros quarteirões é de vinte oito predios cada um e dos segundos de vinte, dando-se a cada um predio 10<sup>M</sup> de frente por 30<sup>M</sup> de fundos.*

*Praças: A central que mede 154<sup>M</sup> x 154<sup>M</sup>, a do Leste que mede 154<sup>M</sup> x 130<sup>M</sup> e*

a do Oeste que mede  $120^M \times 120^M$ .

*Ruas: As principais são duas: A primeira que é de norte a sul com 25 graus a leste (isto é a da cidade) crusa com a praça central e mede de longitude  $1584^M \times 14^M$ ; a segunda é a transversal que mede de longitude  $1924^M \times 14^M$ , crusando no centro da Praça. As demais paralelas e transversaes as anteriores são de  $10^M$  de largura.*

*A parte central é rodeada pela entrada de circulação com  $20^M$  de largura, que pode ser arborizada, como as de 14 metros.*

*A somma total de predios na secção central é de 3660 casas, nos suburbios é de 2492 casas e nos arrabaldes de 2752, ou 8904 casas ao total.*

*Habitantes: Tomando-se por base que a construção seja só de um andar e a media de 6 habitantes, teremos um total de 53.424 habitantes”.*

(BLAKSLEY,1893)

Os planos restantes dimensionam e detalham as soluções técnicas e construtivas dos encanamentos e reservatório, do viaduto e dos movimentos de terra e terraplenos.

Não por acaso, a saudação final, de cunho positivista, é idêntica à do relatório de Aarão Reis: “saúde e fraternidade” (REIS,1893)

Neste plano, de muito maior envergadura do que o plano de melhoramentos de novembro de 1892, não vai considerar nem vai impedir a marcha dos acontecimentos. Não se tratava de um problema técnico, objetivo. Na verdade, a velha cidade não servia mais, por incompatível com a imagem de racionalidade e progresso que o positivismo republicano propagava e exigia. A nova cidade – ideal, científica e fora do tempo –, não cabendo nos becos

estreitos e nas morrarias da antiga capital, descola-se desta. Vai-se “*construir um novo espaço, higiênico e grande, o que significa não-colonial, limpo, varrido pela luz, visível para o controle, em suma, moderno*” (sobrenone, ano:53)

O estudo do Morro do Cruzeiro apresenta muitas semelhanças com o da Comissão chefiada por Aarão Reis. Ambos são conduzidos científica e positivista, reduzindo o papel da cidade ao atendimento das questões funcionais preestabelecidas pelos quesitos: circulação, abastecimento, salubridade, topografia e custo. Desconsideram completamente as conformações existentes: Blaksley sugere a união com a “histórica capital”, sem cogitar os impactos que isso traria; Aarão Reis, na análise da Várzea do Marçal, também propõe a incorporação das velhas São João Del Rey e Tiradentes, refundindo esses núcleos na nova conformação. Em Belo Horizonte, sabemos como isso se deu: do antigo Curral Del Rey restaram apenas a sede da Fazenda do Leitão e o lavabo que ficava na sacristia da velha matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem.

Ambos os relatórios revelam uma fé inabalável no progresso e nas possibilidades da tecnologia, evidenciada nas propostas de nivelamento dos terrenos, que se abstraem das condições reais dos mesmos, na criação, quase futurista, dos elementos de infra-estrutura viária, na adoção da eletricidade e na proposição de esquemas reticulados, cuja clareza ortogonal e centralizada melhor expressava os ideais de domínio e controle. Dessa concepção deriva também a hierarquização da cidade, com a segregação das diversas classes e estamentos estabelecida através de sua situação em relação ao centro da urbe.

Diferem-se os planos em seu nível de sofisticação e amplitude: a proposta de Blaksley, acanhada e óbvia, na verdade não atende aos requisitos estabelecidos nas "instruções" ; a de Belo Horizonte é notadamente mais "atualizada", tanto tecnológica quanto esteticamente.

No capítulo XV de seu livro sobre Belo Horizonte, intitulado "*Em Barbacena, depois renhidos debates, o congresso escolhe Belo Horizonte para a capital de Minas*". Abílio Barreto descreve as peripécias deste processo. Após a análise dos relatórios e a não consideração das reservas a Belo Horizonte, depois de várias seções e emendas foi escolhida, por apenas dois votos de diferença, Belo Horizonte. No dia 17 de dezembro de 1893 é promulgada a Lei n.3, adicional à constituição. Em seu artigo primeiro lê-se: "*fica designado o Belo Horizonte para aí se construir a capital do Estado*".( BARRETO,1996:427)

Barreto também registra: "*em Ouro Preto, como se pode imaginar, a notícia repercutiu dolorosa e tétrica, como um dobre a finados, ainda que seus habitantes acalentassem no coração uma última esperança- na caducidade da leis da mudança em virtude da angústia do tempo estabelecido para a transferência do governo, pois ninguém acreditava ali que se pudesse demolir um arraial, preparar o solo, construir uma cidade e mudar a capital em quatro anos, prazo final estabelecido pela Lei n.3, adicional à constituição*". (BARRETO,1996:432)

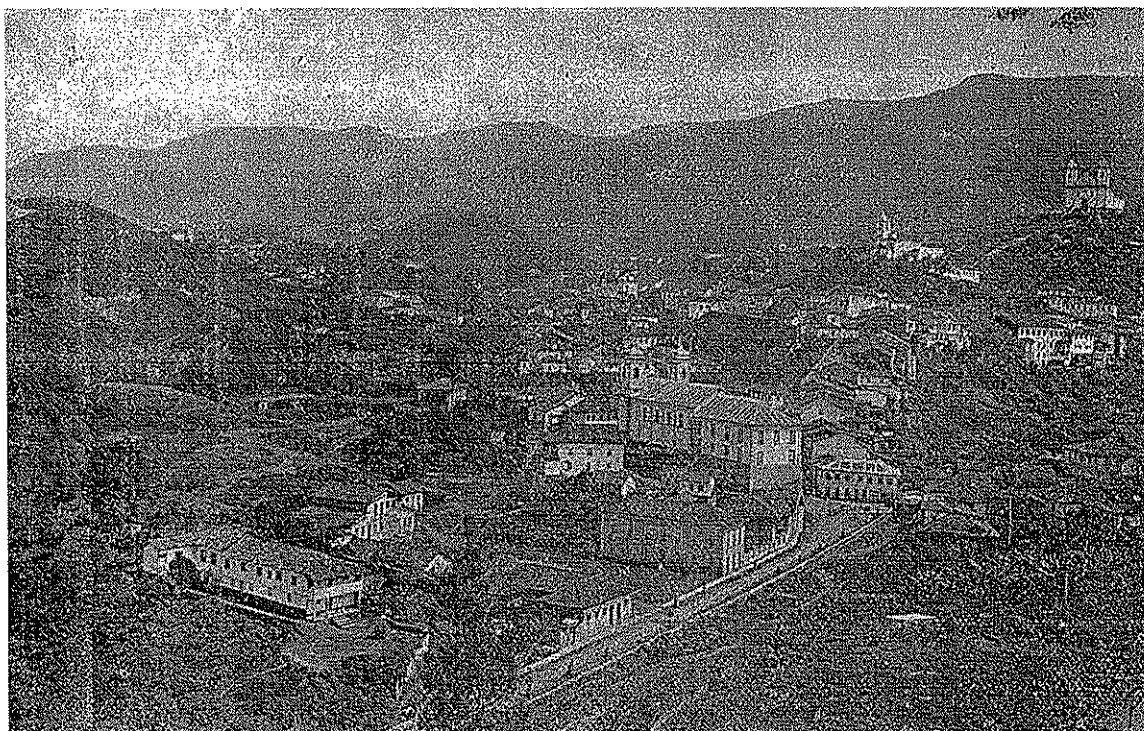


Figura 10 – Vista de Ouro Preto dos Fundos do Pilar  
Fonte – Senna ; 1911

#### **4.2 Novos discursos, novos papéis**

A construção da nova capital e o êxodo que se seguiu -- calcula-se que mais de 45% da população tenha emigrado -- vão colocar Ouro Preto em uma espécie de limbo, um local fora do tempo. Não sendo mais desse tempo, de que tempo seria esse lugar? Começam as evocações de glórias passadas e as constantes referências à sua história, e Ouro Preto vai se distanciando, perdendo sua consistência e completude, enfumaçando-se por ação dos discursos. Como se já tivesse cumprido seu papel, dissolve-se nas brumas do passado. À cidade da História, que transparece nos discursos e homenagens, contrapõe-se a cidade real que, por vazia e destituída de vitalidade, vai se deteriorando fisicamente.

Distanciamento e necessidade de intervenção vão cimentar as bases do surgimento das ações efetivas de restauro e conservação não mais de uma cidade mas de uma cidade-museu.

As iniciativas de conservação avançam primeiramente em outras direções, resultando na criação, por essa mesma época, do Arquivo Público Mineiro, cujo primeiro diretor, Xavier da Veiga, perdida a batalha contra a mudança da Capital, adota outras armas: por meio de diversas publicações, sendo a principal a "Efemérides Mineiras", constrói o ideário que conduzirá a restauração da cidade em seus significados históricos e simbólicos.

Xavier da Veiga havia sido um defensor exaltado e intransigente da permanência de Ouro Preto como capital, devido ao seu caráter histórico e simbólico. Xavier não via fundamentos na mudança e achava tudo um desperdício de recursos. Em discurso proferido em abril de 1891, ressalta os valores históricos que a cidade emana: *"Parece que nessa lamentável aberração, até a página gloriosa da Inconfidência ficou apagada e com ela a lembrança imorredoura dos primeiros mártires da liberdade nacional"*. Diante do fato consumado, registra o seu lamento e augura bons destinos à nova capital, *"desejando que o velho Ouro Preto, ora destituído dos seculados forais que ele honrou em todos os tempos e em todas as circunstâncias da nossa história, inspire sempre ao governo e aos legisladores do Estado a justiça, a simpatia e a benevolência que soem suscitar os golpeados do destino após longo ciclo de pujanças, de alevantados ideais dos nobres cometimentos"*. (VEIGA, 1998)

Xavier da Veiga encerra ali sua carreira parlamentar. A partir de



1895 vai dirigir e organizar o Arquivo Público Mineiro onde, acompanhando o processo de construção do saber histórico no Brasil, inaugurado em 1849 com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Nacional, vai cuidar do resgate do passado, através do *"registro dos magnos acontecimentos da História Mineira, da complexidade de suas respectivas ocorrências, antecedentes e efeitos..."*, de modo a dar conta dos acontecimentos e fatos históricos *"desde as primeiras entradas dos sertanistas, das primeiras explorações do território mineiro, das lutas que se lhe seguiram, até a transferência da capital do Estado de sua antiga e legendária sede para a nova Cidade de Minas"* (VEIGA, 1998:37).

O Arquivo Público Mineiro, criado por meio da Lei nº 126, de 11 de junho de 1895, deveria recolher e organizar os documentos relativos à memória histórica de Minas, determinando o artigo oitavo da mesma lei a redação, *"com exatidão e circunstanciado desenvolvimento, as efemérides sociais e políticas do Estado"*.

*"As Efemérides Mineiras são a tentativa de se demarcar as particularidades mineiras, como fixadas no passado, justificadas e reconstituídas historicamente"*. Constituem assim uma espécie de ensaio da história e antropologia regional, buscando situar a identidade histórica e cultural da "região" mineira dentro da nação brasileira e construindo uma *"memória e uma identidade para Minas Gerais, como forma de unir e transmitir um conjunto de interpretações do passado"* (VEIGA, 1998:31)

*"Xavier da Veiga talvez tenha sido mesmo a expressão viva deste momento em que se redefinia, no interior das conjunturas nacionais, o lugar da história: os arquivos e os grandes registros historiográficos totalizadores que*

*pudessem servir como referência permanente do passado*” (VEIGA, 1998). Ao estabelecer suas prioridades e hierarquias, deixa clara sua visão da História de Minas como luta contra o despotismo e busca da liberdade: 19 páginas são dedicadas à Guerra dos Emboabas; 29, à sedição de Vila Rica e à Revolução Liberal de 1842; 58, à Inconfidência Mineira.

Xavier da Veiga queixa-se também da *“gélida indiferença e triste desamor com que é vulgar olharem-se as coisas -- mesmo as mais edificantes -- do passado, como se da seiva dele, latente mas poderosa e fecunda, não procedesse nossa vitalidade atual, que dará por sua vez vigor e luz às gerações e cometimentos do porvir”*. (VEIGA, 1998:47)

As suas concepções de História de mineiridade vão assinalar o começo da construção do mito da “mineiridade”. Essas concepções acompanharão a história mineira e vão ser reforçadas e ampliadas, chegando, depois, a ser concretizadas no espaço mesmo da própria cidade, quando do seu tombamento e da criação do Museu da Inconfidência.

Veiga já assinala o novo destino da cidade, conformando-se com a transferência da capital, como um fato inelutável da História, uma triste contingência: Ouro Preto passaria a ser o depositário desses valores, o lugar concreto onde a mineiridade se construiu.

Nas duas primeiras décadas do século e, em especial, por ocasião do Bicentenário de Ouro Preto, quando é publicada uma coletânea de textos, surge uma série de artigos e de discursos sobre a cidade. Seus autores começam a ensaiar a colocação da cidade no quadro geral do ideário nacionalista.

Muitos desses discursos estão impregnados por uma difusa melancolia, melancolia esta que vai também aparecer na capital Belo Horizonte, por meio de paisagens pintadas nas varandas e pela construção de uma réplica do Itacolomi na Praça da Liberdade, antecipando a nostalgia de Drummond, como a Itabira do poeta, Ouro Preto é um retrato na parede.

Na “Memória Histórica”, publicada em celebração dos duzentos anos da cidade, são reunidos diversos ensaios que intencionam realizar um inventário sintético de seus valores. Nelson de Senna e Augusto Velloso tratam da origem da vila e da cidade segundo seus aspectos jurídico-institucionais; Lúcio dos Santos, em um relato minucioso, aborda a Inconfidência Mineira e enaltece a figura de Joaquim José da Silva Xavier, cuja *“memória não dorme no bronze ou no pranto ... e viverá e palpitará no coração reconhecido da posteridade”* (SENNA, 1911); a Revolta de 1720 é estudada por Rodolfo Jacob, e a Arcádia Mineira, por Mário de Lima.

Ao lado das glórias da história, outros estudos indicam valores atuais. A geologia do município, com a descrição de suas riquezas e potenciais – do ouro e do minério de ferro em particular, *“que muito produzirão se utilizados métodos modernos”* –, é descrita e analisada por Benedito José dos Santos, que oferece como exemplos as iniciativas de Eschwege, de 1812, e a Usina Esperança, recém-inaugurada.

A outra grande vocação da cidade que constituíra *“um dos mais notáveis centros intelectuais do Brasil, na última metade do século XVIII e no século XIX”*, surge nas “Notas sobre alguns estabelecimentos de Ouro Preto”, escritas por Cláudio de Lima. O autor elenca a Escola de Farmácia, de 1839,

cujo edifício atual ocupa a antiga "Chácara dos Monges"; o Colégio da Assunção, da Congregação da Missão, de 1840; a Escola de Minas, com criação definida em Resolução de 1832, instalada primeiramente na Rua das Mercês e depois transferida para o Palácio, de 1876; o Liceu de Artes e Ofícios, criado em 1886, com sede em estilo "americano moderno", cuja construção, iniciada em 1889, "*encontra-se até agora não concluída*"; o Ginásio de Ouro Preto (antigo Liceu Mineiro), de 1898, situado na Rua do Rosário; a Escola Normal de Ouro Preto, de 1873; e, ainda, os colégios particulares Copsey, Brandão e Mineiro.

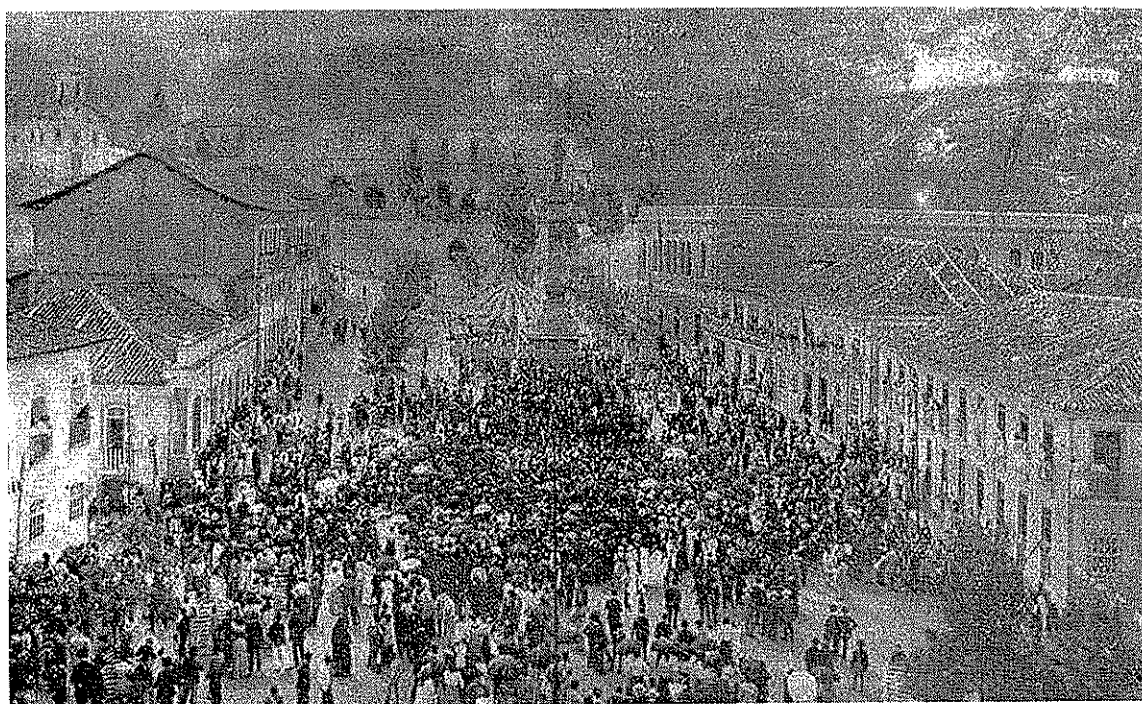


Figura 11 – Comemorações do Bicentenário de Ouro Preto  
Fonte Senna, 1911



Figura 12 – A Praça Tiradentes no início do século XX  
Fonte — Bandeira ; 1938

Dois longos ensaios serão fundamentais para a fortuna crítica de Ouro Preto, pois suas informações e julgamentos servirão de lastro para as sucessivas visões da cidade por parte dos novos viajantes. No entender de BAZIN seus autores: Furtado de Menezes e Diogo de Vasconcelos, constituem os pioneiros da pesquisa de história da arte no Brasil. No texto intitulado “A Religião em Ouro Preto” , Furtado de Menezes apresenta o processo de construção e transformação da arquitetura religiosa, suas motivações e seu rebatimento na vida econômica e social. Descrevendo etapas construtivas e modificações aportadas nos séculos XIX e XX, noticia a reforma das matrizes, como no caso do Pilar, que teve seu frontispício refeito entre 1848 e 1852, com a construção das torres e a nova composição, de gosto erudito. Refere-se, também, a aspectos desaparecidos: ao grande número de oratórios

particulares existentes nas esquinas, remanescentes em algumas poucas casas e erigidos, nos primórdios da Vila, como recurso contra as incursões de malfeitores, e às procissões e festas de “largo”, que, com a decadência da cidade, haviam então deixado de acontecer.

No estudo “As Obras de Arte”, surgem conceitos e considerações que redefinem e confirmam o novo papel da cidade. Diogo de Vasconcelos, que escreve também a “História Antiga de Minas Gerais” e a “História Média de Minas Gerais”, publicados respectivamente em 1901 e 1918, além de analisar a “estética” pontual das principais edificações – capelas dos velhos arraiais, capelas das irmandades, Palácio, Casa da Câmara – (então Penitenciária), Casa dos Contos (sede dos Correios) e Santa Casa – , do traçado urbano e da Praça, acrescenta uma série de edifícios que, embora não possuam qualidades excepcionais do ponto de vista artístico, *“se encarecem pelo seu lado puramente histórico”*, concluindo que *“não há portanto casa ou rua em que não vibrem recordações as mais caras de um povo”* (VASCONCELOS, 1911: 183/184). Assim, em seu entender, a cidade *“que foi o cérebro organizador da casa mineira, oficina das leis e da ordem, é o maior monumento de seus monumentos”*.

Na leitura dos edifícios singulares, quando trata da igreja de São Francisco de Assis, considera-a *“obra perfeita e acabada ... que não tem rival”*. Sobre o seu autor, Antônio Francisco Lisboa, seu juízo é enfático: *“Sabendo apenas ler e escrever mas conhecendo bem os preceitos de Vignola e a Bíblia sua leitura predileta, o Aleijadinho, que pois desenhou esta Igreja e a construiu, não foi, como se vê, um simples copista mas um inventor sublime e*

*espontâneo*” (VASCONCELOS,1911:148). Sobre as circunstâncias que tornaram possível o aparecimento desse formidável artista, adianta algumas hipóteses, que serão posteriormente retomadas e, em parte, confirmadas pelos modernistas e pelos estudiosos da cidade e do Barroco das Minas. Diogo de Vasconcelos constata que o *“Aleijadinho no entanto aqui nasceu, aqui morreu. Nunca foi longe de seu ambiente natal procurar ensinamentos, contemplar modelos, desenvolver idéias. Era um iletrado, mas que viveu num tempo, quando Vila Rica foi centro de luzes, único em todo o Brasil”*.

O programa das festas do Bicentenário de Ouro Preto, que teve seu ápice em 8 de julho de 1911, vai inaugurar uma nova tradição. Nesse dia a capital transferiu-se para a cidade, e procedeu-se à distribuição de medalhas na então Praça da Independência. Paralelamente aos eventos cívicos, ocorreram visitas aos lugares históricos, festas populares e exibição de filmes. A cidade, engalanada, recebeu seus convidados: com as ruas enfeitadas com estandartes e guirlandas, fachadas reformadas e pintadas, buscava reafirmar o seu papel de destaque na história nacional. Para os ouropretanos a celebração serviu para desmentir as notícias que davam conta do desaparecimento iminente da “Velha Heroína” e para demonstrar o seu amor pela pátria e sua preocupação em *“conservar o patrimônio precioso que recebemos ... para transmiti-lo engrandecido aos nossos filhos...”*.

Embora se augure *“que Deus prolongue por longos séculos ainda a existência preciosa da cidade”*, são recorrentes nos discursos adágios como o de Lúcio dos Santos:

*“O futuro é incerto; não temos sobre  
ele autoridade definida  
O presente foge diante de nós, como  
uma sombra que passa ligeira  
Só o passado nos pertence, é nele  
que realmente vivemos.”*

Alceu de Amoroso Lima – o Tristão de Ataíde – publica, em 1916, na Revista do Brasil, um artigo intitulado "Pelo Passado Nacional". Assustado com a incúria e abandono em que se encontrava o patrimônio estético e sacro mineiro, amplifica e enfatiza a necessidade urgente de se proceder à conservação de Ouro Preto. Entendendo que a consolidação da nacionalidade não poderia prescindir dos monumentos, símbolos da pátria, convoca: *“dos nossos mortos amados, ouvi uma queixa longa e sentida contra o desamparo em que os deixam os brasileiros de hoje. Acorrei filhos ingratos dessa terra: vinde ouvir lamentação das ruínas”*. Para Minas dirige a sua atenção, principalmente para Vila Rica e Tejuco. *“A capital do ouro e a capital do diamante, de sua expressão do cunho radioso, que permitiu e realizou a conquista do sertão”*. O território duplamente heróico das Minas, revelado em dois momentos – no desbravamento bandeirista e na inconfidência –, encarnaria, a partir de então, um lugar excepcional, onde a identidade nacional se alicerçou.

Para Tristão, arte e religião, tão emaranhadas em Minas, são os valores maiores dessa terra, como também vão ser os valores maiores da



corrente "espiritualista" do modernismo, que ele irá integrar.

Também Mário de Andrade visita Minas no final da segunda década deste século . Publica, em 1920, um estudo sobre arte religiosa no Brasil, na qual Antônio Francisco Lisboa é definido como um gênio da raça.

A "questão" do Aleijadinho e tudo que lhe é associado – manifestação poderosa e primeva da genialidade nacional, expressão máxima da fusão de raças e culturas que caracterizam a nação brasileira – figurarão sempre nas visões da cidade, e o artista constituirá, ao lado de Tiradentes, um dos seus personagens emblemáticos.

O Aleijadinho, estudado depois por todos que lhe seguiram – Lúcio Costa, Dr. Rodrigo, Sylvio e Lourival – será a figura síntese, no plano artístico, do gênio da raça, a encarnação da nossa cultura artística, autônoma e fecunda. Na verdade, sua lenda começa a ser construída ainda no século XVIII e, recolhida por Rodrigo José Ferreira Bretas (1859) e Xavier da Veiga, reaparece nas comemorações do bicentenário. Tiradentes e Antônio Francisco vão constituir o que Manuel Bandeira intitula de "*as duas grandes sombras de Ouro Preto*", os pilares de sua transformação em monumento.

Nos anos vinte seguem-se novas viagens: a de Lúcio Costa, então estudante bolsista patrocinado por José Mariano Filho, a de Gustavo Barroso, e a dos excursionistas paulistas encabeçada por Mário de Andrade, com Tarsila, Oswald e Blaise Cendrars. Por meio dessas viagens e estudos, Minas é colocada no foco do modernismo.

Mas nem todos os modernos concordam. A querela, no campo da arquitetura e das artes, vai advir da diversa interpretação da tradição: utilização

do vocabulário do passado e visão concreta da história, que caracterizam a produção eclética neocolonial, ou uma visão "positiva", vivificante, de retomada de temas e modos de fazer, como que vão querer Mário, Tarcila e, depois de sua conversão, Lúcio Costa.

Em um primeiro momento, prevalece a visão "museológica", entendida como a postura que presidia a seleção e organização das coleções e instituições museológicas da época, ou seja, depositários de objetos-testemunhos de natureza excepcional do ponto de vista da história pátria ou do ponto de vista artístico, que deveriam ser custodiados em vitrines e redomas, avulsos da vida e das contingências do tempo (posteriormente, com o tombamento, os edifícios excepcionais que, por óbvias razões, não poderiam ser transportados para os museus<sup>1</sup> vão receber uma redoma jurídica e, como nos objetos museológicos, também sobre eles é aposta a placa de "não tocar"),

Gustavo Barroso, que vai criar e dirigir, a partir de 1921, o Museu Histórico Nacional, será o responsável pelas primeiras medidas efetivas de conservação e restauro levadas a cabo no país e incentivará a criação de órgãos de preservação ligados ao poder público. No relato de uma viagem a Minas, realizada em 1926, publicado nos Anais do Museu Histórico Nacional (1947:579-585), Gustavo encontra uma cidade *"soturna, recolhida, triste... como que adormecida no fundo do passado"*. Relembra uma estadia anterior, em 1910, quando *"não tinha olhos de ver e admirar aquele relicário arquitetural"* (ANAIS V, 1947:580). Naquela ocasião, em companhia de Augusto de Lima, então diretor do Arquivo Público Mineiro, retira uma das portas das

ruínas da presumida casa de Marília de Dirceu e a coloca em uma vitrine do Museu.

Retornando à cidade em 1928, encontrará o mesmo estado de abandono e pior, as antigas ruínas da casa de Marília abrigando uma escola construída "*nesta superfaturação denominada convencionalmente estilo colonial*" (ANAIS, 1947:582). De Ouro Preto segue para Belo Horizonte, onde, em audiência com o presidente Antônio Carlos, antigo companheiro de parlamento, insiste na adoção, por parte do estado, de ações efetivas de conservação e restauro, visto ser a defesa de seu patrimônio uma responsabilidade inarredável.

Os desdobramentos desse encontro são noticiados em um artigo publicado no Correio da Manhã: "*o senhor Antônio Carlos pretende realizar na sua terra... a defesa do patrimônio histórico, artístico e tradicional de Minas, que é dos mais ricos do Brasil*". Seria intenção do presidente realizar "*um grande plano de defesa de monumentos históricos de Minas, tanto os de valor artístico quanto os de valor tradicional, quer leigos, quer religiosos*". Nesse plano, que contemplaria as principais cidades históricas de Minas, além da conservação e restauro das igrejas, chafarizes, pontes e "*outros vestígios do passado*", seriam incluídas ações de constituição de museus e levantamento de "*documentação arquitetural, de mobiliário e de usos*" (BARROSO,1928:6-7)

Ao descrever sua relação com a cidade, Gustavo Barroso esclarece suas motivações e propósitos: "*Ouro Preto me atrai e me fascina, porque ali não é somente o passado que sinto, palpo e respiro, porém, o passado de minha terra, o passado de minha raça e o passado de minha*

---

*língua*". Por isso a sua pregação pela "*necessidade de tornar aquela cidade como cidade sagrada do Brasil*", defendendo-a dos "*insultos do tempo ... e da tolice dos homens*", transformando-a em "*uma verdadeira Nurembérgia do sertão*." (BARROSO,1928:13). Informa que algumas providências já haviam sido tomadas, como no caso da igreja de São Francisco de Assis, restaurada no Governo Mello Viana. Embora com alguns senões – pintura imitativa de madeira sobre as madeiras originais, colocação de ladrilhos brancos "*de leiteria ou cafés suburbanos*" nos corredores laterais – as obras "*protegeram, limpam e deram-lhe mais um século de vida*".

Sob a supervisão de Barroso e o patrocínio do Governo do Estado de Minas, são restauradas, no final da década de vinte, a igreja de Nossa Senhora do Rosário, a capela de São João, a Casa dos Contos e a ponte de São José. Conduzidas as obras com os critérios analógicos e estilísticos de Viollet-Le-Duc, reconstroem-se e complementam-se os aspectos originais dessas edificações, perdidos ou alterados ao longo do tempo.

Esses discursos e ações logo se concretizam e se difundem, seja através dos projetos de lei para a criação de uma instituição de tutela dos monumentos, das instruções para o clero, como a Carta Pastoral dos Bispos da Província Eclesiástica de Minas Gerais, de 1926, alertando para a necessidade de assegurar a conservação das igrejas, ou das leis municipais de 1931 e 1932, onde, ao lado de recomendações para a manutenção das fachadas, aparecem menções ao turismo, nova vocação da cidade-museu.



Figura 13– Excursão ao túmulo de Aleijadinho  
Fonte – Martins; Damasceno, 1996

### 4.3 A restauração das cidades

Na década de vinte, sugerem-se os projetos de Lei relativos à conservação do patrimônio: do Deputado Luiz Cedro, 1923; de Augusto de Lima, visando impedir a exportação de obras de arte de Minas de 1924; anteprojeto de Lei Federal de Jair Lins, de 1925, calcado na legislação francesa e italiana, que estabelece o direito da coletividade sobre a conservação do patrimônio. E o projeto de Wanderley Pinho, baseado nas propostas de Luiz Cedro e Jair Lins, de 1930. Pela constituição de 1930, o Governo Federal passa a dispor de poderes extraordinários na matéria.

Em Ouro Preto, dois decretos municipais, promulgados em 1931 e

1932, obrigam a manutenção das fachadas nas formas coloniais e a adoção desta linguagem, nas novas construções, visando a conservação da fisionomia tradicional da cidade e seu reforço como destinação turística.

Com o Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933, Ouro Preto é elevado à condição de monumento nacional e passa a ser tutelado pelo Governo Federal. No texto do Decreto encontram ressonância remotos clamores:

*“ O chefe do governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições contidas no artigo 1 do Decreto n.º 19.398, de 11 de novembro de 1930;*

*Considerando que é dever do poder público defender o patrimônio artístico da nação e que fazem parte das tradições de um povo os lugares em que se realizam os grandes feitos de sua história;*

*Considerando que a cidade de Ouro Preto, antiga capital do Estado de Minas Gerais, foi teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nossa nacionalidade e que possui velhos monumentos, edifícios e templos da arquitetura colonial, verdadeiras obras de arte, que merecem defesa e conservação;*

Resolve:

*Art.1- Fica erigida em Monumento Nacional a cidade de Ouro Preto, sem ônus para a União Federal e*

*dentro do que determina a legislação vigente.*

*Art. 2- Os monumentos ligados à História Pátria, bem como as obras de arte, que constituem o patrimônio histórico e artístico da cidade de Ouro Preto; ficam entregues à vigilância e guarda do governo do Estado de Minas Gerais e da municipalidade de Ouro Preto, dentro da órbita governamental de cada um.*

*Art. 3- Os monumentos de arte religiosa, mediante acordos que forem firmados entre as autoridades eclesiásticas e o Governo do Estado de Minas e a municipalidade de Ouro Preto, poderão ser por estes mantidos em estado de conservação do monumento nacional erigido pelo presente decreto.*

*Art. 4- Em virtude deste decreto nenhuma alteração ou modificação advirá no organismo municipal da cidade de Ouro Preto e, bem assim, em todas as suas relações de dependência administrativa com o Governo do Estado de Minas Gerais.*

*Art. 5- Revogam-se as disposições em contrário”.*

Com a criação, no ano seguinte, da Inspeção de Monumentos Históricos, vinculada ao Museu Histórico Nacional dirigido por Gustavo Barroso, os problemas da conservação e restauração da cidade e de seus valores assumem dimensões nacionais, demandando urgências operativas. Em

1935 Barroso apresenta um “Plano de Restauração” da cidade de Ouro Preto. Esse plano, primeiro no Brasil, na verdade contemplava a restauração de edificações singulares, igrejas, pontes e chafarizes e vai ser executado nos próximos três anos, com uma verba de 200 mil réis.

Assim é levado a efeito um programa sistemático de obras de restauro, sob a responsabilidade de Epaminondas Macedo. Engenheiro formado pela Escola de Minas, egresso da Repartição Geral dos Telégrafos, onde trabalhara na restauração da Casa dos Contos, Macedo será integrado à Inspetoria, em 1935. Outro assíduo colaborador de Barroso será José Wash Rodrigues, que já havia trabalhado no Rosário.

No volume V dos Anais do Museu Histórico Nacional, relativo ao ano de 1944 mas publicado somente em 1948, a breve história da Inspetoria é consolidada. Ali são reproduzidos artigos publicados na imprensa, cartas, instruções, planos de obra, descrições de serviços executados e relatórios conclusivos. Acompanhados por registros fotográficos, orçamentos e especificações minuciosas, os textos permitem esclarecer o que foi feito exatamente, as motivações e os princípios ordenadores das intervenções. Foram executadas as seguintes obras:

#### Chafarizes

- de Marília : restauração completa e novo encanamento de água;
- de Ouro Preto: restauração completa e novo encanamento de água;
- da Glória: restauração completa, recomposição das carrancas, conserto do gradil e novo encanamento de água;
- da Penitenciária: restauração completa e novo encanamento de água;



- dos contos: retirada do calçamento que escondia a parte interior, colocação de novo tanque, restauração total e novo encanamento de água;
- de Antônio Dias: restauração completa, colocação de gradil e novo encanamento de água;
- do Rosário: restauração da cruz limpeza, e consertos;

pequenos consertos e trabalhos de restauração foram também executados nos chafarizes Coluna (no Alto das Cabeças), da Rua das Cabeças, do Ginásio, do Bonfim, do Alto da Cruz, das Lajes, do largo de Frei Vicente, do Jardim Botânico, das Águas Férreas.

#### Pontes

- dos contos: restauração completa com retirada do gradil moderno e colocação de bancos de cantaria e nova cruz, restabelecendo o aspecto colonial e melhorando o tráfego da cidade;
- de Antônio Dias: restauração total;
- de Henrique Lopes: conserto;
- do Rosário: restauração total;
- da Barra: desentupimento e conserto;
- do Padre Faria: conserto.

#### Templos

- Igreja de Nossa Senhora do Carmo: recomposição dos ornatos danificados, nova platibanda, restauração do telhado, das janelas, dos tetos, dos entablamentos, das fachadas, do frontispício, das torres e das sacadas, pintura, reboco e caiação;
- Igreja de Nossa Senhora do Rosário: colocação de portas faltantes,

conserto e feitura de 40 bancos, em estilo antigo, para a nave;

- Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Antônio Dias): restauração da escadaria, de todo o assoalho e do altar-mor e consertos no telhado;
- Igreja de São Francisco de Assis: substituição dos ladrilhos modernos das paredes por lambris em estilo igual aos da capela-mor, recomposição dos ornatos do pórtico, limpeza das fachadas e beirais, retirada do cemitério moderno lateral que enfeiava o conjunto arquitetônico, conclusão do muro do adro, retirada da pintura sobreposta nos retábulos, caiação, etc;
- Capela do Padre Faria: restauração do assoalho, da pintura e do ouro dos altares, recomposição do telhado e do forro, muramento do adro e limpeza completa;
- Capela de Sant'ana: restauração completa;
- Capela da Piedade: restauração completa;
- Igreja de Mercês de Baixo: consertos;
- Igreja Matriz do Pilar: projeto de restauração do teto.

Com esses trabalhos, *"afinal, os olhos maravilhados do Brasil todo descobriram essa relíquia preciosa"* (BARROSO, 1948).

Essas obras, a serem entendidas como de consolidação estrutural e reconstituição de elementos degradados, obedeciam a um estudo prévio onde, com a análise das técnicas construtivas empregadas, do estado de conservação e da identificação das causas de degradação, procedia-se a uma listagem dos serviços a serem executados. Nas reintegrações utilizava-se o concreto e, por vezes, pedras retiradas das antigas jazidas existentes próximo ao pico do Itacomí.

Quando os estudos identificavam descaracterizações nos edifícios, buscava-se recompor a sua unidade de estilo e de estética, com os procedimentos iguais aos utilizados por Viollet-le-Duc. Na ausência de documentos adotavam-se soluções encontradas em monumentos semelhantes, com critérios analógicos. Um dos exemplos mais claros deste método é a restauração da Ponte dos Contos, na Rua São José.

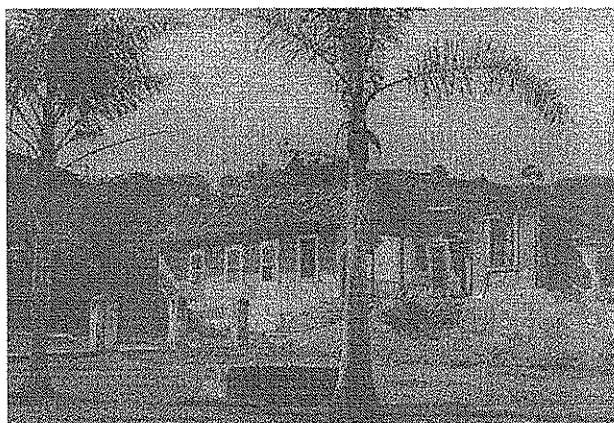


Figura 14 – Ruínas da Casa de Marília de Dirceu, demolida na década de 20.  
Fonte – Anais do MHN, 1948



Figura 15 – Ponte dos Contos antes da restauração executada pela Inspeção de Monumentos.  
Fonte – Bico de Pena de José Pio, s.d.

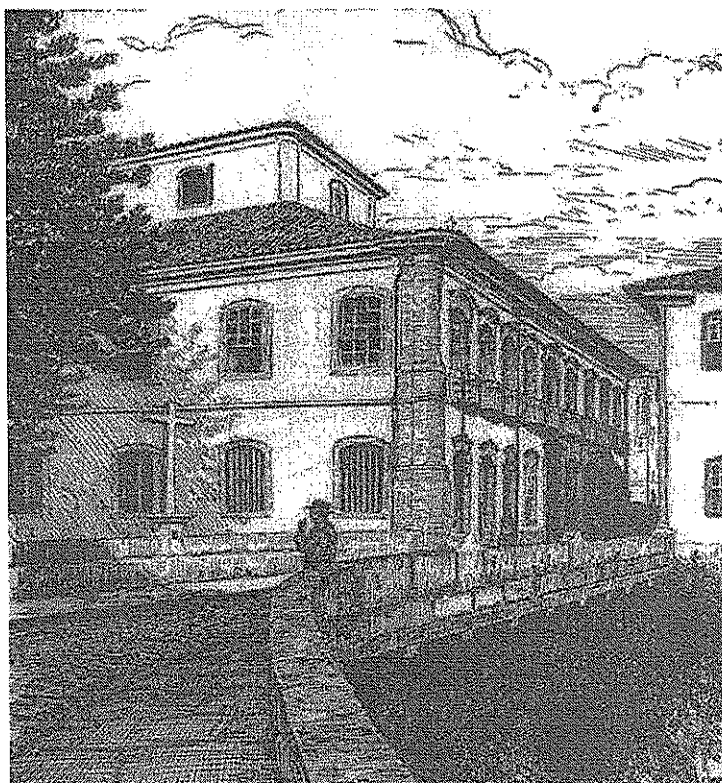


Figura 16– Ponte dos Contos restaurada conforme os princípios de Viollet-Le-Duc  
Fonte – Bandeira, 1938

Ao lado dessa interpretação da cidade e, portanto, e do Patrimônio Nacional, outra surge: a excursão modernista, capitaneada por Mário e Oswald de Andrade, vai inaugurar um novo caminho, uma nova leitura não mais nostálgica mas “aplicativa” e com uma tarefa precisa: construir o futuro. Nessa nova leitura, de depositária de valores históricos “congelados” e coisas antigas, a cidade passa a personificar valores “ativos”, a serem “reciclados” criativamente.

Provam isso a reformulação da pintura de Tarcila, a literatura e a própria produção da nossa arquitetura modernista, que incorporam os temas, as formas e as cores desse redescoberto Brasil. Como os paulistas, também Lúcio Costa e Manoel Bandeira visitam Minas. Rodrigo, Capanema, Carlos

Drummond de Andrade, Sylvio e outros protagonistas dos primeiros tempos, por serem mineiros, não contam.

A importância desta redescoberta é confirmada pelo depoimento de Tarsila *“minha pintura a que chamaram de “pau- Brasil” teve sua origem numa viagem a Minas, em 1924. [...] o contato com a terra cheia de tradição, as pinturas das igrejas e das moradias daquelas pequenas cidades essencialmente brasileiras- Ouro Preto, Sabará, São João del Rei, Tiradentes, Mariana e outras despertaram em mim o sentimento de brasilidade”*. (catálogo da exposição Tarsila 1918-1950. MAM: São Paulo, 1950)

Essa postura, que está presente no projeto de lei, formulado por Mário de Andrade, para a criação do Patrimônio, vai presidir mais adiante a ação enfim “recriado” SPHAN.

Mário de Andrade, que em suas peregrinações a Minas já havia publicado um artigo sobre arquitetura colonial e sobre o Aleijadinho, quando recebe de Capanema a incumbência de redigir um projeto para criação de uma instituição que cuidasse do Patrimônio Artístico Nacional, vai imprimir-lhe caráter totalmente diverso do da Inspetoria.

Com sua experiência de diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, os olhos impregnados pelas viagens, e suas convicções “antropofágicas”, em apenas dez dias apresenta uma proposta inusitada e abrangente. No seu entender, o Patrimônio Nacional e, por conseqüência, a identidade do país eram constituídos pela somatória dos “produtos” culturais, de múltiplas formas, consistência e suportes, abarcando desde os “monumentos” de pedra até os modos de viver e ser do povo. Define

e agrupa suas diversas categorias: Arte Arqueológica, Arte Ameríndia, Arte Popular, Arte Histórica, Arte Erudita Nacional, Arte Erudita Estrangeira, Artes Aplicadas Nacionais e Artes Aplicadas Estrangeiras (ANDRADE, 1936:91-100).

No detalhamento de cada uma das categorias vão figurar desde *“objetos de uso doméstico e manifestações de folclore até determinados lugares agenciados de forma definitiva pela indústria popular, como vilarejos lacustres vivos da Amazônia, tal morro do Rio de Janeiro, tal agrupamento de mocambos no Recife, etc”* (ANDRADE, 1936). Introduce-se também o conceito de Artes Históricas relativo às manifestações que, embora *“sob o ponto de vista de Arte Pura não são dignas de admiração”*, foram *“criadas para um determinado fim que se tornou histórico ... Ou porque se passaram nelas fatos significativos de nossa história... Ou ainda porque viveram nelas figuras ilustres da nacionalidade”*. Essas manifestações – e Ouro Preto se enquadra nessas definições – *“devem ser conservadas tais como estão, ou recompostas na sua imagem histórica”*. Mário estende esse conceito a todo e qualquer objeto que possua um significado histórico: *“tanto um espadim de Caxias, como um lenço celebrando o 13 de maio”*. (ANDRADE, 1936:93)

Na questão organizacional e normativa do Serviço de Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN), instituiu quatro livros de tombamentos e museus:

*“1- Livro de Tombo Arqueológico e Etnográfico, correspondente às três primeiras categorias de artes: Arqueológica, Ameríndia e Popular;*

*2- Livro de Tombo Histórico, correspondente à quarta categoria, Arte Histórica;*

*3- Livro de Tombo das Belas Artes – Galeria Nacional de Belas Artes, correspondentes às quinta e sexta categorias, Arte Erudita Nacional e Estrangeira;*

*4- Livro de Tombo das Artes Aplicadas – Museu de Artes Aplicadas e Técnica Industrial, correspondentes à sétima e oitava categorias, Artes Aplicadas Nacionais e Estrangeiras”.*

Concebe o “serviço” e os museus como um órgão de cultura vivo e atuante, onde as referências do passado e as manifestações do presente seriam processadas e articuladas, conferindo-lhe um caráter pedagógico, educativo. Os aspectos jurídicos e as implicações para os detentores dos bens tombados não foram considerados, mesmo tendo sido a proposta calcada no estudo de Jair Lins.

Mário de Andrade, irá ser uma das presenças mais assíduas das reuniões que Dr. Rodrigo promovia, transformado-se em um membro ativo da “academia” SPHAN.

Impressiona o avanço de sua concepção. Nessa ocasião, como vimos pela análise das formulações da Conferência de Atenas de 1931, a noção de patrimônio abarcava somente alguns edifícios isolados.

Com o Decreto- Lei 25, de 30 de novembro de 1937, é constituído o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, sendo a Inspetoria extinta no ano seguinte. O organismo criado mantém da proposta de Mário apenas a estrutura dos Livros de Tombo e o Conselho Consultivo. Totalmente reformulado por Rodrigo Mello Franco de Andrade,

reduz e restringe a noção de patrimônio, desconsiderando a vertente popular e os bens “imateriais” presentes naquela proposta. O abandono de certas concepções presentes no projeto de Mário, que possuiá um caráter amplo e antropológico, inusitado e original, deveu-se à convicção de que o Brasil não estaria ainda preparado para executá-lo e às dificuldades operativas que sua implantação implicava. Rodrigo M. F. de Andrade, por indicação de Manuel Bandeira e Mário de Andrade, reformula o projeto e recebe, de Capanema, a incumbência de tocar o Serviço. Entretanto, o espírito da proposta inicial será resgatado com a criação, no final dos anos 70, da Pró-Memória, por Aloísio Magalhães.

Nos tempos heróicos do SPHAN, que correspondem ao período sob a direção de Rodrigo, vão ser levadas a efeito as tarefas de identificação, tombamento e restauração do patrimônio edificado brasileiro. Esse momento assinala, decisivamente, o empenho da “inteligência” nacional na proteção do patrimônio. O SPHAN consolida, em bases muito mais firmes, as iniciativas e demandas anteriores. O texto do Decreto-Lei 25 é muito mais detalhado e preciso do que o da extinta entidade: define os objetos e suas categorias, estabelece procedimentos e tarefas e viabiliza a criação de uma estrutura organizacional responsável pela execução dos trabalhos.

A primeira tarefa do serviço será a de se construir enquanto instituição. Na análise de SANTOS (1996:77), esse processo resultará na Academia SPHAN, ou seja, *“A institucionalização de um lugar da fala, que permite a emergência de uma formação discursiva específica, cuja dinâmica*



*simbólica é dada pela permanente tematização do significado das categorias de histórico, de passado, de estética, de nacional, de exemplar”.*

Sob a liderança de Rodrigo M.F. de Andrade, o grande aglutinador da “rede de relações que se formaria em torno do serviço, e de Lúcio Costa, o “teórico” da arquitetura e da modernidade, o grupo fundador do patrimônio, ao qual pertencem também Mário de Andrade, Carlos Drummond e Manuel Bandeira, irá *“desenvolver estratégias de legitimação, que através da elaboração cada vez mais complexificada e sofisticada da formação discursiva, quer através de um ordenamento cada vez mais diferenciado em critérios, de um conjunto de práticas culturais, destacando-se como a mais importante Instituto de Tombamento”.* (SANTOS, 1996:77).

Ainda sobre a composição da Academia registramos os seguintes nomes, elencados em depoimento de Lúcio Costa, onde elenca os seguintes nomes: Gilberto Freire, Alceu Amoroso Lima, Murilo Mendes, Aníbal Machado, Rubem Braga, Cecília Meireles, Vinícius de Moraes, Raul Bopp, Pedro Nava, Mário Pedrosa, Manuel Bandeira e Sérgio Buarque de Holanda, Luís Jardim, Alcides da Rocha Miranda, Prudente de Moraes Neto e Afonso Arinos.

Lançando mão de diversos procedimentos – que incluíam viagens, pesquisas arquivísticas e de documentos, organização do arquivo central e da biblioteca, levantamento e identificação dos acervos, criação de museus, publicação de estudos, promoção de cursos, tombamentos e ações de conservação e restauro – , o serviço estrutura-se.

Ouro Preto, já consagrada como monumento nacional e enfeixando, portanto e consensualmente, todas as categorias de valores, será

o lugar ideal para o estabelecimento dessas práticas. No dizer de ÁVILA (1980:11), ela é *“a cidade síntese, a cidade- documento que nos entrega na sua coerência e autenticidade, a imagem viva de uma cultura, de um estilo civilizador e de um modo de ser que marcaram toda uma decisiva época da formação mineira, da formação brasileira”*.

Integralmente tombada e inscrita no livro das Belas- Artes (Inscrição nº 39, fls.8, 20/04/38), Ouro Preto inicia uma nova fase. A abertura de novas ruas, a restauração e reestruturação de edifícios existentes, as novas construções devem, a partir de agora, ser submetidas à aprovação do município e do SPHAN. A carência de recursos e as particularidades de Ouro Preto vão constituir um grande desafio: a difusa e fragmentada propriedade imobiliária dificulta enormemente o diálogo entre as instituições públicas e os interesses privados; a modéstia e precariedade das tipologias construtivas aceleram a degradação; os edifícios públicos e as antigas capelas, privadas dos recursos das irmandades, agravam o ônus da salvaguarda. Mesmo assim, são realizadas as obras de restauro mais urgentes e desenvolvidas ações de conscientização junto à comunidade, tentando-se harmonizar as demandas da cidade com a preservação dos antigos vestígios, entendendo-os como monumentos representativos de uma época. Não é ainda maduro o discurso de ambiente urbanístico, da problemática da tutela global.

Apesar de se eliminar o caráter vago, personalístico e excessivamente museológico da Inspetoria no campo operativo e na seleção dos objetos a serem conservados, nota-se uma continuidade de métodos e

valores. Nos tombamentos individuais isso fica evidente, como nas ações de restauração onde persistem e são confirmadas as orientações preexistentes.

Nos primeiros anos, mesmo com as limitações impostas pela carência de fundos e de pessoal – que sempre irá caracterizar o órgão –, aparece uma nova abordagem científica e cultural. A qualidade dos quadros do SPHAN e a contínua presença de intelectuais e estudiosos “simpatizantes” vão fazer com que a causa da preservação, entendida agora como construção da identidade nacional, seja levada adiante. Uma das primeiras providências será a divulgação de seus valores. Para tanto, instado por Rodrigo M. F. de Andrade, Manuel Bandeira escreve o Guia de Ouro Preto.

Assim Manuel Bandeira publica em 1938 – o ano de tombamento da cidade – um guia de Ouro Preto, escrito, como esclarece o autor, com a colaboração de Rodrigo M.F. de Andrade e Epaminondas Macedo. Após apresentar um breve histórico da cidade, com informações retiradas de Antonil e Diogo de Vasconcelos, Manuel relata e comenta as impressões dos viajantes estrangeiros Antonil, Mawe, Saint-Hilaire, Luccock, Walsh, Gardner, Castelnau, Millet de Saint Adolphe e, sobretudo, Burton. Registra as passagens mais “características” de cada viajante e “defende” a cidade contra as visões que considera equivocadas, por posturas preconceituosas, falta de entendimento, insensibilidade.

Para ele Ouro Preto, apesar de pobre, não é uma cidade morta. No seu entender, na própria pobreza da cidade, que fez com que ela se conservasse, residiria sua graça. E especifica: *“para nós, brasileiros, o que tem força de nos comover são justamente esses sobradões pesados, essas*

*fronteiras barrocas, onde alguma coisa de nosso começou a se fixar. A desgraça foi que esse fio de tradição se tivesse partido*" (BANDEIRA, 1938:42).

Nesse mesmo capítulo profetiza o desaparecimento de Olinda e Salvador, a primeira absorvida por Recife, a segunda "engolida" pelo progresso, como teria já acontecido com o Velho Rio e o Velho Recife.

Em suas opiniões percebe-se claramente o gosto da época, na verdade o gosto dos modernistas, compartilhado por Rodrigo, Lúcio, Carlos, Drumond e Mário. Nos passeios que propõe, essa ótica, sempre presente, é detalhada com a indicação pontual de edifícios e visadas. As construções "novas", por sorte poucas, são sempre feias e destoam do "velho estilo".

Mas onde o poeta mais revela o cerne da questão da conservação, o plano de fundo e a razão mesma de ser do tombamento da cidade, é quando trata das *"duas grandes sombras de Ouro Preto, aquelas em que pensamos invencivelmente a cada volta de rua ... O Tiradentes e o Aleijadinho"*. (BANDEIRA:1938:49). Esses dois personagens, que ao longo do tempo vão encarnar o sonho de liberdade e o gênio criador nacional, sintetizarão os próprios valores históricos e artísticos da urbe que, através da declaração do Monumento Nacional, e da criação do SPHAN, são elevados à valores representativos da identidade brasileira.

O discurso de Bandeira não é nostálgico nem alarmista; é confiante e encantado. Relaciona os vários trabalhos de restauração executados, entre 1934 e 1937, pelo engenheiro Epaminondas, na Inspetoria de Monumentos Históricos, e noticia o projeto de construção de um hotel, com um "ótimo risco" no velho estilo, de Carlos Leão, e a futura instalação, no antigo Paço Municipal

– liberado com a desativação, em 1937, da penitenciária – , do Museu dos Inconfidentes (cujas ossadas se encontravam, na ocasião, depositadas na matriz de Antônio Dias).

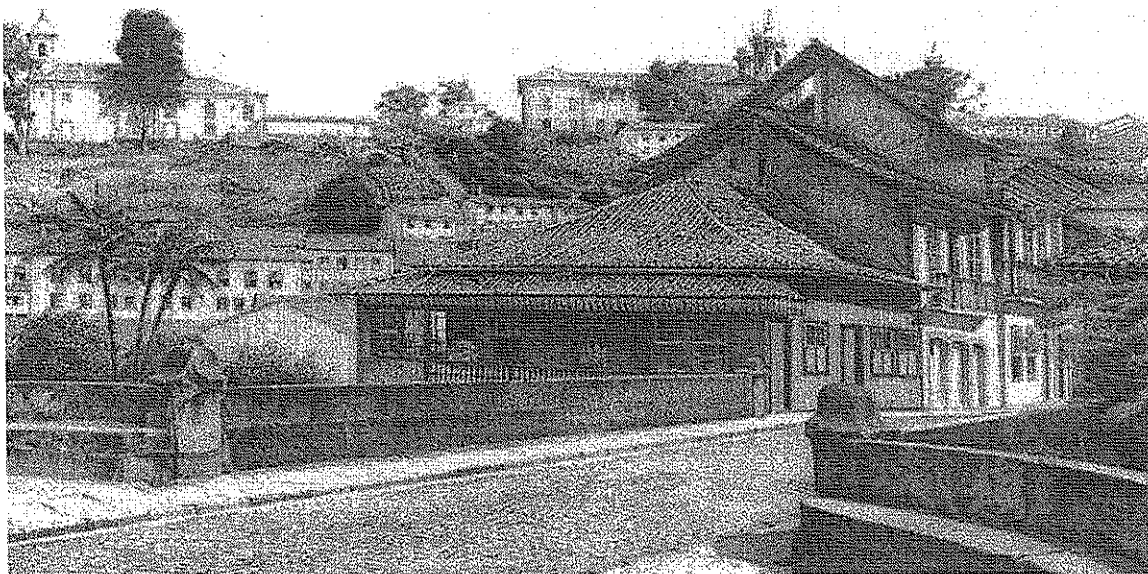


Figura 17 – Ponte de Marília de Dirceu em vista atual  
Fonte – Bico de Pena de José Pio, s.d.

Nas questões fundamentais da arquitetura e da restauração da cidade prevalecem as orientações de Lúcio Costa. Ao lado de Mário de Andrade e durante todos os “tempos heróicos” do SPHAN, esse arquiteto será sempre o “teórico” da instituição, o responsável por sua constituição e pelo direcionamento das ações efetuadas. Por isso, é conveniente esclarecer melhor sua posição e suas idéias.

Sobre os valores da arquitetura popular, distinta da produção “sabida”, Dr. Lúcio afirma: *“é nas aldeias, no aspecto viril de suas construções rurais, a um tempo rudes e acolhedoras, que as qualidades da raça se apuram, aí, à vontade, ela se desenvolve naturalmente, adivinhando-se, na justeza das proporções e na ausência de make-up, uma saúde plástica perfeita, se é que podemos dizer assim”*. E acrescenta: *“As características transferidas, na*

*peessoa dos antigos mestres e pedreiros incultos, para nossa terra, longe de significarem um mau começo, conferiram desde logo, pelo contrário, à arquitetura portuguesa na colônia este ar despretensioso e puro que ela soube manter, apesar das vicissitudes por que passou, até os meados do século XX" (COSTA, 1962).*

A essa constatação, Lúcio adiciona uma tarefa: *"A oportunidade de servir-se dela como material de novas pesquisas e também para que nós outros, arquitetos modernos, possamos aproveitar a lição da sua experiência de mais de 300 anos, de outro modo que não esse de lhe estarmos a reproduzir o aspecto já morto" (COSTA, 1962).*

As modificações técnicas e conceituais aportadas pelo movimento moderno na arquitetura não devem ser entendidas apenas como resultado de um lógica ideal e racional mas sim, como uma evolução histórica e lógica da experimentação técnico-construtiva que une a mais simples e vernacular das soluções à mais avançada das propostas racionalistas, mesmo envolvendo tecnologias distintas. *"Cabe-nos agora recuperar todo esse tempo perdido, estendendo a mão ao mestre-de-obras sempre tão achincalhado, ao velho portuga de 1910, porque, digam o que quiserem, foi ele quem guardou sozinho a boa tradição" (COSTA, 1962).*

No prefácio da publicação "Rodrigo e seus tempos" (SPHAN, 1986:5-10), Lúcio Costa relata os tempos "heróicos" do Patrimônio. Embora a tentativa de reforma da Escola de Belas Artes, tenha fracassado, a busca da identidade própria da arquitetura brasileira, no seu entender relacionada com os aspectos de sua adequação à nova tecnologia construtiva e de reintegração

das artes, concretizou-se na construção da nova sede do Ministério da Educação e Saúde e na criação do SPHAN. Doravante o programa modernista vai percorrer estas duas vertentes: a da construção do novo e a da reconstrução do passado ; irá também servir como centro de estudo e propagação dessas práticas e criará, com o tempo, a Academia SPHAN, uma vez que as escolas de arquitetura tinham outros interesses.

Uma das grandes intervenções do Patrimônio vai ser a criação do Museu da Inconfidência, "reciclando" , para tanto o prédio da antiga Câmara que havia abrigado, até há pouco, a penitenciária. Restaurado por Francisco Lopes, segundo planejamento de Soeiro e ambientação de Simoni e com a Sala dos Inconfidentes feita por José de Souza Reis, que soube, "*com um mínimo de meios e extrema sensibilidade e apuro, transformar uma simples sala num sóbrio antimausoléu*" (SPHAN, 1986), será essa uma obra exemplar, assinalando a mudança de enfoque.

A situação excepcional do edifício e as soluções de sua arquitetura eram, com certeza, incompatíveis com a penitenciária ali instalada no governo de João Pinheiro. (Dr. Rodrigo, na década de 50, lamentava vivamente a permanência ainda da cadeia na Câmara de Mariana). A distribuição interna foi toda refeita, conservando-se apenas as maciças paredes portantes; a estrutura e os pisos de madeira foram totalmente renovados; as instalações, substituídas. Esse arranjo, com pouquíssimas alterações, permanece ainda hoje. A destinação a museu impunha-se e, para ser coerente com a dimensão "pedagógica" prevista por Mário, deveria remeter-se à Inconfidência. Do acervo, irregular e "desamarrado", ressaltam os objetos e

modificam e alteram padrões compositivos e de gosto; introduzem detalhes e soluções “de prestígio” que se repercutem nos modos de construir, substituindo-se materiais, métodos construtivos e práticas artesanais. Também são feitos para durar no tempo e transmitem, mesmo que renovados, seus significados. Por isso, sua relevância. Em Ouro Preto, existem edificações do século XVIII – palácio, igrejas, Casa da Câmara e Cadeia, Casa dos Contos, casas de figuras ilustres – e também no século XIX – escolas, ferrovia, Liceu, casas particulares. No século XX, o monumento moderno por excelência será o Grande Hotel, por isso merecedor de especial cuidado por parte de Lúcio e Oscar, com significativa solução arquitetônica e, mais ainda, destinação.

Consolidando também o “status” monumental da cidade, esta é tombada em sua totalidade. Entretanto, essa iniciativa, pioneira em termos internacionais, significa mais uma extensão dos critérios arquitetônicos a toda a urbe, não refletindo, de fato, a consideração das questões urbanas e sua historicidade. Tanto assim que, ao lado da eleição dos edifícios-síntese dos valores artísticos e históricos – exclusivamente do século XVIII – , são selecionados também os prédios a serem descartados, por serem incompatíveis com sua imagem idealizada.

Essa situação é efetivada em conformidade com os propósitos e concepções dos arquitetos modernos, que vão investir contra os edifícios ecléticos, por representarem a ruptura do desenvolvimento da nossa genuína arquitetura. Essa orientação com relação à produção arquitetônica do final do século XIX e à do início do século XX fica patente nas demolições e nas operações “miméticas” levadas adiante na cidade.



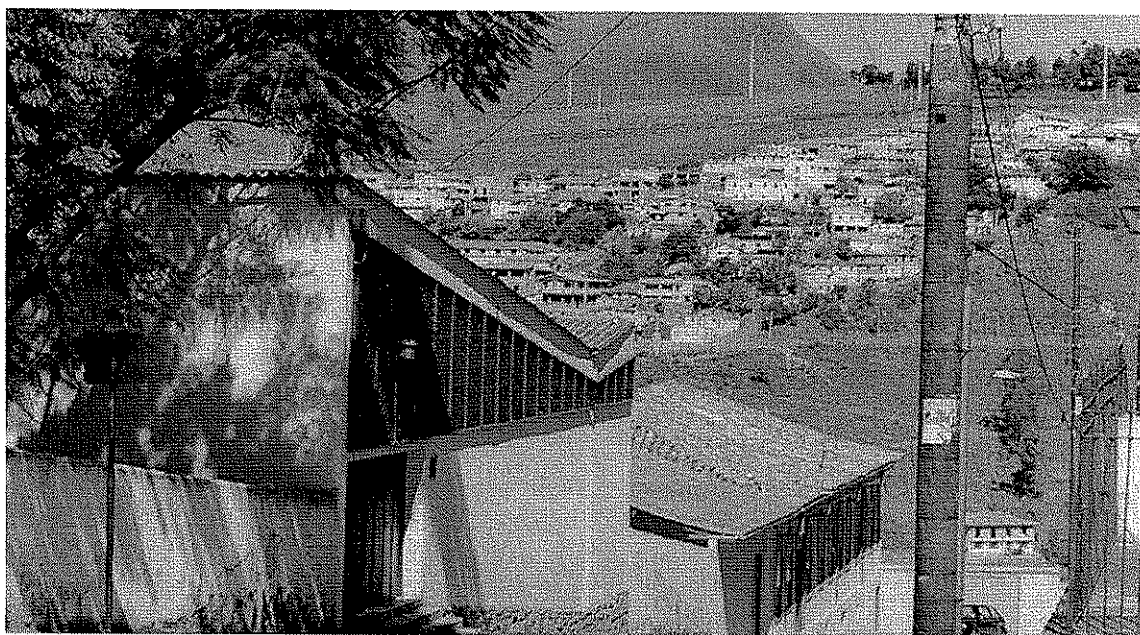


Figura 18– Igreja Metodista  
Fonte – Foto do Autor, 1998.

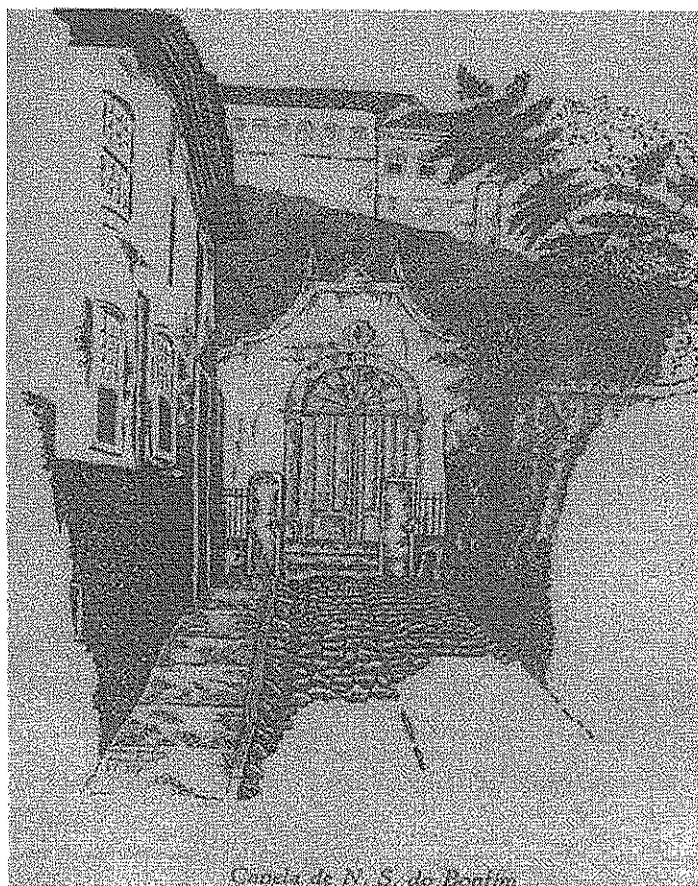


Figura 19– Capela do Bonfim antes do restauro  
Fonte – Bandeira, 1938

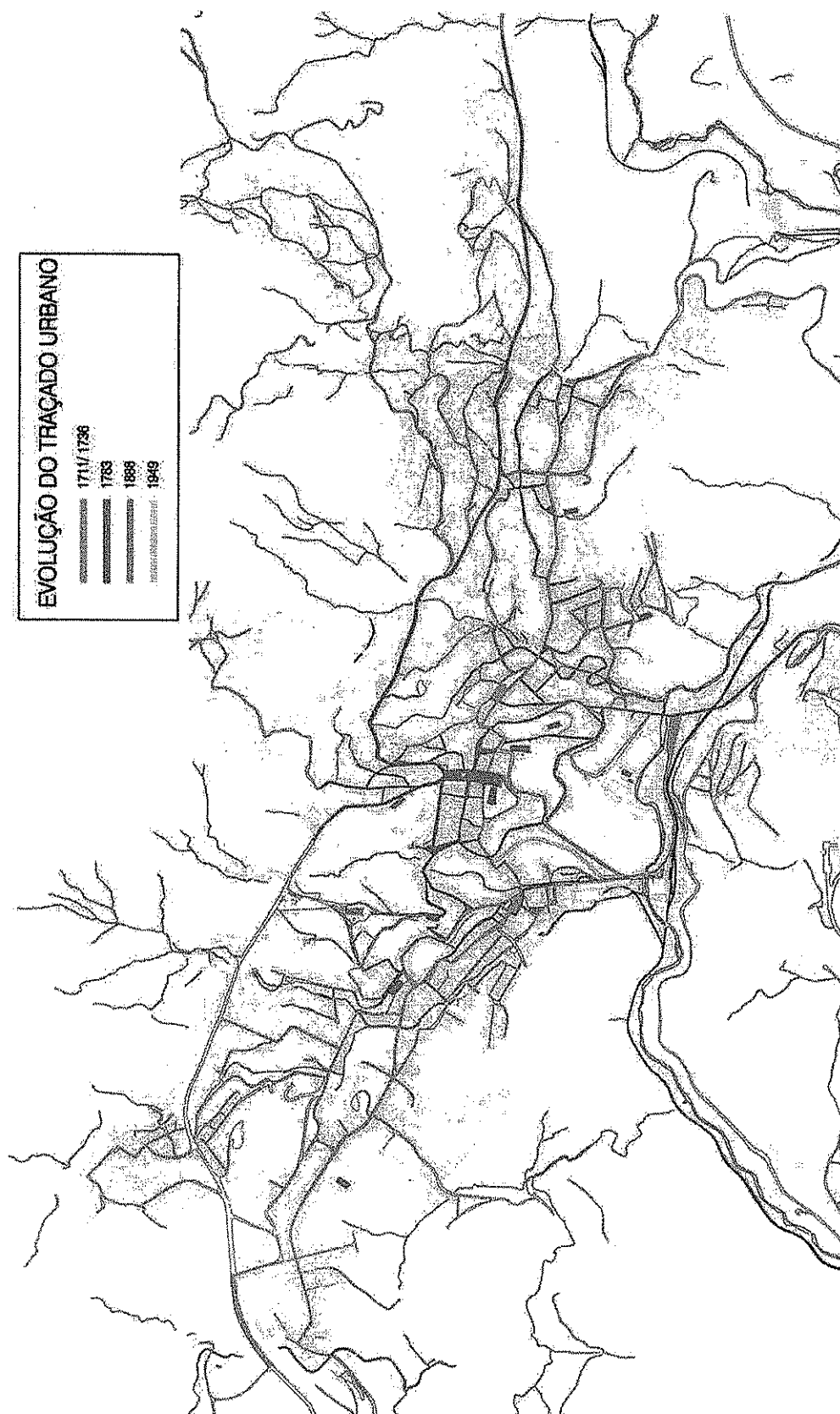


Figura 20– Mapa com evolução urbana  
Fonte – IPHAN 13º SR-II; Oscar Fuentes, 1999

Se o tombamento das igrejas e palácios revelou-se uma escolha acertada e inquestionável, pelo papel destacado que esses edifícios exerceram ao longo do tempo na conformação da paisagem urbana e na vida espiritual de Ouro Preto, o mesmo não pode ser dito hoje da opção de se anular em os testemunhos ecléticos. A demolição do mercado não impediu sua continuidade naquele local; na verdade, sua permanência seria preferível ao comércio de quinquilharias para turistas atualmente ali existente. Outra decisão discutível é a da "maquiagem" do antigo – Liceu tão caro aos ouropretanos – e sua desajeitada ampliação. O "Liceu" voltará a ser considerado por Lúcio: de modo a camuflar a sua massa, aventou-lhe uma pintura em verde-sujo. Essa ação, contudo, além de não anular o volume do edifício, não impediria a extensão, para os fundos, das casas situadas na rua São José que se seguiu à ampliação e ainda perdura. Outras intervenções também vão visar ao expediente das pinturas "camufladoras". Durante muito tempo o cromatismo variado das construções ecléticas será recoberto por camadas de cinza neutro, assim como os edifícios "coloniais" recebiam, invariavelmente, caiação branca, mesmo quando originalmente fossem em tons de ocre, rosa, violeta...

Lúcio, que já havia, em 1930, escrito sobre o Aleijadinho, acredita que um dos grandes feitos de Rodrigo – e do SPHAN – tenha sido a *recolocação do artista na "verdadeira dimensão portentosa e imortal de seu gênio"* (SPHAN, 1986).

Um dos responsáveis por essa recolocação será Sylvio de Vascellos, que além de escrever sobre o artista maior das Minas, será o mais profícuo estudioso da cidade. A Sylvio deve-se grande parte do lastro de

conhecimentos que nortearam a atuação do SPHAN em Ouro Preto, seus estudos sobre a arquitetura residencial, métodos construtivos, evolução urbana e mineiridade constituem ainda hoje referenciais importantes, demandando aprofundamentos. Como os demais arquitetos do SPHAN, Sylvio é também um competente seguidor dos preceitos da arquitetura moderna.

Em seu livro "Sobre Arquitetura" , publicado em 1962 pelo Centro de Estudantes Universitários de Arquitetura de Porto Alegre, Lúcio reitera o seu *"apelo igual e constante aos movimentos antigos autênticos e às obras novas genuínas – pois que são em essência a mesma coisa"*. E exemplifica, comparando Niemeyer a Aleijadinho: *"No mais, foi o nosso próprio gênio nacional que se expressou através da personalidade eleita desse artista, da mesma forma como já se expressara no século XVIII, em circunstâncias, aliás, muito semelhantes, através da personalidade de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho"*. O tombamento da igreja de São Francisco de Assis (Pampulha, Belo Horizonte), em 1947, demonstra, enfaticamente, sua opinião. (COSTA,1962)

Na mesma publicação, renova seu julgamento sobre a produção da arquitetura neocolonial, em seu entender uma retardada reação – como a de Ruskin – , quando não tinha mais sentido o desconhecimento da industrialização.

*"Foi contra esta feira de cenários arquitetônicos improvisados que se pretendeu invocar o artificioso revivescimento formal do nosso próprio passado, donde resultou mais um pseudo-estilo, o neocolonial, fruto da*

*interpretação errônea das sábias lições de Araújo Viana, e que teve como precursor Ricardo Severo e por patrono José Mariano Filho” (COSTA, 1962:185)*

Em parecer emitido em 27/03/58, por ocasião dos 250 anos de Ouro Preto, pronuncia-se quanto às medidas de "demolição, recomposição, restauro, e remoção ou transferências" a serem efetuadas e elenca:

*"Desapropriar e demolir o prédio do Banco contíguo ao Chafariz dos Contos, plantando-se no local arborização adequada. Recompôr o cinema recentemente construído, de modo a amortecer o impacto de sua cobertura. Além de supressão da cornija, dever-se-ia revestir o arremate do volume com telhas coloniais, camuflando-se a cobertura com uma pintura verde-sujo. [...] Outra recomposição necessária é a do grupo Marília de Dirceu (antiga escola Normal), suprimindo portões e prolongando o telhado-fachada alpendrada (tanto mais grotesca por pretender ser de estilo). [...] Na categoria restauro, impõe-se como providência urgente [...] a supressão dos corpos avançados indevidamente construídos sobre os baluartes, uma vez que desfiguram lamentavelmente a elegância do risco original. Finalmente, impõe-se a remoção e transferência de local [sugere as vizinhanças de estação] do monumento comemorativo da morte de Tiradentes, uma vez que , por sua falta de proporção e feição*

*bastarda, constitui verdadeira almanjarra que não devia permanecer indefinidamente na praça principal da cidade tombada. [...] apesar do monumento já existir quando do tombamento da cidade, esta condição obriga a providências de carácter radical, quando se trata de preservar ou repor a coisa no seu estado origina”*

(COSTA: 1962:286).

Nos anos sessenta, a opinião pública nacional e os órgãos estatais são alertados quanto à necessidade de implantação de medidas urgentes e inadiáveis, pois está em questão a própria sobrevivência da cidade.

Processos de degradação ambiental, agravados pela tipologia construtiva das habitações; adensamento desordenado e irregular que se segue ao vertiginoso acréscimo da população, provocado pela imigração ligada à industrialização; modernização descontrolada dos antigos edifícios; acentuação dos efeitos negativos do tráfego pesado; poluição atmosférica devida às novas plantas industriais redimensionam os riscos que a cidade corre e evidenciam a complexidade dos problemas a serem enfrentados em sua salvaguarda.

A partir de 1950, com a chegada da Aluminium Limited (Alcan) em Saramenha e com o incremento das atividades minerais e metalúrgicas no município, a taxa de crescimento populacional, que se mantinha estável, passa a registrar aumentos anuais de mais de 5%, passando dos 8.751 habitantes de 1950 para 25.252 habitantes, em 1970. Esse fenômeno desencadeará nova e crescente demanda de residências.

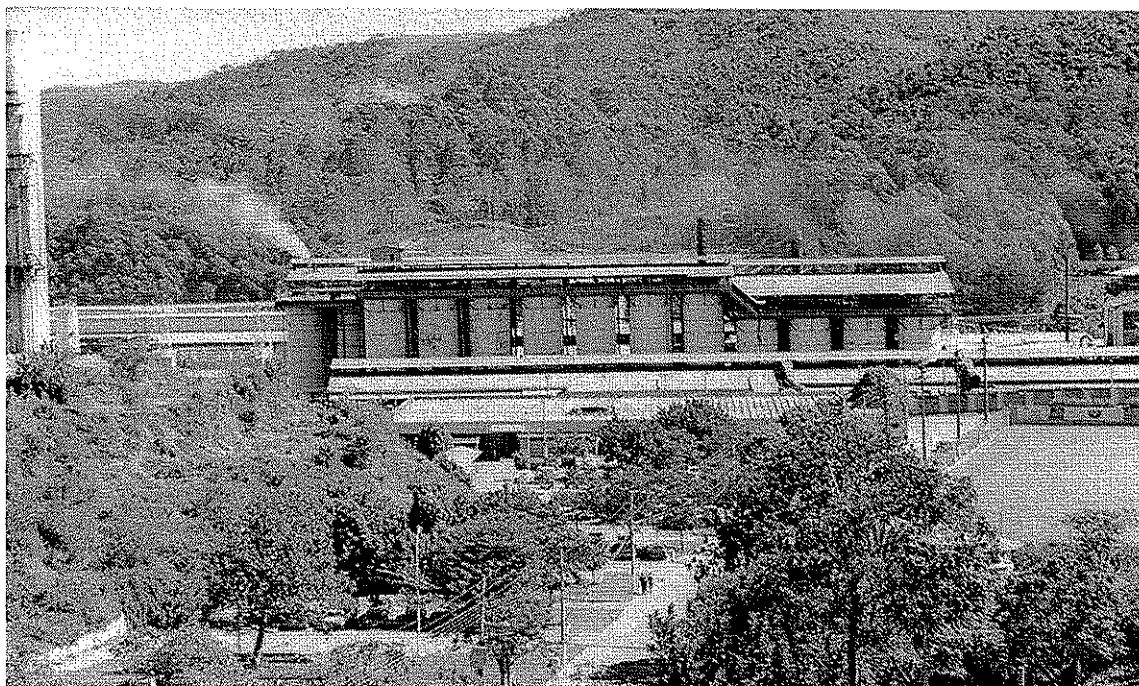


Figura 21– Fábrica da ALCAN em Saramenha  
Fonte – Foto do autor, 1998

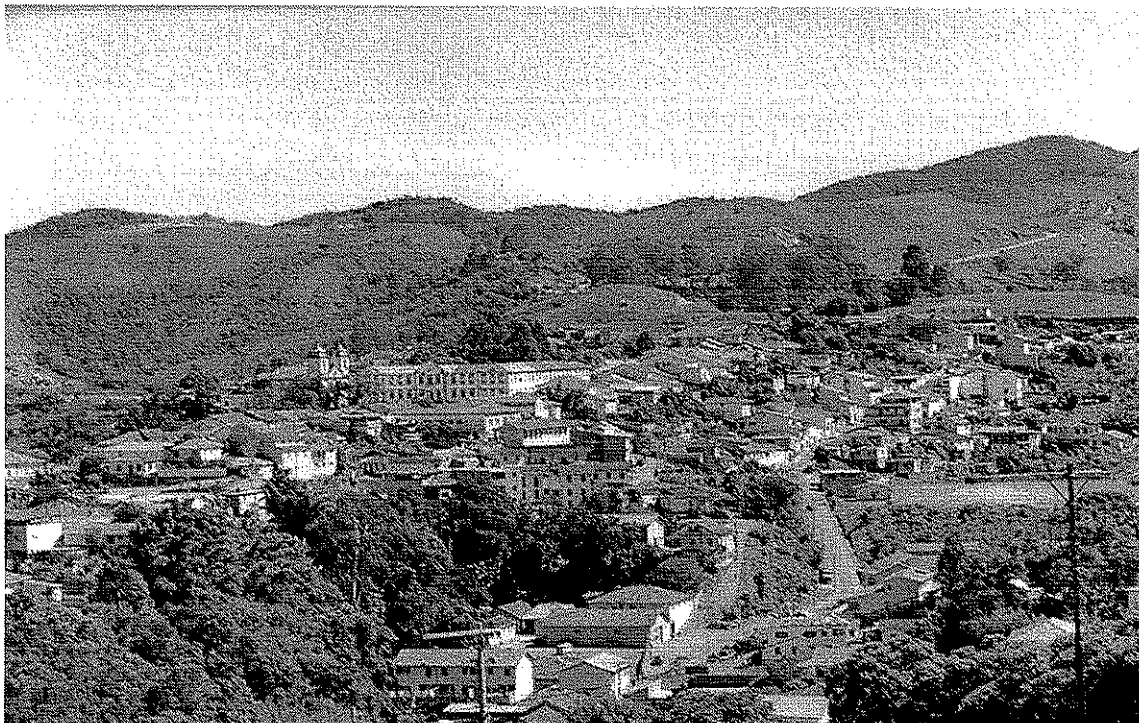


Figura 22 – Cabeças e Água Limpa  
Fonte – Foto do autor, 1998.



Nas vizinhanças da fábrica vão se concentrar as novas edificações, com o surgimento das vilas operárias de Saramenha e Bauxita (Morro do Cruzeiro) e da Vila dos Engenheiros, construída nos moldes das cidades-jardim americanas.

Mas todo o tecido urbano se ressentirá dos efeitos desse processo: ocupa-se a periferia, do Morro da Queimada ao Alto da Cruz e de Padre Faria, São José e Cabeças. Surgem consideráveis aglomerações, carentes de infra-estrutura e urbanização, que, toleradas pelas autoridades, vão ocupar os “vazios” da cidade colonial: Terceira, Vila Aparecida, São Cristóvão e Veloso.

Muitas dessas áreas permaneciam desocupadas, pela sua topografia extremamente acidentada, declividades acentuadas e instabilidade dos seus terrenos, caracterizados pela complexidade estrutural de suas rochas. Escorrimento de terras, inundações e desmoronamentos, registrados ainda no século XVIII, são agravados por esses novos bairros. Também os efeitos negativos do tráfego urbano, sobretudo do transporte de cargas pesadas, vão se fazer notar através de fissurações e risco de desabamento de algumas estruturas, indicando a necessidade de proibição do trânsito pesado no perímetro urbano. Esse problema será em parte sanado com a inauguração, em 1969, da Rodovia do Contorno.

Mas o maior impacto vai ocorrer no antigo conjunto edificado da cidade. Após décadas de “esquecimento” e falta de manutenção, devido à modesta condição econômica dos moradores e muitas vezes, abandonadas pelo esvaziamento populacional, as casas voltam a ser procuradas,



demandando, obviamente, obras de adaptação e modernização.

Apesar da existência de legislação de proteção (embora mais preocupada com a estética e a aparência externa dos volumes e fachadas), a carência de pessoal e a ausência de uma representação local do SPHAN vão fazer com que o controle dessas modificações seja praticamente inexistente.

Ocorrem, de maneira difusa e extensiva, a substituição das estruturas e materiais tradicionais e a ampliação e acréscimo de áreas edificadas, criando-se novos ambientes nos porões e nos sótãos e rompendo-se os volumes originais dos terreiros e quintais. MOTTA (1987:114) assinala que, no *"arquivo central da SPHAN no Rio de Janeiro, foram registrados, na década de 40, 15 pedidos para obras novas na cidade. Na década de 50, passam para 124 e na de 60, para 495. Em 1955 surge o primeiro pedido de aprovação de loteamento. Na década seguinte constam no mesmo arquivo 10 referências a parcelamento de terra"*.

As alterações vão se estender assim ao tecido urbano, provocando modificações profundas na imagem citadina. Esses novos parcelamentos ou lotes que surgiam espontaneamente *"se assemelhavam aos que então se formavam em todas as cidades. Nos loteamentos, os terrenos eram aproveitados com o máximo de subdivisões, resultando num traçado xadrez, com quadras regulares e lotes, na maioria dos casos, de 10x30m. De maneira geral, dos lotes apresentados, junto com os projetos, para aprovação fora de loteamentos previamente apresentados à instituição, apenas 7% se assemelhavam ao tipo característico existente na malha urbana antiga, variando entre quatro e dez metros de testada, e profundidade, quando*

*definida, acima de 30m. Os demais 93% eram atípicos*" (MOTTA, 1987:114).

Esse adensamento, além de interferir no conjunto edificado, ampliando-o, e na malha viária, com a criação de novas ruas, irá incidir no característico contraste entre áreas verdes e núcleos construídos. A ocupação das encostas livres, dos quintais e das zonas de "transição" entre os antigos arraiais, que através dos séculos se mantiveram íntegras, fará com que a fisionomia da cidade seja profunda e substancialmente alterada.

Enquanto tudo isto acontece, o SPHAN continua apegado aos valores históricos e artísticos excepcionais que nortearam o tombamento da cidade, e esta continua sendo tratada como um monumento, avulso das contingências do tempo e da vida. Os cuidados institucionais vão ser restritos à conformação das fachadas, exigindo-se a utilização de elementos tradicionais, de modo a harmonizar as novas construções ao antigo casario: *"telhados em duas águas, com telha canal, galbo no contrafeito e beiral encachorrado, janela em guilhotina com caixilho medindo 1,00x1,50m e cercadura de 0,10 ou 0,12m; pintura em cor branca nas alvenarias e cor escura nas madeiras"* (MOTTA, 1987:115)

Importa salientar que o SPHAN, embora possuísse o respaldo da legislação, não tinha meios nem recursos para agir, na escala e na diversidade de situações e problemas que se apresentavam. Por seu turno, a Prefeitura Municipal quando não incentivava, com a cessão de terrenos e materiais de construção, as ocupações "irregulares", ignorava-as, relegando ao "Patrimônio" tarefas e atribuições que também lhe diziam respeito. Esse desencontro entre as instâncias de poder, originário da ambigüidade dos textos legais, diversas

vezes será instrumentalizado politicamente, criando-se impasses e equívocos, com o surgimento de posturas contra a conservação e a favor do progresso e desenvolvimento, como se esses termos fossem excludentes. Esse comportamento perdura na população das cidades protegidas. No âmbito dos órgãos de conservação, a não-aceitação do crescimento das cidades e as tentativas de “congelar intocadas” estas obras de arte vão conduzir ao rigorismo na análise de projetos e ao enrijecimento das posturas.

A constatação da inadequação e limites das intervenções, das metodologias e dos procedimentos até então empregados e a consciência de que as rápidas transformações exigiam métodos e medidas mais enérgicas, sob pena do desaparecimento da cidade, vão motivar os primeiros contatos oficiais entre o Governo Brasileiro e a UNESCO, solicitando o primeiro à segunda o envio de técnicos. Em 1966 e 1967, permanece no Brasil a missão chefiada por Michel Parent, inspetor geral dos monumentos da França, que redige o documento básico que irá balizar as sucessivas iniciativas. Apresentado em 1968, o texto intitulado “Protection et mise en valeur du patrimoine culturelle brésilien dans le cadre du développement touristique et économique” indica a necessidade de elaboração de planos capazes de assegurar a integridade do patrimônio, tendo-se em vista as suas excepcionais possibilidades para o desenvolvimento de atividades turísticas.

Por essa mesma época, Rodrigo M. F. de Andrade, convidado pela UNESCO, publica na revista daquela instituição um artigo versando sobre a conservação de sítios urbanos. Uma nova abordagem e concepção são então estabelecidas. Contraposta à cidade-monumento, vista como teatro de

eventos históricos e depositária de obras de arte, surge “a criação notável e representativa da vida e da organização social de um povo, em determinada fase de evolução”, concretizada no sítio urbano (MOTTA,1987:117).

Segundo CAMPOFIORITO (1994:217), Rodrigo deve ter sentido, após trinta anos de dedicação ao Patrimônio, a “*urgência de sistematizar a preservação de qualquer sítio que pudesse ser assim considerado*”. Publicado originalmente em 1968 e reproduzido na coletânea de textos “Rodrigo e o SPHAN” (1987), o ensaio adverte sobre a complexidade e envergadura da tarefa. “*Deterioração urbana, regime administrativo de proteção, inventário sistemático, critérios arquitetônicos e urbanísticos, engenharia pertinente, está tudo ali: da conservação à modernização desejável, da moldura panorâmica aos empreendimentos desastrados e conseqüente devastação cultural*”. (CAMPOFIORITO, 1994:217).

Nesse mesmo ano, chega ao Brasil o arquiteto português Vianna de Lima, enviado pela UNESCO. Juntamente com técnicos do Patrimônio, elabora estudos para a tutela, recuperação e valorização de Ouro Preto. O relatório final, intitulado “*Rénovation et mise en valeur d’Ouro Preto*” e publicado em 1970, constitui uma espécie de estudo preliminar de plano diretor para a cidade e seu território.

Essa reformulação de conceitos e de ações acompanha as indicações preconizadas pela Carta de Veneza de 1964. Resultante do Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos, esse documento assinala a superação das resoluções da Conferência de Atenas de

1931, ineficazes diante da diversa realidade, das exigências do crescimento urbano e das mudanças sócio econômicas.

O principal instrumento da salvaguarda passa então a ser o planejamento, a partir da análise e diagnóstico dos problemas e necessidades a proposição das possibilidades de crescimento, desenvolvimento e transformações urbanas. O papel do governo, dos órgãos de tutela e dos poderes locais torna-se mais incisivo, contemplando a programação econômica, urbana e arquitetônica da cidade.

A delimitação do objeto a conservar é ampliada, abarcando todo o ambiente urbano e paisagístico, sem desconsiderar as exigências de conforto e progresso das populações. Os ambientes monumentais devem ser especialmente cuidados, de modo a garantir sua integridade, sua valorização e sua intensa utilização social.

Na apresentação do relatório, Vianna de Lima enumera as medidas a serem tomadas: *"... La premiere mesure à prendre doit être la revision de la legislation actuelle afin que le site soit définitivement protégé jusq' à l'exécution finale d'un plan directeur. Ce plan devra permettre la croissance de la ville sans que l'ensemble historique et artistique s'en trouve affecté. [...] Le plan montre les emplacements o'u il est possible de construire, les constructions qui peuvent être intégrées et celles qui doivent être démolies [...] on doit en même temps procéder d'urgence à l'elaboration d'un plan d'expansion et à l'étude détaillée des zones considérées comme prioritaires..."* (LIMA, 1970).



Figura 23 – Plano Vianna de Lima  
Fonte – Lucarelli, 1985

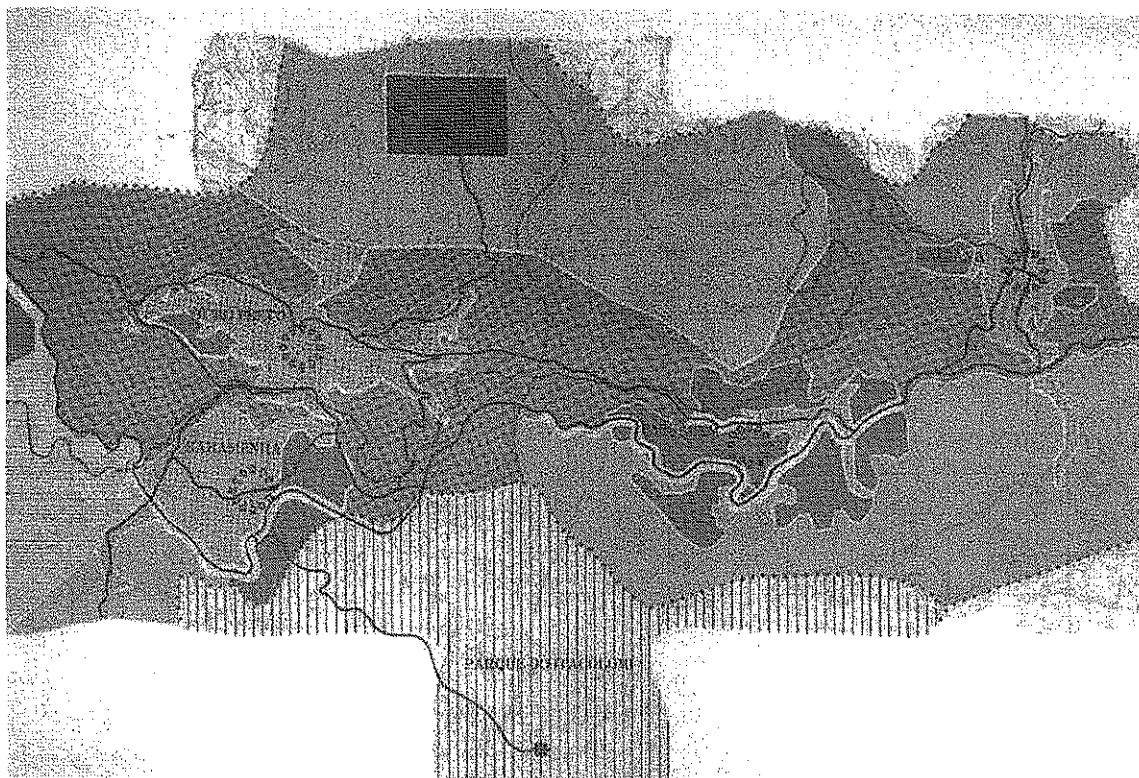


Figura 24– Plano da Fundação João Pinheiro  
Fonte – FJP, 1935



Figura 25 – Campus do Cruzeiro da UFOP e Bauxita  
Fonte – Foto do autor, 1998

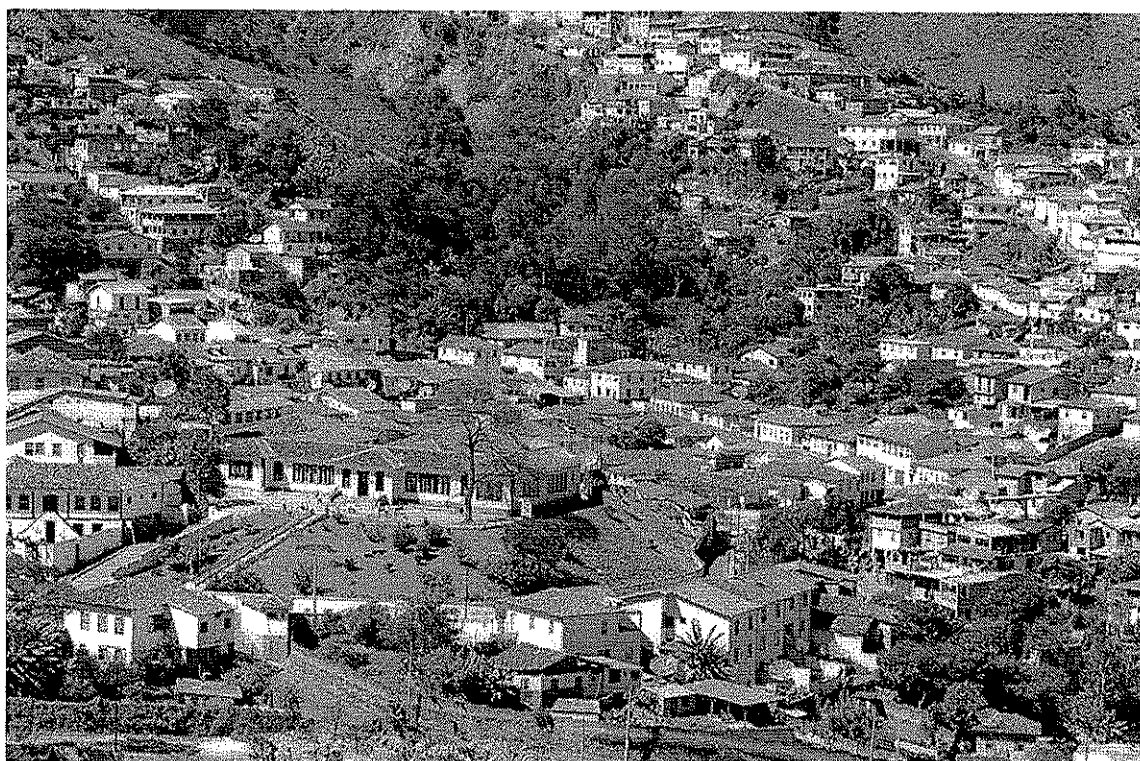


Figura 26 – Adensamento Antônio Dias e Santa Efigênia  
Fonte – Foto do autor, 1998



A proposta prevê a rígida separação das partes novas da cidade do seu "centro histórico". Ao lado da barreira física constituída por um cinturão verde, preconiza tratamentos completamente diversos para cada zona. No centro histórico, declarado zona "non aedificandi", seriam aplicadas normas rigorosas e restritivas e executadas intervenções de "liberação" destinadas a ressaltar os principais monumentos, à custa da retirada de alguns elementos arquitetônicos e da demolição de edificações inteiras, julgadas carentes de qualidade. Nas áreas de expansão, como Cabeças e Alto da Cruz, são permitidas "renovações urbanas", mantendo-se uma ocupação pouco densa e diluída no espaço verde existente. O controle das novas construções nessas áreas seria limitado aos gabaritos, materiais de construção e cores, sem as minuciosas exigências até então praticadas pelo SPHAN.

Embora represente a primeira iniciativa de conservação da cidade que supera o imediatismo e o caráter episódico e pontual das ações pregressas, o plano não resolve a questão. A permanência dos procedimentos "estético- contemplativos" que circunscrevem os monumentos e o "centro histórico", isolando-os das circunstâncias da vida, a proposição de demolições e a adoção de medidas mais restritivas, a serem contrapostas aos intensos processos de crescimento e transformação no interior do centro histórico, vão impedir sua efetivação. Infelizmente, algumas de suas indicações serão aproveitadas da pior maneira: muitas das áreas indicadas como passíveis de "renovação urbana" serão intensamente ocupadas, desconsiderando-se totalmente as recomendações de controle de adensamento propostas.



Em parte seguindo as orientações de Vianna de Lima, outra tentativa de planejamento será elaborada entre 1973 e 1975. Executado pela Fundação João Pinheiro e tendo como suporte operativo um convênio firmado entre o Ministério da Educação e Cultura – representado pelo então IPHAN – o Estado de Minas Gerais – com a participação técnica do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA-MG) e os recursos financeiros da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) – e os municípios de Ouro Preto e Mariana, o “Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana” é o primeiro dessa natureza e envergadura elaborado no Brasil.

Detalhado e abrangente, o plano considera os aspectos territoriais, urbanísticos e arquitetônicos, referindo-se à conservação do patrimônio cultural e à melhoria das “condições de vida” das comunidades.

O plano destaca-se também pela novidade de seu arranjo institucional, que congrega agências e órgãos dos três níveis de poder. Assinala ainda o início das atividades do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), criado em 1971 em obediência às considerações do “Compromisso de Brasília”, de 1970.

Objetivando conservar o patrimônio cultural das cidades e assegurar a “melhoria das condições de vida” das comunidades envolvidas, o plano não se limita às considerações da preservação do acervo edificado, estendendo-se aos problemas do ambiente natural, do saneamento, do trânsito, da estabilidade dos terrenos, dos usos e funções dos diversos núcleos e dos seus arranjos administrativos.

Criando “centros de convergência” e novas áreas de expansão em Passagem de Mariana, Saramenha, Buraco Quente (Ouro Preto) e Mariana intenta absorver as enormes taxas de crescimento populacional projetadas, que, se incontroladas, acarretariam a destruição dos núcleos tradicionais e alterariam significativamente as condições ambientais da região.

Para os centros históricos de Ouro Preto e Mariana o plano elenca e detalha uma série de intervenções em edifícios isolados e lugares urbanos, desestimulando, nesses núcleos, o crescimento da função residencial e impedindo novas edificações.

A complexidade do instrumento, as dificuldades político-administrativas e o montante dos recursos necessários à sua implantação vão inviabilizar a execução do plano. Comprometeram-no também a desconsideração das diferenças históricas entre Ouro Preto e Mariana, a não participação de representantes das comunidades locais e, principalmente, a não concretização redimensionamento da temida explosão populacional, devido à estagnação do processo de industrialização na região.

Como na proposta de Vianna de Lima, algumas indicações setoriais contidas no plano serão concretizadas, continuando válidas, todavia, muitas de suas análises e conclusões.

A ocorrência de chuvas torrenciais entre dezembro de 1978 e fevereiro de 1979 coloca a cidade novamente em perigo. Em várias partes ocorrem desabamentos, pontes são destruídas, a Santa Casa é evacuada, as igrejas de São Francisco, São José e Mercês de Cima correm sério risco, ameaçadas pelas condições geotécnicas de suas implantações.

A gravidade da situação ensejará a reconvocação das três esferas de decisão Federal – Estadual e Municipal – e o renovado empenho na salvaguarda conjunta da cidade.

Será a oportunidade para a realização do primeiro dos seminários promovidos pela renovada SPHAN, que, sob a direção de Aloísio Magalhães, pretende envolver, de fato, as comunidades locais no esforço da preservação.

Torna-se oportuno aqui abrir um pequeno parênteses para relatar, sucintamente, as transformações ocorridas na estrutura organizacional dos órgãos e nas iniciativas de preservação no Brasil, esclarecendo as suas novas premissas e propósitos.

Desde o final da década de sessenta, com as advertências de Rodrigo M.F. de Andrade e a aproximação com a UNESCO, o Brasil assiste a uma reestruturação da abordagem dos temas ligados à preservação, acompanhando o fecundo debate sobre a matéria que ocorre no plano internacional.

Essa reestruturação, em parte pautada pelas indicações da Carta de Veneza, de 1964, irá incidir na estrutura administrativa do Estado, na legislação e na gestão da temática em tela.

Em 1970 é criado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em substituição à antiga diretoria (DPHAN). Em 1976 são criadas as coordenações regionais, aproximando as instâncias de decisão dos Centros Históricos. Até então os processos de Ouro Preto eram resolvidos no Rio de Janeiro.

Por iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, realizam-se encontros entre os governadores dos estados e os responsáveis pela conservação, resultando em dois importantes documentos: o "Compromisso de Brasília" (1970) e o "Compromisso de Salvador" (1971). Muito embora grande parte das providências acordadas nesses "compromissos" permaneça como intenções, em Minas é criado o IEPHA.

O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais- IEPHA/MG- criado em 1971, como consequência direta do encontro do governadores realizado em Brasília no ano anterior, irá ser o órgão de articulação das ações de conservação e restauro em Minas.

Pensando, a princípio, como uma "força auxiliar", ao nível estadual, das políticas implantadas pelo poder central, atua hoje com independência e motivações próprias, identificando, registrando e protegendo os bens culturais do Estado.

No ano de 1973, toma corpo o "Programa das Cidades Históricas" (PCH). Definido como programa especial do governo, articulará esforços de diversos ministérios e órgãos federais e estaduais. Em seu âmbito são realizados o "Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Olinda" (1973), o "Programa das Cidades Históricas do Nordeste" (1974) e o "Programa das Cidades Históricas do Sudeste" (1975). O PCH será também incluído no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) de 1975-1979.

Ao lado do amor pelas siglas, próprio daqueles anos, essas iniciativas demonstram a clara convicção de que a conservação das cidades históricas só se torna possível através da planificação territorial e do concurso

de diversos agentes. Ultrapassando os limites restritos dos especialistas, o tema assume "*a dimensão social mais vasta de patrimônio cultural, da consciência das próprias raízes de vida. O que necessariamente envolve a comunidade interessada*" (LUCARELLI, 1985:88).

As intervenções devem obedecer a uma ótica integrada dos aspectos culturais, sociais e econômicos. Buscando-se harmonizar a conservação e a expansão urbana, surgem também as preocupações com a manutenção das populações locais, identificando-se no turismo a atividade capaz de garantir o necessário retorno econômico da conservação das cidades.

Essas escolhas, sintetizadas na "Carta de Quito" de 1977, estabelecem as indicações concernentes à "revalorização" do patrimônio cultural dos países ibero-americanos e as considerações dos "monumentos em função do turismo".

Outro resultado positivo do PCH refere-se à requalificação de recursos humanos. Desde 1978, são patrocinados cursos de conservação de bens móveis e imóveis, visando à formação de artesãos técnicos de pessoal de nível superior. Destinados a formar arquitetos especialistas, acontecem cursos na Universidade Federal de Pernambuco (1976), na Universidade Federal de Minas Gerais (1978) e depois, fixando-se em definitivo, na Universidade Federal da Bahia. A partir de 1979, a Universidade Federal de Ouro Preto é envolvida diretamente na conservação da cidade, com a participação ativa de seus quadros e a oferta de cursos de formação de pessoal (operários e técnicos).

Paralelamente, em 1975, é criado, no âmbito do Ministério da Indústria e do Comércio (MIC), o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), coordenado por Aloísio Magalhães. No ano seguinte, um convênio firmado pela Secretaria de Planejamento do Paraná, Ministério da Educação e Cultura, MIC, Ministério do Interior, Ministério das Relações Exteriores, Caixa Econômica Federal (CEF), Universidade de Brasília (UNB) e Fundação Cultural do Distrito Federal consolida o CNRC e estabelece seus objetivos: "estabelecer um sistema referencial básico para a descrição e análise dinâmica cultural brasileira, tendo como balizas essenciais: a) adequação às condições específicas do contexto cultural do país; b) abrangência e flexibilidade na descrição dos fenômenos que se processam em tal contexto e na vinculação dos mesmos às raízes culturais do Brasil; c) explicitação do vínculo entre o embasamento cultural brasileiro e a prática das diferentes artes, ciências e tecnologias, objetivando a percepção e o estímulo, nessas áreas, de adequadas alternativas regionais". (MELO in MAGALHÃES, 1977:38-39).

Para dar conta do recado, o CNRC estabelece quatro programas de estudos: mapeamento da atividade artesanal, levantamentos sócio-culturais, história da ciência e tecnologia no Brasil e levantamento de documentação sobre o Brasil.

Em março de 1979, Aloísio Magalhães é empossado no cargo de Diretor Geral do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em novembro desse mesmo ano são criadas, simultaneamente, duas entidades vinculadas ao MEC: a Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a Fundação Nacional Pró Memória (FNPM). Ao mesmo tempo que

a SPHAN assume nível institucional mais elevado, a Fundação garante sua maior agilidade financeira e administrativa.

Aloísio, retomando as idéias contidas no projeto de Mário de Andrade, entende o patrimônio cultural como expressões da nacionalidade inseridas “na dinâmica viva do cotidiano”. Abrangente, diversificado e em contínua transformação, esse patrimônio deve ser tratado de outra maneira, envolvendo, inevitavelmente, as comunidades, por serem estas “o seu melhor guardião”. Essa nova postura é inaugurada com o Seminário de Ouro Preto, realizado em abril de 1979, que estabelece as seguintes recomendações:

- 1- Aprovação pelo poder público municipal da consolidação das leis urbanas de Ouro Preto- códigos de obras, de ocupação de solo e de posturas.*
- 2- Preparação da carta geológica e geotécnica da região.*
- 3- Construção imediata da via periférica, conforme projeto já aprovado.*
- 4- Construção imediata da estação rodoviária e do terminal de cargas, vinculados à via periférica.*
- 5- Iniciar, imediatamente, a construção de casas destinadas às famílias desabrigadas pelos acidentes geológicos recentes, promovendo a transferência de moradores das áreas sob risco iminente, em áreas já definidas no plano de Ouro Preto e Mariana.*

- 6- *Celebração do convênio entre a Prefeitura Municipal de Ouro Preto e a Escola de Minas para a criação de uma assessoria permanente de geologia e geotécnica.*
- 7- *Imediata e efetiva eliminação do tráfego de veículos pesados pelas ruas do núcleo histórico.*
- 8- *Adoção imediata de medidas de apoio à atividade de artífices e artesãos da região.*
- 9- *Implantação do plano de expansão da Universidade Federal de Ouro Preto.*
- 10- *Realização de um seminário sobre problemas educacionais de Ouro Preto.*
- 11- *Revitalização das entidades culturais de Ouro Preto, em particular do Centro de Estudos instalado na Casa dos Contos.*
- 12- *Incluir entre as variáveis que servem de base para o cálculo do coeficiente de participação dos municípios nos impostos Federais e Estaduais ( por exemplo, o fundo de participação dos municípios), peso adicional destinado às cidades históricas, devido à responsabilidade específica dessas cidades com relação à preservação do patrimônio cultural.*

Quanto a estudos, planos e projetos, o seminário determina:

- 1- *Revisão imediata do Plano de Conservação, Restauração e Valorização de Ouro Preto e*



*Mariana, elaborado pela Fundação João Pinheiro, considerando-se os projetos de instalação de grandes empreendimentos industriais na região, em particular da Açominas.*

*2- Revisão dos empreendimentos industriais previstos para a região, principalmente nos aspectos que interferem com a preservação do acervo cultural da região.*

*3- Elaboração do projeto específico para a proteção do meio-ambiente da região.*

*4- Definição e implantação imediata das Zonas de expansão Urbana.*

*5- Implantação prioritária, após as revisões, das medidas preconizadas no Plano de Ouro Preto e Mariana para os setores de:*

*Assistência Médica e Hospitalar*

*Assistência Social*

*Saneamento Básico*

*Sistema Viário, Circulação e Transportes*

*6- Elaboração de um Plano General de Contenção de Encostas e realização sistemática das obras propostas*

- 7- *Elaboração e institucionalização de Planos Especiais de Apoio Financeiro para a preservação e revitalização de bens culturais em poder de particulares.*
- 8- *Inclusão da micro- região de Ouro Preto e Mariana no âmbito da legislação que cria as áreas de interesse turístico (Lei n. 6513-77), promovendo, também, a elaboração e implantação de um Plano de Expansão da Infra-estrutura de apoio Turístico.*
- 9- *Elaboração e divulgação sistemática de diretrizes e orientações para a preservação e revitalização de bens culturais.*
- 10- *Elaboração e divulgação ampla do Cadastro de Bens Culturais objetivando a sua valorização.*
- 11- *Identificação e motivação de outras entidades, nacionais ou internacionais, públicas ou privadas, que possam vir a cooperar para a concretização dos objetivos desse Seminário.*
- 12- *Criação de Grupo de Trabalho integrado por representantes das áreas federal, estadual e municipal para gerenciar as medidas recomendadas por este Seminário.*

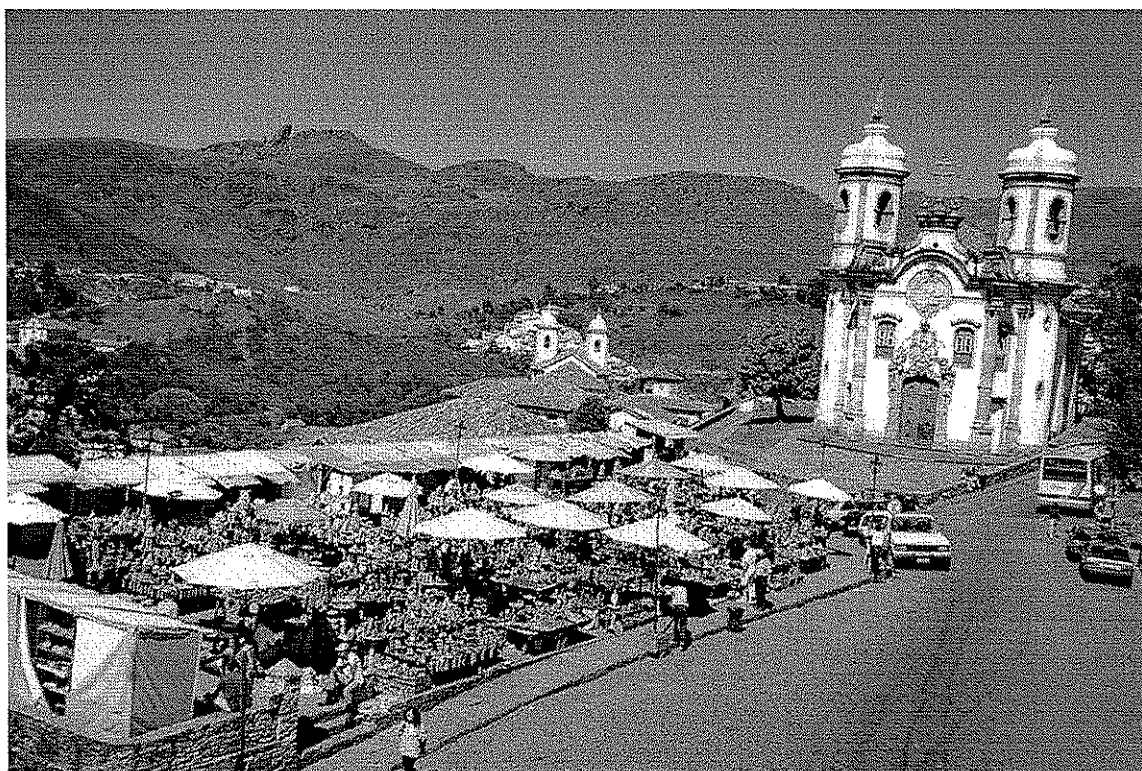


Figura 27 – O Largo do Coimbra  
Fonte – Foto do autor, 1998

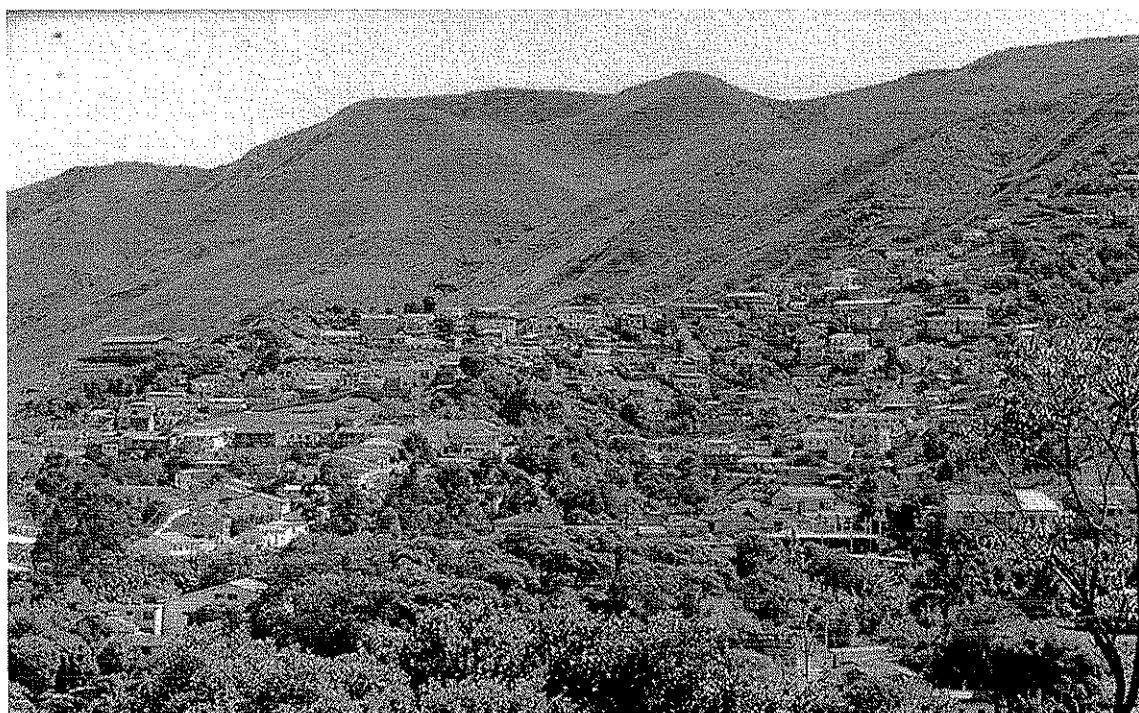


Figura 28 – Veloso e São Cristóvão  
Fonte – Foto do autor, 1998

O início dos anos oitenta revela-se fecundo em ações destinadas a promover a conservação da cidade. Após a realização do Seminário, formaliza-se, em novembro de 1979, um convênio entre a SPHAN, a UFOP e a Prefeitura Municipal. Denominado "Projeto Ouro Preto", pretendia enfrentar globalmente os problemas através de restauro e recuperação de edificações, salvaguarda ambiental, intervenções no tráfego urbano e definição de novas áreas de expansão. Adiantam-se soluções para questões geológicas – com a elaboração das cartas geotécnicas – e de rearborização, com o intento de preservar e reconstituir a paisagem urbana e o cenário natural das montanhas circundantes.

Dentro do mesmo convênio organizou-se um programa cultural que tinha como metas *"a elaboração e implantação de projetos de caráter multi-institucional nas diversas áreas da cultura, envolvendo as atividades das comunidades regionais; o assessoramento ao grupo de trabalho do programa especial de emergência para preservação e recuperação da cidade de Ouro Preto, em problemas que envolvam trabalhos com grupos locais; o desenvolvimento dos sistemas de referência cultural, envolvendo os conhecimentos obtidos nos projetos; a cooperação para o desenvolvimento das infra-estruturas dos diversos sub-sistemas sociais e econômicos da região, ou seja, nas áreas de educação, saúde, habitação e produção"*. (LUCARELLI, 1985:149-150)

Em setembro de 1980, Ouro Preto passa a integrar a lista do patrimônio cultural da humanidade da UNESCO, referendando solicitação

encaminhada pelo governo brasileiro em 1978. Na justificativa do pedido de inclusão na lista lê-se:

*“...Portails et sculptures de pedra sabão (Stéatite), élégantes et fortes, composent les frontispices des chapelles du Mont Carmel et de Saint François d’Assise, desin et exécution D’ Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho.*

*Ces deux eglises manifestent aussi des traits architectoniques notables, grâcé aux mouvement des courbes, contrecourbes et plans de leurs façades, tours, et arc d’entrée du choeur, dans un style que oscille du barroque au rococo. Du milieu à la fin du XVIIIème siècle, une constellation d’artistes et artisans ont travaillé à Ouro Preto et dans les autres villes du cycle de l’or, en créant une école qui, dans tous les arts , mobilier inclu, a des caractéristiques propres, différenciée des écoles de la métropole et des autres régions du Brésil.*

*A cette même époque, la musique et la danse collective atteignent aussi leur point culminant, participant aux cérémonies civico-religieuses telles que le célèbre Triomphe en 1733. Siège du gouvernement de la “capitania” et enrichie par l’exploitation minière, Ouro Preto a été un centre de culture et littérature rassemblant d’éminents adepts des nouveaux courants littéraires de*

*l'accademie dell'arcadia et du néoclassicisme, qui ont apporté de l'Europe les idées modernes défendues par la Révolution Française. Ces hommes de lettres penseurs ont organisé à Ouro Preto le mouvement libérateur le plus remarquable de la période coloniale Brésilienne, l'Inconfidência Mineira, dont le personnage principal a été Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes".* Justification in (LUCARELLI, 1985: 234-235).

Os velhos valores, já presentes quando da declaração da cidade como monumento nacional, são agora confirmado a nível internacional: nos termos da "Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial", realizada pela UNESCO em Paris, em 1972, Ouro Preto constitui tanto um *"exemplo excepcional de um tipo de estrutura que ilustra uma etapa significativa da história"*, quanto *"um exemplo excepcional de assentamento humano tradicional"*.

Nos anos que se seguem ocorrem iniciativas em várias vertentes. Madura a constatação de que os problemas urbanísticos da cidade exigem um programa ativo de intervenções, e vai ter lugar uma série de reformulações, que apresento a seguir, de forma esquemática.

Em fevereiro de 1981, os municípios de Ouro Preto e Mariana são declarados áreas de proteção especial, para os efeitos da lei federal de parcelamento do solo (Lei 6766, de 19/12/1979). Qualquer loteamento deve ser aprovado previamente pela Prefeitura e SPHAN e encaminhado ao Estado

para aprovação definitiva. Nessas novas condições, é elaborado, pela SPHAN, o projeto de ocupação do "Bairro Jardim Alvorada".

No nível Municipal é aprovado, em 1980, o código de posturas. A aprovação do código de obras esbarra em conflitos de interesses.

É criada, após reformulações na estrutura administrativa do Ministério da Educação e Cultura, um Escritório Técnico da SPHAN em Ouro Preto, composta por arquitetos, engenheiros e por uma equipe de obras para trabalhos urgentes.

Além do Ministério dos Transportes e da (EMBRATUR), participa também do esforço o Ministério da Agricultura, que, em conjunto com o Instituto Estadual de Florestas e a Comissão de Política Ambiental, elabora estudos para a preservação de áreas verdes. Esses estudos resultaram na criação de três unidades estaduais de conservação: o Parque Estadual de Itacolomi, a Estação Ecológica do Tripui e a Área de Proteção Ambiental (APA) da Cachoeira das Andorinhas. Por essa ocasião, é restaurada a Casa dos Contos e criado o Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, pelo Ministério da Fazenda.

Com o patrocínio da FIAT Automóveis e a participação da Fundação Roberto Marinho, são restauradas a Casa de Gonzaga, a Casa do Noviciado da Igreja do Carmo e o Jardim Botânico, assinalando a entrada em cena de entidades privadas.

Na recuperação do patrimônio edificado, passa-se das intervenções esporádicas dos anos precedentes a um plano orgânico que contempla o restauro de numerosos monumentos. Com recursos da Fundação Nacional Pró Memória (80%), do Estado e Município (20%) e, por vezes, da

iniciativa privada, são restauradas e consolidadas, pela SPHAN e pelo IEPHA, as igrejas de São José, São Francisco de Assis, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias e Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia, a matriz de São Bartolomeu e as capelas de Nossa Senhora da Piedade e do Bom Jesus das Flores (Taquaral). São recuperadas casas particulares e edifícios públicos: a Casa da Baronesa na Praça Tiradentes (sede local do SPHAN), a Casa do Pillar (vinculada ao Museu da Inconfidência), a Santa Casa de Misericórdia, casas na Rua Direita e Largo do Rosário.

Obras de contenção de encostas são executadas nas proximidades da Santa Casa e da Igreja das Mercês, na Vila São José e em trechos da estrada Ouro Preto – Mariana. Ao mesmo tempo é criada, pela SPHAN e UFOP, a equipe de obras urgentes destinada a atender as solicitações da população e evitar o avanço de processos de degradação, com a cessão de projetos, materiais de construção e até mão-de-obra.

No Morro do Cruzeiro são construídos o novo campus da Universidade e um conjunto de 200 casas, destinadas a empregados da ALCAN, com financiamento do Banco Nacional de Habitação. Para os desabrigados são construídas casas no “caminho da fábrica”, região situada próxima ao Alto da Cruz- Santa Efigênia.

No final da década reemergem, nitidamente, as carências nas áreas do planejamento, do arranjo institucional e da gestão da cidade. Abandonados os ambiciosos programas do início dos anos setenta e desmobilizada a “força tarefa” convocada na emergência, que,



desafortunadamente, não adquiriram estrutura orgânica e arranjos permanentes, retorna-se à atuação isolada e pontual de antes.

Na Carta de Washington de 1986, redigida após reunião do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS, cujas conclusões encontram ressonância na Carta de Petrópolis, resultante do primeiro Seminário Brasileiro para preservação e revitalização de centros históricos, realizado em 1987, surgem definições, objetivos, metodologias e instrumentos a serem aplicados em "sítios históricos urbanos".

Enquanto a Carta de Washington é técnica e detalhada, atendo-se propriamente às questões conceituais, metodológicas e instrumentais, na carta de Petrópolis sobressaem as questões, sociais e políticas. A participação da população na preservação da cidade, já preconizadas antes, deve nesses tempos de redemocratização, ser efetivamente assegurada. São os seguintes seus pontos principais:

- A cidade histórica, e não só uma parte dela, é "parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída [...] Em um processo dinâmico de transformação". Ela é somatória e não eliminatória, por isso os espaços construídos devem ser conservados. O objetivo último da preservação é a "potencialização de quadros e referenciais necessários para a expressão e consolidação da cidadania". (itens 1 a 4 da Carta)
- A sua preservação "deve ser pressuposto do planejamento urbano, entendido como processo contínuo e permanente". Contemplado sua polifuncionalidade, devem ser privilegiados os usos sociais, a manutenção

de suas atividades tradicionais e a moradia, com permanência das populações locais. (itens 5,6 e 10 da Carta)

- No planejamento e na gestão da cidade é “fundamental a ação integrada dos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como a participação da comunidade interessada”, com a criação de mecanismos que “assegurem uma gestão democrática”. (item 7)
- No processo de preservação o inventário constitui sua “ferramenta básica”, tanto para o conhecimento do acervo quanto para o envolvimento das comunidades. Na proteção destes acervos deverão ser utilizados diversos instrumentos legais. (itens 8 e 9 da Carta)

A Constituição Federal de 1988, confirma a nova visão do Patrimônio e, seguindo sua orientação de promover a participação direta da comunidade na gestão de seus problemas, estabelece as suas atribuições no tocante à preservação.

Em seu artigo 22, 215 e 216 consolida os princípios da conservação integrada e assegura os direitos culturais dos cidadãos.

Em 1989 define-se o perímetro de tombamento da cidade de Ouro Preto e a sua inscrição nos livros do Tombo. Em março de 1990 é promulgada a Lei Orgânica do Município, com a definição de sua estrutura organizacional e a criação de Conselhos Municipais, visando o estabelecimento de parceria entre a sociedade civil e o poder executivo municipal. Em 1991 é elaborado um Plano Diretor.

Em 1993 é criado o Grupo de Assessoramento Técnico – GAT, que congregando a PMOP, o IPHAN, o IEPHA, a UFOP e o IEF, buscava

recompor o arranjo multi-institucional da década passada. Em 1996 é aprovado um novo Plano Diretor.

Embora as transformações em curso, por demasiadamente próximas, não permitam ainda análises conclusivas algumas considerações procedem.

A conservação deve ser entendida agora como conservação integrada, tanto na visão dos valores da própria cidade, quanto na diversidade e multiplicidade dos instrumentos e agentes. Nesta nova orientação, consolidada no final dos anos oitenta em encontros nacionais e internacionais, fundamental importância adquire a comunidade local. Uma vez que ela é o principal guardião de seu patrimônio. Assim transparece nos discursos a urgente necessidade de criação de mecanismos que efetivem esta participação.

Com estas novas diretrizes o poder local deve atuar mais ativamente na conservação da cidade, na verdade a ele é atribuído o dever de conduzir e assegurar sua salvaguarda. Ao lado do organismos oficiais devem também atuar as forças da comunidade, de modo a garantir a gestão democrática da cidade.

Tudo indica que a conservação integrada só será possível com o estabelecimento de instâncias de decisão que incorpore tanto os agentes oficiais quanto as demandas da própria comunidade. Fato que só ocorrerá com a maior conscientização e a consolidação as práticas democráticas.

Como os valores de Ouro Preto ultrapassam os limites da cidade, mesmo a questão da preservação sendo tratada, como deve ser, no nível

municipal e com a participação ativa da comunidade, certamente a articulação multi-institucional será necessária, uma vez que Ouro Preto é Patrimônio Nacional e Mundial. A definição deste arranjo é um dos desafios que se apresenta. Como bem observam Lemos e Albano( 1994:110)

*“ Pensar e planificar a preservação de Ouro Preto é antes de mais nada criar no espaço de interação entre os moradores, os órgãos públicos, as empresas locais, bem como o olhar estrangeiro.*

*É nesta encruzilhada de caminhos e culturas que Ouro Preto encontra as constelações entre o presente e o passado para, assim, dimensionar o seu futuro.”*

O fato dos planos diretores não terem sido executados talvez indique a sua inadequação ou a sua superação como instrumento de planejamento e controle da cidade. Uma instância de planejamento permanente, para onde convergiram dialeticamente as demandas relativas ao uso do território e que lançasse mão também de competências específicas no campo da história da arquitetura, das ciências do território, da restauração e das artes e, que traduzisse depois, democraticamente, estas decisões, talvez passa ser a saída. Ao lado disso é preciso tomar a consciência que a proteção e a defesa ativa tanto da paisagem antrópica quanto do ambiente, demandam uma nova legislação urbanística, onde a unidade de critérios e a coordenação das iniciativas seja assegurada.





## 5. CONCLUSÃO

Na cidade de Ouro Preto, como em toda cidade tradicional, a conservação de logradouros e edifícios representativos constituía a norma. esse fato, próprio da cultura da cidade, vai fazer com que Ouro Preto, mesmo em suas remodelações sucessivas, preserve e mantenha íntegra a expressividade de seus pontos focais, concretizados nos edifícios e lugares de culto e representação que, muitas vezes, vão ser o espaço de toda a cidade: seus largos, praças e ruas. Nas intervenções efetuadas durante o governo do Conde de Bobadela as escolhas e o desenho da cidade já existente foram conservados e potencializados. Sob a égide da continuidade vai ser conduzida a construção das capelas, sempre ao longo dos caminhos e sempre exaltando as peculiaridades da paisagem.

Mesmo no século XIX quando se instala, no dizer de Lourival Gomes Machado, o espírito clássico que acompanha a Missão Francesa a atitude será sempre respeitosa e limitada. Os edifícios construídos nessa época mantêm volumes, ritmos e algumas soluções de implantação e tratamento semelhantes às dos prédios existentes. Suas matrizes renascentistas vão fazer com que o diálogo com a arquitetura existente seja harmonioso e tranquilo. Ainda no século XIX a cidade inicia a recuperação da memória de seus personagens e eventos mais significativos. Isso transparece no estudo sobre o Aleijadinho, de Rodrigo Bretas, na ereção da coluna Saldanha Marinho e na redação das Efemérides Mineiras, onde ressaltam a Inconfidência Mineira e o gênio do Aleijadinho.

O reconhecimento dos valores da arquitetura e da história da cidade é sempre presente em toda sua trajetória . Em nenhum momento se desmerece ou se ignora o legado recebido das gerações anteriores, na verdade é esse legado continuamente reafirmado.

Nota-se sempre que, ao lado das modificações aportadas pelas transformações tecnológicas, de gosto, de condições sociais e das próprias vocações da cidade, ocorrem posturas e iniciativas de preservação. Tanto é assim que a cidade chega ao século XX praticamente com o mesmo traçado urbano e com a maior parte das construções do século XVIII. É significativo observar que os antigos arraiais situados fora do distrito sede, que conservaram muito da sua organização tradicional, ficaram à margem dos processos de desenvolvimento, caso, por exemplo, de São Bartolomeu, Casa Branca, Lavras Novas e Chapada. Nesses distritos e localidades é conservada, praticamente intacta, a paisagem urbana original. Durante o período que se segue à transferência da capital, Ouro Preto vai permanecer à margem dos processos de desenvolvimento, fazendo com que, até a segunda metade do século XX, a cidade conservasse ainda, em grande parte, a fisionomia e configuração estabelecidas no século XVIII.

Se a transferência da capital contribui para a conservação da Ouro Preto tradicional, essa mesma transferência ameaça sua própria sobrevivência. Preocupados com esse estado de coisas a elite ouropretana organiza as celebrações do bicentenário da cidade. Em todos os discursos, junto com a identificação e enunciação dos valores da "velha heroína", transparecem os temores quanto à sua preservação. Temores que obterão ressonância nacional



por obra dos novos viajantes tais como Tristão de Ataíde, Gustavo Barroso e a caravana paulista de Mário de Andrade.

A cidade é então vista como algo valioso que houvesse sido perdido e fosse então reencontrado. Ouro Preto passa a constituir um dos argumentos mais enfáticos para a construção da identidade nacional, uma vez que concretiza os valores históricos e artísticos da própria brasilidade.

A necessidade de conservar intocada a cidade vai fazer com que os serviços de proteção se organizem. Passando do discurso à prática, têm início no Brasil as ações efetivas de conservação e restauração, tendo como objeto a própria cidade, e toda ela, uma novidade em termos internacionais.

Da mesma maneira que o Patrimônio vai interferir em sua consistência, conformando seu desenvolvimento, neste momento é a cidade que cria o Patrimônio. A partir daí estabelece-se uma via de mão dupla, ou seja, tudo que acontece em Ouro Preto encontra rebatimento na estrutura institucional e nas práticas, procedimentos e métodos de conservação, tutela e salvaguarda. E, na outra direção, todas essas modificações e transformações no plano institucional e legal vão refletir-se diretamente no corpo da cidade.

É isto confirmado ao longo da trajetória da atuação do SPHAN na cidade, tratada no início como se fosse um grande e homogêneo monumento. As intervenções serão limitadas à busca de soluções miméticas e ações de liberação. Quando as pressões provocadas pela adensamento, industrialização e ocupação desordenada dos vazios e das encostas começa a manifestar-se, buscam-se novos instrumentos e estabelecem-se novas práticas. Da mesma forma, as iniciativas adotadas no âmbito da SEPLAN, do programa das

idades históricas e do CNRC de Aloisio Magalhães, que irão redesenhar e arejar a instituição do Patrimônio, vão manifestar-se em Ouro Preto. Ocorrem então, pela primeira vez, ações integradas de conservação, articulando todos os agentes e tentando envolver também no processo as comunidades. Mesmo sem terem prosseguimento essas iniciativas deixaram claro o caminho a seguir.

Caminho que será confirmado pelas cartas internacionais e pelos encontros de especialistas e posteriormente incorporados ao texto da Constituição Federal. Nos anos noventa assistimos à progressiva municipalização das ações, com a adoção de normas urbanísticas e instrumentos de gestão contidos nos planos diretores, e às tentativas de restabelecer a articulação entre as diversas instituições promovidas pela própria Prefeitura. A conservação de Ouro Preto, que experimentou diversas fases e diversas abordagens, encontra-se agora em um novo ponto de mutação. Embora não estejam ainda definidos ou delineados os novos arranjos institucionais e legais ou os instrumentos de controle e gestão urbana, que, forçosamente, surgirão ao fim das transformações em curso, uma coisa é certa: o futuro de Ouro Preto depende de uma arquitetura urbana fundada nos valores de sua gente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Antônio Luis Dias. Um estado completo que pode jamais ter existido.

ANDRADE, C. O plano Saturnino de Brito para Santos e a construção da cidade moderna no Brasil. Espaço e Debates, São Paulo, v.11, n.34, 1991. Revista Estudos Históricos- V.1, nº 2.1998

ANDRADE, Mário de. Arte religiosa no Brasil. In Revista do Brasil, vol. 14, nº 54, 1920.

\_\_\_\_ O Aleijadinho in Aspectos das artes plásticas no Brasil, Martins Fontes, São Paulo, 1965.

\_\_\_\_ Cartas de Trabalho. Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936 - 1945), Brasília. MEC-SPHAN / Pró-memória, 1981.

\_\_\_\_ Apresentado ao Ministro Gustavo Capanema, em 24 de Março de 1936. In: Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília: MEC-SPHAN, 1980.

ANDRADE, Rodrigo M.F. de. Rodrigo e seus tempos/Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-memória, 1986.

ARANTES, Antônio Augusto(Org). Produzindo o passado; estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ARGAN, G.C. História da arte como história das cidades. São Paulo: Martins

Fontes, 1993.

AYMONINO, Carlo. O significado das cidades. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

ÄVILA, Afonso. Resíduos Seiscentistas em Minas. Belo Horizonte: Cem; UFMG, 1967.

ÄVILA, Afonso . GONTIJO, João Marcos Machado. Machado, Reinaldo Guedes. Barroco mineiro. Glossário de arquitetura e ornamentação. São Paulo: Fundação João Pinheiro, Fundação Roberto Marinho, Companhia Editora Nacional, 1980.

BANDEIRA, Manuel. Guia de Ouro Preto. Rio de Janeiro: MES, 1938

BARRETO, Abílio. Belo Horizonte: memória histórica e descritiva. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

BENEVOLO, L. A cidade e o arquiteto. São Paulo: Perspectiva, 1991.

BLAKSLEY, J. F. Relatório do planalto do cruzeiro de Ouro Preto. J. F. Blaksley . Ouro Preto: s.n., 1893. (Manuscrito. Mimeogr.)

BOITO, Camillo. Questione pratiche di belle arti. Milano, 1893.

BONELLI, Renato. Verbete. Restauero. In: Enciclopédia Universale Dell'arte  
Firenze: Sansoni, 1963.

BOSCHI, Caio César. Os Leigos e o poder. São Paulo: Editora Ática, 1986.

BRANDI, C. Teoría del restauro. Torino: Einaudi, 1977.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Países do Brasil. Rio de Janeiro: José  
Olimpio, INL-MEC, 1971.

CAMPOFIORITO, Ítalo. Enquete tendenciosa. In: Revista do Patrimônio nº 23.  
Rio de Janeiro: MINC/IPHAN, 1994.

CARITA, Helder. Bairro Alto; tipologias e modos arquitectónicos. local Lisboa:  
Câmara Municipal de Lisboa, 1990.

CARVALHO, Teófilo Feu de. Pontes e chafarizes de Villa Rica de Ouro Preto.  
Belo Horizonte: Edições Históricas, 1936.

CASTRO, Sônia. O estado na preservação de bens culturais. Rio de Janeiro:  
Renovar, 1991.

CAVALCANTI, Lauro. O cidadão moderno. In: Revista do SPHAN, 24/1996.  
p.107-115.

COSTA, Lúcio. O Aleijadinho e a arquitetura tradicional in Sobre arquitetura, ,  
Porto Alegre : CEUA, 1962

CERVELLATI, P. L. La città; il recupero dell'ambiente urbano. Bologna: Il  
Mulino, 1991.

CESCHI, Carlo. Teoria e storia del restauro. Milano: M.Bulzone, 1970.

.CHUVA, Márcia (Org.) A invenção do patrimônio; continuidade e ruptura na  
constituição de uma política oficial de preservação no Brasil. Brasília:  
MinC/IPHAN, 1995.

CROAY, Françoise. L'Allégorie du Patrimoine. Paris, Éditions Du Sevil, 1992.

CULLEN, G. Paisagem urbana, Lisboa: Edições 70, 1993.

DELAMARE, Alcibíades. Villa-Rica. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1935.

Diário do Conselho do Governo da Província de Minas Gerais. Livro III  
. Posturas da Câmara da Imperial Cidade do Ouro Preto. Ouro Preto; 1830 s.n

ENGEARP. Plano diretor de Ouro Preto. Ouro Preto: Prefeitura Municipal de  
Ouro Preto

FONSECA, Maria Cecília Londres . Da Modernidade à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80 . Revista SPHAN. p.153-163

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Desenvolvimento Urbano. Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana. Belo Horizonte, 1975.

GIOVANNONI, Gustavo. Vecchie città edilizia nuova. Torino, 1931.  
Ediciones Catedra, 1992.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda; os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio: UFRJ/IPHAN, 1996.

GREGOTTI, Vittorio. Território da arquitetura. São Paulo: Perspectiva,1994.

GUIDONI, Enrico. L'architettura popolare italiana. Roma-Bari: Editore Laterza, 1980.

GURRIERI, Francesco. Dal restauro dei monumenti al restauro del territorio. Firenze: Sansoni, 1983.

GUTIERRES, Ramon. Arquitetura e urbanismo em íbero américa. Madri, IEPHA/MG. Anais do seminário internacional preservação: a ética das intervenções. Belo Horizonte: IEPHA-MG, 1996.

IGLESIAS, Francisco. Três séculos de Minas. Cadernos de Minas I, Belo Horizonte, Biblioteca Luiz Bessa, 1985.

LATIF, Mirian de Barros. As Minas Gerais. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

LEMOS, Carlos. O que é patrimônio histórico. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEMOS, Celina Borges e Albano, Maria Celina. Entre os limites do passado e as demandas do futuro; uma análise da cidade histórica de Ouro Preto, Minas Gerais. In: Cadernos de arquitetura e urbanismo nº 2. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1994.

LIMA, Alceu de Amoroso. Pelo passado nacional. Revista do Brasil, Rio de Janeiro, setembro de 1916.

LIMA Júnior, Augusto Vila-Rica de Ouro Preto. Belo Horizonte, Edição do autor, 1957.

LINS, Eugênio. A preservação no Brasil; a busca de uma identidade.

Salvador: UFBA, 1989. (dissertação Mestrado)

LUCARELLI, Francesco. Ouro Preto e Olinda: Centri Storici del Brasile "memória" pel l'umanità Napoli: Edizioni Scientifiche italiane, 1985.



MACHADO, Lourival Gomes. Barroco mineiro. São Paulo: Editora USP/Perspectiva, 1973

MACHADO, Reinaldo. Ouro Preto e Mariana: uma análise de linguagem formal urbana. In: Barroco.1976. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1984.

MAGALHÃES, Aloísio. E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1977.

MAGALHÃES, Beatriz de Almeida e Andrade, Rodrigo Ferreira. Belo Horizonte: um espaço para a república. Belo Horizonte Belo Horizonte, UFMG,1989.

MARTINS, Alexandre Alvarez de Souza; Damasceno, Suely. Referências: Ouro Preto em Luiz Fontana, Ouro Preto: FAC/UFOP, 1996.

MARX, Murilo. Cidade brasileira. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

\_\_\_\_\_. Nosso chão: do sagrado ao profano. São Paulo: EDUSP, 1989.

\_\_\_\_\_. Arraiais mineiros: relendo Sylvio de Vasconcellos. Barroco, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, nº 15, p. 389 - 393. 1990/2

MELLO, Suzy de. Barroco mineiro. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.

MELO, Denise Madsen. Patrimônio e planejamento urbano. In: Cadernos de arquitetura e urbanismo v.6 .n.6. Belo Horizonte: Editora PUC MINAS, 1998. p.7-44.

MENICONI, Rodrigo. A Questão do patrimônio: arquitetura, memória e gestão das cidades. In: Cadernos de Arquitetura e Urbanismo. V. 6 e N.6. Belo Horizonte: Editora PUC-MINAS, 1998. p.45-58

MINC/IPHAN. Caderno de Documentos nº 3. Cartas Patrimoniais. Brasília: MINC; IPHAN, 1995.

MINC/IPHAN. Bens móveis e imóveis inscritos nos livros do tomo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 4ª ed, revista e ampliada. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.

MINC/IPHAN. Departamento de Promoção. Estudos de tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

MORRES, Eduardo Jardim. Modernismo revisitado. Estudos históricos. Identidade Nacional, Rio de Janeiro, 1988, v. 1 nº 2 (220 / 238)

MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da Cultura Brasileira,. 1933 - 1974, São Paulo: Ática, 1985.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto; uma história de conceitos e critérios.

Revista do Patrimônio, Rio de Janeiro nº22, p.-----, 1987.

108 Δ 122

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL- Anais do Museu Histórico Nacional. Nº V

Rio de Janeiro: Imprensa Oficial/ MHN, 1949.

NOBERG-SCHULZ, C. Genius loci; ambiente, paesaggio, architettura.

Milano: Electra, 1981.

OLIVEIRA, Marcelo Almeida. Os valores culturais da paisagem urbana em Ouro Preto/MG. Um estudo de caso das áreas verdes na ladeira Santa Efigênia e entorno próximo. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, 1997.

OMEGNA, Nelson. A cidade colonial. São Paulo: EBRASA, INL-MEC, 1971.

OSTERMANN, Erika Alexard. As provocações da imagem; a imaginação e a prática do restauro. Salvador: UFBA, 1995.

OURO PRETO. Decreto nº 13, de 19 de setembro de 1931. Ouro Preto, 1931.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 25, de 3 de setembro de 1932. Ouro Preto, 1932.

POHL, João Emanuel. Viagem no interior do Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde / Instituto Nacional do Livro, 1951.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. O direito à memória, patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico, 1992.

REIS, Aarão. Comissão d'estudo das localidades indicadas para a nova capital; relatório apresentado ao Dr. Afonso Pena pelo engenheiro Aarão Reis (janeiro a maio de 1893). Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1893.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da arquitetura no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1970.

\_\_\_\_\_. Evolução urbana do Brasil. São Paulo: Pioneira, Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

RIBEIRO, Darcy. O Povo brasileiro.

RODRIGUES, José Carlos. Idéias filosóficas e políticas em Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: Editora Itatiaia. Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

ROMANELLI, Livia. Preservação urbana em Diamantina; aspectos teóricos e a prática institucional. Salvador: UFBA, 1995.

ROSSI, Aldo. Arquitetura das cidades. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

RUGENDAS, João Maurício. Viagem Pitoresca através do Brasil. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

RUSKIN, John. The seven lamps of architecture. London: G.Allen, 1901.

SALLES, Fritz.....Vila Rica do Pilar; Um roteiro de Ouro Preto. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

SANTOS, Mariza Veloso Mota. Nasce a Academia SPHAN in Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 24, 1996. p.77-95

SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: NOBEL, 1985.

\_\_\_\_\_. O espaço do cidadão. São Paulo: NOBEL, 1993.

SEBRAE/MG. Sistema de Informações Mercadológicas Municipais. Ouro Preto, Diagnóstico Municipal, Belo Horizonte: Ed. SEBRAE/MG, 1996.

SENNA, Nelson de. Bi-centenário de Ouro Preto. 1711 / 1911 - Memória Histórica. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1911.

SOBREIRA, Frederico Garcia et Allí. Levantamento de áreas de risco geológico no espaço urbano de Ouro Preto; Relatório Final. Ouro Preto: UFOP/ MINC

SPHAN – Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Rio de Janeiro: MEC/SPHAN/Pró-Memória, 1980.

THEDIM BARRETO, Paulo. Casas de câmara e cadeia. In: Revista SPHAN nº 11, Rio de Janeiro: SPHAN , 1947.

VASCONCELLOS, Sylvio de. Relatório de Sylvio de Vasconcellos, com mapa e levantamento de 1947

\_\_\_\_\_ Mineiridade, ensaio de caracterização. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.

\_\_\_\_\_ Vida e obra de Antônio Francisco e Lisboa, o Aleijadinho. São Paulo: Nacional, Brasília, INL, 1979.

\_\_\_\_\_ Vila Rica. São Paulo: Perspectiva, 1977.

VASCONCELOS, Diogo. História antiga de Minas Gerais. local: Rio de Janeiro editora, Imprensa Nacional; INL-MES ano. 1948. 2 vol

VEIGA, José Xavier da. Efemerides mineiras/ José Pedro Xavier da Veiga; introdução Edilane Maria de Almeida Carneiro, Marta Eloísa Melgaço Neves. Belo Horizonte: Centro de Estudos Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998.

VIOLLET-LE-DUC, Eugene. L'architettura ragionata. Milano, Jaca Books, 1982.

XAVIER DA VEIGA, José. Efemérides mineiras. Belo Horizonte: Centro de Estudos Sociais/ Fundação João Pinheiro, 1998.

ZETTEL, Jayme, SCHIAVO, Cléia (Org.) Memória, cidade e cultura. local: Rio de Janeiro UERJ/IPHAN, 1997.